

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

O Destino Manifesto adaptado no discurso político americano contemporâneo
(1993-2009)

Sandro Marques dos Santos

Porto Alegre
2018

Sandro Marques dos Santos

O Destino Manifesto adaptado no discurso político americano contemporâneo
(1993-2009)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Arthur Lima de Avila.

Porto Alegre

2018

AGRADECIMENTOS

Nossa vida nesse universo que chamamos sociedade é conectada com centenas de pessoas, tantas que muitos rostos e nomes nos escapam. Algumas só podem ser deslumbrados em nossa memória como fantasmas de um tempo que não é mais, outras esquecemos por completo. Há outras, cujos nomes e rostos são extremamente familiares, algumas vemos todos os dias, outras nem tanto, mas com elas compartilhamos experiências significativas que não se apagam. A minha jornada na UFRGS é um dessas experiências. Conversas, risadas e amizades que eu tive nesse curso não serão esquecidas. Diversos colegas, professores e familiares me instigaram a chegar nesse exato ponto em que eu escrevo essas palavras. Eu poderia tentar citá-los todos, mas deixaria as minhas lembranças a especialmente alguns deles. Eu agradeço especialmente a Arthur Maia, Carlos Valle Casara, Lucas Delwing, Carlos Barzotto (Cadu, como ele preferiria) e Janaina Rocha pela suas amizades e companheirismo, à professora Mara Christina de Matos Rodrigues por sua orientação no início da minha graduação e ao professor Arthur de Lima Avila, meu orientador, cuja cadeira de História dos Estados Unidos foi uma inspiração indispensável para tornar esse trabalho possível. Também quero agradecer especialmente aos meus pais José Alberto e Vera Lúcia por batalharem para permitir eu estar onde estou. A todos eu digo: obrigado. Um último nome será aqui lembrado, o de minha avó Íris, cujo sonho de me ver formado infelizmente não poderá ser cumprido. Para ela, eu dedico esse trabalho.

RESUMO

O presente trabalho visa analisar a forma como as concepções do destino manifesto são adaptadas no discurso político dos presidentes Bill Clinton e George W. Bush, analisando a maneira os acontecimentos desse período (1993-2009) foram interpretados a partir dessas concepções e como elas também foram modificadas por eles. Lançando mão de discussões em torno de representação, memória, usos do passado, pretendemos compreender o seu peso na construção do imaginário nacional dos Estados Unidos e na forma como ele continuamente estrutura a realidade americana presente dentro de um sentido histórico mais amplo. Por fim, também pretendemos entender sua função e importância na criação de um ambiente favorável à agenda política destes presidentes. Tendo em vista esses objetivos, esperamos entender o porquê da sua longa permanência no discurso político americano.

Palavras Chave: História dos Estados Unidos, Destino Manifesto, Bill Clinton, George W. Bush, Usos do passado.

ABSTRACT

This paper aims to analyze how the conceptions of manifest destiny are adapted in the political discourse of presidents Bill Clinton and George W. Bush, analyzing the way the events of this period (1993-2009) were interpreted by means of these conceptions and how they were modified by them. Drawing on discussions of representation, memory, uses of the past, we intend to understand its importance in the construction of the United States' national imaginary and in the way it continuously structures the present american reality within a broader historical sense. Finally, we also intend to understand its role and importance in creating a supportive environment to the political agenda of these presidents. In view of these objectives, we hope to understand the reason for their long presence in american political discourse.

Keywords: History of the United States, Manifest Destiny, Bill Clinton, George W. Bush, Uses of the past.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. Uma cidade sobre uma colina: em busca de uma identidade americana	7
1.1. Questões teóricas e conceituais	17
2. Bill Clinton e a busca por uma América renovada	24
2.1 O outro lado da renovação: missão como intervenção	30
2.1.1. <i>A questão haitiana</i>	36
2.1.2. <i>A questão balcânica</i>	39
2.2. Uma ponte para um novo século	43
3. George W. Bush e a busca por um Novo Século Americano	45
3.1. A liberdade ameaçada: respondendo aos Ataques do 11 de Setembro.....	45
3.2. Para proteger a liberdade: missão como intervenção	50
3.3. Entre a segurança e a liberdade: o USA PATRIOT Act e o dilema de uma república imperial.....	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar a forma como as concepções de destino manifesto de missão e exclusivismo americanos são adaptados no discurso político dos presidentes Bill Clinton e George W. Bush durante suas presidências entre os anos de 1993 e 2009. É nesse período que os Estados Unidos irão consolidar seu status como uma única superpotência com o fim da Guerra Fria e a dissolução da União Soviética. Logo, a perceptiva dos Estados Unidos como os líderes do mundo livre contra o assim chamado Império do Mal passa por uma transformação. Ele permanece no papel de liderança, mas o grande inimigo do passado não existe mais e, por consequência, os americanos terão que repensar o sentido histórico de missão e propósito da sua nação até então vinculados à dinâmica da Guerra Fria.

Durante as décadas de disputa entre as duas superpotências, as concepções de destino manifesto apareceram para legitimar e dar significado à liderança americana do bloco capitalista contra o socialista como parte de uma missão histórica mais ampla. Com o fim do mundo bipolar, essas concepções passam por um novo processo de adaptação para legitimar um novo discurso em um novo cenário geopolítico, marcado pela globalização e pela crescente ameaça do terrorismo. Um discurso com mudanças e permanências em relação ao período anterior. Na Guerra Fria, o país era o grande bastião da liberdade contra a tirania que residia no Leste; com seu fim, eles precisarão defender essa posição contra novos adversários em um cenário de fortes incertezas. Entretanto, ao passo que os desafios são diferentes, o discurso político em torno do papel dos Estados Unidos no mundo permanecerá conectado com concepções de missão e destino. É nesse sentido, que esse trabalho busca analisar como esses elementos, que possuem longa data na história americana, foram utilizadas para interpretar os diferentes desafios dos Estados Unidos nesse novo momento da história mundial.

A crença de que os Estados Unidos possuem um destino especial possui raízes profundas no passado americano. Ela “tem residido no coração da tentativa dos americanos de entender a responsabilidade de sua nação em casa e no exterior.”¹ Os seus principais temas são a virtude e excepcionalidade do povo americano e de suas instituições, a sua missão de redimir e refazer o mundo em sua imagem e o seu destino providencial para atingir essa tarefa.² É claro, toda ex-

¹ “has resided at the heart of the attempt by Americans to understand their nation’s responsibility at home and abroad” CHERRY, C. (Ed.). **God’s new Israel: religious interpretations of American destiny**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1998, p.1.

² MOUNTJOY, S. **Manifest Destiny**. New York: Chelsea House, 2009, p.13.

periência de um povo é particular e excepcional. Em vários sentidos, essa exceção americana exagerou as particularidades dos Estados Unidos, tendo em vista que muitos dos próprios valores que ela preza como seus têm uma origem europeia, uma conexão que tem sido subestimada ao longo da história americana.³ Da mesma forma, a reivindicação de uma missão e destino especiais na história não é algo novo ou particular aos Estados Unidos, mas tem sido um elemento comum de diversas nações, impérios e grupos políticos e religiosos. Não obstante, ela se destaca pelo fato dos americanos não possuírem uma herança consanguínea única, tornando essa crença parte central na construção de sua identidade e imaginário nacional, moldando a maneira como os americanos compreendem a si mesmos no mundo.

Segundo Anders Stephanson, as concepções de destino e missão são tradições que criam uma noção de direção e lugar da “América” no mundo de formas diferentes e em contextos históricos diferentes.⁴ Parte de sua durabilidade está justamente na habilidade dos americanos de ajustá-las às novas circunstâncias e às suas expectativas futuras. Essa metanarrativa⁵ messiânica atravessa toda a sociedade americana. Ela é marcante não apenas em ideais e valores expressos em discursos, como também através de rituais e símbolos, que associados produziram uma religião de caráter civil. E, como uma religião, esses valores e ideias são criados e reafirmados em monumentos, hinos e datas e formam um sistema que dá sentido à vida. Por conseguinte, ser americano está intimamente ligado à devoção a determinados valores como liberdade e democracia, ensinados e passados pelas gerações de americanos, dando de certa forma coesão ao país em torno de um destino comum.⁶ Essa percepção de um destino providencial também é catalisada em certos eventos da história americana julgados como revelatórios e que são transformados em exemplos para a compreensão das novas realidades históricas experienciadas pelo país. Destes eventos, o que mais se destaca é a Revolução Americana (conjuntamente como todo o período constitucional). Foi durante ela em que um chamado da providência revelou o propósito da nação e adotou a jovem república como um exemplo e instrumento da

³ HODGSON, G. **The Myth of American Exceptionalism**. New Haven and London: Yale University Press, 2009, p. xvi.

⁴ STEPEHENSON, A. **Manifest Destiny. American Expansion and the Empire of Right**. New York: Harper-Collins, 1995, p.xiv.

⁵ Com o conceito de “metanarrativa”, buscamos diferenciar as narrativas produzidas por indivíduos e grupos de uma narrativa maior, possuidora de elementos e crenças que são compartilhados por várias narrativas, que tenham surgido ao longo da história americana. Desta forma, longe de ser uma “doutrina” como costumasse defini-la, algo que seria coeso e bem definido, o destino manifesto é uma metanarrativa dotada de valores e temáticas, que permitem reconfigurações contínuas em outras narrativas distintas e potencialmente opostas.

⁶ GARDELLA, P. **American Civil Religion. What America holds sacred**. Oxford: Oxford University Press, 2014, p.6.

liberdade e do modelo republicano de governo para o resto do mundo.⁷ A metanarrativa americana traça um sentido histórico em que os Estados Unidos devem continuamente responder esse mesmo chamado pela defesa da liberdade. Ao enfrentarem a tirania do monarca britânico, os Estados Unidos haviam travado a luta pela causa da humanidade por ela e vencido e, diante de novos conflitos, os americanos devem repetir esse feito nesse mesmo espírito.

Essas reinterpretações do destino nacional, formuladas para explicar os novos desafios que surgem no curso da história americana, não são produzidos igualmente por todos os membros da sociedade. Existem *locus* privilegiados de produção dessas narrativas, notadamente entre os setores dominantes da sociedade americana.⁸ Ao longo das últimas décadas, contudo, a presidência americana tem adquirido uma maior força para se impor como a principal definidora e porta voz do destino nacional, dado que, a partir da década de 1930, houve um grande aumento na participação governamental como guardiã e preservadora da memória americana, concedendo-lhe uma maior capacidade de perpetuar e apresentar o sentido que América possui.⁹ O próprio senso público em torno do passado também passou a ficar mais evidente com essas políticas governamentais, delegando um papel crucial à memória e às interpretações do passado em moldar a política externa e a opinião pública.¹⁰ A importância que a política externa adquiriu para a definição do destino nacional, como veremos mais adiante, e do presidente como definidor dela é outro elemento que também deve ser ressaltado. É desta forma que os presidentes e seus discursos adquirem centralidade para essa análise, pois eles não apenas são os principais definidores da política externa do país, mas também são os que produzem narrativas com maior repercussão entre o público americano, conseqüentemente possuindo maior capacidade de influenciar a maneira como o país e sua inserção no mundo é compreendida e significada. Isso não implica, contudo, tomar os americanos como passivamente absorvendo e aceitando acriticamente essas narrativas. O processo de construção dessas representações é marcado por ambiguidades e conflitos, tanto entre a audiência e esses produtores, quanto, muitas vezes, entre estes. Marcar a existência da tensão entre essas narrativas e a sociedade na qual elas são produzidas precisa fazer parte de nossa análise.

⁷ CHERRY, C. (Ed.). op. cit., 1998, p.11.

⁸ AVILA, A. L. **E da Fronteira veio um Pioneiro...: a frontier thesis de Frederick Jackson Turner (1861-1932)**. (Dissertação de Mestrado, UFRGS), Porto Alegre, 2006, p.97.

⁹ KAMMEN, M. **Mystic chords of memory. The transformation of tradition in American culture**. New York: Vintage, 1991, p.445.

¹⁰ Ibid., 1991, p.571-572.

Em vista disso, há uma nítida dimensão política no uso dessas concepções. Como uma crença que influencia a maneira como os americanos lidam com o mundo e com suas questões internas, essa metanarrativa tem um importante papel de mobilização dos americanos. Alguém que busca convencer o público usará uma linguagem que este conheça e esteja acostumado. Deste modo, a retórica americana é atravessada pela temática do seu excepcionalismo. Essa retórica evoca um quadro de referências familiar aos americanos, resgatando valores e símbolos que reatestam a particularidade dos Estados Unidos. Esse constante resgate produz um clima de crença e um consenso de valores, que se tornam suporte para iniciativas políticas tanto no âmbito externo, quanto interno. Um cenário simpático que torna mais fácil o apelo e a persuasão, principalmente em momentos de crise, que exigem maior conformidade de ideias. O que não implica que todos concordarão com o discurso que é expressado, mas que suas referências, temática e expressões o tornam familiar ao público. Porém, devemos sempre destacar que o uso dessas concepções não é apenas uma ferramenta retórica, seu uso contínuo e a maneira como ela consegue mobilizar o público indicam como ela faz parte de um valor profundamente enraizado, fortemente ligado à memória e imaginário americanos. Nesse sentido, “excepcionalismo o valor e o excepcionalismo a estratégia informam e moldam um ao outro.”¹¹ Por isso, analisar as concepções de destino manifesto possibilita tanto uma melhor compreensão dos meios de legitimação política no país, quanto da forma como a metanarrativa do destino manifesto é uma parte importante da maneira como os Estados Unidos são imaginados como nação. É claro, discursos podem ser bastante insinceros, porém sinceridade não é uma qualificação indispensável para uma significação cultural.

A própria capacidade de um discurso escapar desse uso é limitada. Discursos passados se tornam parte de uma instituição retórica, moldando as expectativas dos discursos dos presidentes, independentemente de suas diferenças partidárias.¹² Esses valores são ideais fundamentais para a identidade dos americanos de tal forma que são parte necessária na construção de políticas bem-sucedidas entre o público. Nas palavras de Cyrus Vance, Secretário de Estado americano durante a presidência de Jimmy Carter: “Nenhuma política externa pode ganhar o apoio do povo americano a menos que reflita seus valores mais profundos.”¹³ Esses discursos

¹¹ “exceptionalism the value and exceptionalism the strategy inform and shape each other.” MCEVOY-LEVY, S. **American Exceptionalism and U.S. Foreign Policy Public Diplomacy at the End of the Cold War**. Londres: Palgrave Macmillan, 2001, p.44.

¹² MCEVOY-LEVY, S. op. cit., 2001, p.122.

¹³ “No foreign policy can gain the American people’s support unless it reflects their deeper values” Citação extraída de DAVIS, T. R.; LYNN-JONES, S. M., City Upon a Hill, **Foreign Policy**, 1987.

se adaptam continuamente, mas eles são contidos e condicionados pela ideia de excepcionalismo americano, ao mesmo tempo em que também o influenciam.¹⁴ Assim sendo, o uso adaptativo dos presidentes dos temas do destino manifesto ilustra uma tentativa de criar ambientes favoráveis às suas agendas específicas, porém ele vai além de uma função puramente estratégica. As divergências nesses usos apontam diferenças de ideais, preocupações, estilos e circunstância histórica, mas as similaridades na retórica dos presidentes americanos ilustram a existência de princípios duradouros, fortemente ligados ao imaginário nacional, influenciando não apenas a forma como a política americana interna e externa é lidada, como também na construção de um sentido para a posição americana no mundo. Consequentemente, o objetivo deste trabalho é o exame da significação dessas concepções tanto no imaginário americano, quanto como estratégia política.

Este trabalho foi dividido em três partes. O primeiro capítulo é dividido em duas sessões. Em uma traçamos uma análise da maneira como as concepções de destino manifesto foram operadas na construção do imaginário nacional americano, na outra são discutidas as bases teóricas e conceituas deste trabalho. O segundo capítulo analisa a maneira como Bill Clinton usou essas concepções para endereçar a recessão econômica da década de 1990. Por meio delas, ele buscou construir um ambiente favorável ao seu projeto de renovação nos Estados Unidos. Nele também discutimos a maneira como ele desenvolveu uma ligação entre sua política externa e interna, declarando que ambas faziam parte desse mesmo projeto. Faremos uma análise panorâmica dessa renovação externa, para então analisar casos mais específicos no Haiti e nos Balcãs. No terceiro capítulo, analisamos a forma como George W. Bush respondeu os Ataques do 11 de Setembro e a transformação deste em um evento de mobilização da população americana. Também analisamos a maneira como, beneficiado por essa mobilização, Bush iniciou uma nova cruzada americana pela liberdade, estruturando a sua Guerra ao Terror dentro da metanarrativa americana. Em um terceiro momento, analisamos como essa nova escalada militar americana foi acompanhada por restrições às liberdades civis nos Estados Unidos e como esse caso faz parte de um dilema maior da história americana, no qual oposição política é tomada como nociva ao cumprimento do destino americano e como determinadas restrições às liberdades civis são tomadas como necessárias à defesa da própria liberdade.

¹⁴ MCEVOY-LEVY, S. op. cit., 2001, p.4.

Todos os três capítulos são iniciados por versículos bíblicos. O primeiro, Mateus 4:14, é simbólico das primeiras formas de uma compreensão providencial e messiânica em torno do território que viria a se tornar os Estados Unidos. O segundo, Isaías 58:12, foi utilizado por Bill Clinton em algumas ocasiões para descrever a necessidade pela restauração e renovação do Sonho Americano. O terceiro, Isaías 40:31, foi o versículo sob o qual George W. Bush prestou o juramento de presidência durante sua segunda posse. Um versículo que já havia sido usado por Ronald Reagan e que expressa um caráter mais militarista em que, por meio de Deus, somos capazes de nos reerguermos.

1. Uma cidade sobre uma colina: em busca de uma identidade americana

“Vós sois a luz do mundo; não se pode esconder uma cidade edificada sobre uma colina.”

Mateus 5:14

A primeira vez que o termo destino manifesto apareceu em público foi em um editorial da *Democratic Review* escrita por John O’Sullivan em 1845 para promover a incorporação de novos territórios na União. Nas palavras de O’Sullivan:

“E esta reivindicação está dada pelo direito de nosso destino manifesto de se espalhar e possuir todo o continente nos dado pela Providência para o desenvolvimento deste grande experimento de liberdade e autogoverno federado confiado a nós.”¹⁵

Naquele momento, havia um forte desejo pela expansão territorial nos Estados Unidos e, alimentado por esse desejo, O’Sullivan cunhou o termo destino manifesto para descrever o sentimento providencial na tarefa expansionista que o país teria recebido. Foi justamente no contexto de debate em torno da anexação do Texas que ele escreveu esse editorial, o qual passou quase despercebido; foi apenas em um editorial sobre a anexação do Oregon que o termo destino manifesto alcançou grande repercussão. A resposta foi imediata e em pouco tempo destino manifesto havia alcançado o linguajar dos debates no Congresso, inflando a discussão.¹⁶ Todavia, a despeito da imensa contribuição que O’Sullivan ofereceu ao espírito expansionista ao cunhar o termo que o simbolizou, ele havia apenas dado nome a uma concepção mais antiga que a própria criação dos Estados Unidos.

Essa concepção dos Estados Unidos como um país com um papel único e privilegiado no mundo tem uma origem antiga. No século XVII, colonos puritanos já concebiam a sua tarefa de colonização com contornos de providencialismo, como manifestação da vontade divina. Na visão puritana, Deus havia lhes incumbido de sair de uma velha e decadente Inglaterra para desbravar os mares em busca de um lugar intocado, onde eles fundariam um lugar exemplar separado da corrupção do mundo. Essa narrativa de colonização tem como maior exemplo o

¹⁵ “And that claim is by the right of our manifest destiny to overspread and to possess the whole of the continent which Providence has given us for the development of the great experiment of liberty and federated self-government entrusted to us” Disponível em <<https://www.britannica.com/event/Manifest-Destiny>> Acesso em 27 de agosto de 2017.

¹⁶ JOHANNSEN, R. W. The Meaning of Manifest Destiny In: HARYNES, S. W.; MORRIS, C. (Eds.). **Manifest Destiny and Empire American Antebellum Expansion**. Texas: A&M University Press, 1997, p.9.

sermão de John Winthrop em que, inspirado em Mateus 5:14, ele descreveu a colonização puritana na baía de Massachusetts como a fundação de uma “cidade sob uma colina”. Quando as Treze Colônias declararam sua independência, a retórica de excepcionalidade puritana tornou-se uma matriz para a construção de uma narrativa para justificar sua causa. Em *Senso Comum*, publicado em 1776, Thomas Paine proclamou para os americanos que a causa pela sua independência era “em grande medida a causa de toda a humanidade”.¹⁷ Essa visão deu o tom dos discursos e imaginário em construção para aquele país recém-formado, que, apesar da homogeneidade cultural de seus cidadãos, não detinham um elemento unificador claro, pois a origem britânica comum não podia ser trazida justamente quando a luta era travada contra a opressão da Inglaterra. Da mesma maneira, a despeito dessa homogeneidade, as Treze Colônias também sofriam do fato de serem entidades muito distintas, com sua própria moeda, milícia armada e administração separadas. Nem mesmo a luta que travaram contra a Inglaterra as uniu, pois ela foi travada em “treze revoluções essencialmente bem distintas, todas seguindo uma trajetória semelhante no fim, mas aproximando-se do ponto final desejado de direções muito diferentes e com planos muito distintos”.¹⁸

Nesse sentido, a genealogia puritana, a única mitologia a qual eles poderiam apelar, racionalizou e deu significado à luta dos americanos para fundar sua república como um momento especial concedido pela providência.¹⁹ A nova república era encarada como uma experiência única e, como demonstrado pelo trecho de Thomas Paine, feita para tornar-se um modelo para o mundo. Enquanto o nacionalismo europeu enfatiza a permanência e continuidade, um passado glorioso em terras ancestrais, esse novo patriotismo americano enfatizava uma noção dos Estados Unidos como um tipo de país inteiramente novo e sua criação como uma ruptura com a história.²⁰ Assim, Paine afirmava que “nós temos o poder de começar o mundo de novo”.²¹ O passado já não importava, apenas o futuro e a sua causa pela democracia, encarada como o estágio superior da história e um projeto a ser expandido.²² A Revolução que deu início a essa grande experiência foi rapidamente monumentalizada, mostrando a urgência do país em

¹⁷ “in a great measure the cause of all mankind.” PAINE, T. **Common Sense**. New York: Barnes & Noble Classics, 2005, p.13

¹⁸ GRANT, S. M. **História Concisa dos Estados Unidos da América**. São Paulo: EDIPRO, 2014, p.155.

¹⁹ STEPEHENSON, A. op. cit., 1995, p.20.

²⁰ *Ibid.*, 1995, p.28.

²¹ “we have it in our power to begin the world over again.” PAINE, T. op. cit., 2005, p.86.

²² STEPEHENSON, A., op. cit., 1995, p.40.

lidar com a questão de sua identidade, e seus líderes, os Pais Fundadores foram elevados a figuras quase sagradas.²³

Essa nova narrativa marcada por concepções religiosas também aglutinava elementos seculares. A luta pela liberdade como uma luta em benefício não apenas dos americanos, mas de toda a humanidade trazia uma forte marca do universalismo iluminista. Da mesma forma, os Estados Unidos eram também apresentados como os recuperadores de uma antiga tradição advinda da antiguidade clássica que havia sido corrompida pela Europa. As próprias construções dos novos prédios públicos americanos em um estilo neoclássico evidenciaram esse resgate. Esse duplo caráter é marcante na própria figura de George Washington, comparado tanto como um Moisés que guiava os americanos, quanto descrito como o Cincinnatus americano, em referência ao general romano símbolo da virtude da república.²⁴ Foi justamente uma ideia de “América” como uma missão e projeto no tempo e no espaço que possibilitou a unificação do sagrado e do secular.²⁵

Durante sua história, os Estados Unidos continuariam a interpretar a si mesmos e o mundo através dessas concepções originadas desde a colonização, mas que foram convertidas em estrutura para pensar a realidade nacional na formação do país durante a Independência. Quando os Estados Unidos começaram a expandir-se territorialmente esse movimento não foi apenas alimentado pelo desejo de desenvolvimento econômico, como também foi racionalizado como parte da causa divina americana como bem mostrado pelo trecho do editorial de O’Sullivan. Nessa visão, o mandado divino americano estabelecia a nova direção da América ao Oeste, para sua missão de civilizar o que eles viam como uma imensidão vazia e selvagem. A própria fronteira tornou-se um lugar idealizado e romantizado nessas narrativas; suas riquezas e beleza atestavam que Deus havia escolhido os americanos ao colocá-los em uma terra tão rica.²⁶ Diferentes grupos compartilhavam essa crença de destino na expansão: Whigs e democratas, sulistas e nortistas, todos a expressavam. E, mesmo aqueles que eram críticos parciais à expansão, argumentavam sua posição em termos de destino e missão americanos.²⁷

²³ CHERRY, C. (Ed.). op. cit., 1998, p.86.

²⁴ JUNQUEIRA, M. A. Os discursos de George W. Bush e o excepcionalismo norte-americano. **Margem**, 2003, p.168.

²⁵ STEPEHENSON, A. op. cit., 1995, p.5.

²⁶ CHERRY, C. (Ed.). op. cit., 1998, p.113.

²⁷ STEPEHENSON, A. op. cit., 1995, p.48.

À medida que o desejo de criar um país banhado por dois oceanos avançava, o contraste com a Europa já criado durante a Independência também crescia. O Velho Mundo e sua intromissão no continente eram encarados como uma barreira à expansão.²⁸ Foi justamente para expressar sua indignação contra interferências das monarquias europeias que O’Sullivan escreveu esses editoriais. O imaginário nacional americano se construía assim através de ideias de messianismo e em oposição ao que era encarado como uma antiética política colonialista da Europa em terras americanas. Uma contraposição que ignorava as claras semelhanças entre a expansão dos Estados Unidos e o projeto colonial europeu e entre os discursos que os legitimavam.²⁹ Todavia, a despeito das contradições, é relevante notar a maneira como essas concepções perduraram e se adaptaram.

Analisando o mito da fronteira, Richard Slotkin afirma que “os mitos se tornam parte da linguagem, como um conjunto profundamente codificado de metáforas que podem conter todas as ‘lições’ aprendidas de nossa história, e todos os elementos essenciais da nossa visão de mundo.”³⁰ Desta forma, essas concepções em seu caráter de mito³¹ são transformadas em uma linguagem para os americanos lerem simbolicamente a posição de seu país na história, produzindo diversas leituras, às vezes inclusive opostas. Isso é nítido durante a Guerra Civil americana. Enquanto o desejo para adquirir novos territórios era compartilhado por quase todos, havia uma crescente disputa entre abolicionistas e defensores da escravidão por causa dela. Aqueles contrários à escravidão temiam a entrada de novos estados escravocratas, enquanto os seus defensores temiam o mesmo pelo outro lado. O país vivia em uma união frágil facilmente rompível pelo aumento das tensões entre os dois grupos. Quando a Guerra Civil estourou entre o Norte e o Sul, ambos os lados da guerra construíram um discurso que os colocavam como receptáculos do verdadeiro destino americano, os verdadeiros defensores das ideias da Declaração de Independência. Enquanto os direitos dos estados eram mais relevantes para o Sul, as ideias de igualdade abrigados nela eram mais importantes para o Norte.³² Em posições diame-

²⁸ JOHANNSEN, R. W. op. cit., 1997, p.8.

²⁹ Ver MILLER (2006) e CHERWITZ (1978).

³⁰ “myths become part of the language, as a deeply encoded set of metaphors that may contain all of the ‘lessons’ we have learned from our history, and all of the essential elements of our world view.” SLOTKIN, R. **The Fatal Environment**. Norman: University of Oklahoma Press, 1998, p.16.

³¹ O conceito de mito utilizado aqui não é o de uma fantasia como usualmente o termo é compreendido. Ele é aqui conceituado como uma forma de dar significado a uma determinada experiência histórica, como estórias que adquiriam, pelo uso sistemático, uma função simbolizadora central para a sociedade que as cria. Ibid., 1998, p.16.

³² GRANT, S. M. **História Concisa dos Estados Unidos da América**. São Paulo: EDIPRO, 2014, p.208.

tralmente opostas, ambos buscavam vincular-se à memória da Independência e ao destino nacional, consequentemente: “Ambos sentiam que estavam defendendo uma autêntica missão americana. Ambos invocaram a ajuda do Deus da nação. Ambos viram sua própria seção como a cidadela dos princípios fundamentais do governo americano.”³³

O que o exemplo da Guerra Civil mostra é a maneira como essas concepções são importantes para a construção do imaginário americano, ao mesmo que também revela que elas não foram suficientes para construir uma coesão sólida entre os americanos diante da divisão que a escravidão provocava. Todavia, com a abolição, o principal fator de desunião do país acabou e, ainda que motivos para conflitos não tenham desaparecido, o fim da Guerra Civil forneceu um centro de vida nacional para os americanos.³⁴ Por conseguinte, o passado nacional se torna um gerador maior de consenso se já há um consenso mínimo que permita que a unidade nacional se mantenha estável. Nesse cenário em que diversos dos conflitos que comprometiam a União são resolvidos, o uso político do passado e dos valores e ideais identificados como genuinamente americanos torna-se uma preciosa ferramenta para a criação da ideia de que todos partilham de uma memória e imaginário comuns.

Nas relações externas, essa capacidade de tornar-se base para ideias contraditórias também é marcante. O excepcionalismo americano legitima tanto um afastamento dos conflitos europeus e a visão de que Estados Unidos deveriam ser apenas um exemplo a ser copiado, quanto uma posição de ampla intervenção americana em defesa dos ideais nacionais.³⁵ Segundo Siobhan McEvoy-Levy, esse dualismo entre o isolacionismo e o intervencionismo é uma das principais tensões existentes nas ideias de destino manifesto.³⁶ Essa política de afastamento da Europa delineada na administração de George Washington possuía forte aceitação. O governo americano temia o seu envolvimento em disputas e alianças, os quais poderiam arrastar os Estados Unidos em conflitos estranhos ao país e que poderiam corromper a experiência de liberdade americana.³⁷ Esse isolamento da Europa, contudo, não impediu o desenvolvimento de uma política externa imperialista americana em outras regiões do globo. Em meados do século XIX, os Estados Unidos já haviam se convertido em uma potência com ampla participação e intervenção

³³ “Bolt felt that they were defending an authentically American mission. Both invoked the help of the nation’s God. Both viewed their own section as the citadel of the fundamental principles of American government” CHERRY, C. (Ed.). op. cit., 1998, p.163.

³⁴ Ibid., 2014, p.201.

³⁵ DAVIS, T. R.; LYNN-JONES, S. M., op. cit., 1987, p. 26.

³⁶ MCEVOY-LEVY, S. op. cit., 2001, p.24.

³⁷ MCDUGALL, W. A. **Promised Land, Crusader State: The American encounter with the world since 1776**. Boston: Mariner Books, 1997, p.42.

na política interna de seus vizinhos americanos e de alguns países asiáticos como o Japão, forçado a abertura comercial pela pressão do Comodoro Matthew C. Perry e de sua moderna frota naval, assim como nas Filipinas que foram transformadas em protetorado americano após serem tomadas da Espanha durante a Guerra hispano-americana.

Essa substituição de um expansionismo continental civilizatório por um imperialismo civilizatório provocaria novos debates dentro do país sobre o caráter nacional. Para alguns, essa nova política convertia os Estados Unidos em uma potência colonial à semelhança da Europa, o que poderia arruinar a essência nacional. Representado essa visão, em 1899, a Liga Anti-imperialista foi fundada com o intuito de retomar o que eles encaravam como o enunciado original da missão americana.³⁸ Já outros afirmavam que cabia os Estados Unidos o papel de guardiões desses povos, conduzindo-os à civilização e à democracia; seu interesse não era pela expansão territorial, mas pela expansão dos valores e ideias que constituem a essência do país.³⁹ A disputa entre os dois produziu duas formas distintas de destino manifesto: em um os Estados Unidos deveriam se afastar da corrupção do mundo e, somente pela força do exemplo, influenciar outros a mudarem, no outro ele é caracterizado pela promoção de uma intervenção regenerativa, tornando os americanos um povo com uma obrigação de conquistar outros aos seus princípios e de protegê-los pelo mundo.⁴⁰

Tendo em vista a política americana no continente americano e asiático, Walter A. McDougall afirma que o tradicional e convencional termo “isolacionismo” não descreve com precisão o modelo de política externa americana daquele momento. Para o autor, a palavra que realmente o descreve é unilateralismo.⁴¹ A tradição da política externa americana do período não era caracterizada por um isolamento do mundo, mas por uma política de neutralidade em relação à Europa e a busca dos interesses americanos de maneira unilateral, evitando alianças com outras potências. Isolacionismo é um termo pejorativo utilizado, segundo o autor, por aqueles que defendiam o maior engajamento americano em questões internacionais, as quais envolveriam uma maior aproximação com a Europa. A tensão entre esses dois modelos chegou ao auge com o fim da Primeira Guerra Mundial. Inicialmente encarada como distaste e em desacordo com os interesses nacionais, a participação americana no conflito ganhou amplo apoio quando a Alemanha testou a neutralidade americana com a continuação de sua política

³⁸ GRANT, S. M. op. cit., 2014, p.301.

³⁹ STEPEHENSON, A. op. cit., 1995, p.xiv.

⁴⁰ CHERRY, C. (Ed.). op. cit., 1998, p.20.

⁴¹ MCDUGALL, W. A. op. cit., 1997, p.40.

de guerra submarina. O presidente Woodrow Wilson, antes defensor do isolamento dos problemas europeus, tornou-se um dos mais ardorosos propagandistas do seu fim. Antes usadas para legitimar o não envolvimento americano, as ideias de missão e destino logo racionalizariam o envio de tropas como parte do dever americano de tornar o mundo segura para democracia contra a ameaça da autocracia das Potências Centrais.⁴²

Terminada a guerra, Wilson encabeçou uma campanha pela elevação dos Estados Unidos à condição de potência global com ampla participação internacional. Para ele, “os Estados Unidos não poderiam salvar o mundo sem estar continuamente envolvidos com ele.”⁴³ Nas palavras do presidente, o fim do que ele chamava de isolacionismo americano era parte natural da história, algo antevisto pelos Pais Fundadores e não ocasionada por livre escolha.⁴⁴ Apesar de sua campanha, o fim da guerra produziu um forte mal-estar, comprometendo os objetivos de Wilson. A vitória de Warren G. Harding na eleição presidencial de 1920 com uma plataforma pela defesa do “retorno à normalidade” e uma rejeição ao que ele chamou de “wilsonismo” selaria o fim da mudança na política externa do país. Desta forma, segundo Foner, o envolvimento americano na guerra que começou com objetivos idealistas e grandes esperanças por mudança social estabeleceu as fundações para um dos períodos mais conservadores da história dos Estados Unidos e falhou em seu objetivo último de tornar o mundo mais pacífico e seguro para a democracia.⁴⁵ Ao contrário, o mundo criado pelas negociações de paz em Versalhes estava apenas a alguns anos da eclosão de uma nova guerra, maior e mais mortal do que a que havia acabado. Todavia, se Wilson falhou em seu objetivo e um novo período de distanciamento surgiria, seu discurso criaria um exemplo para uma mudança radical nos anos seguintes.⁴⁶

A Segunda Guerra Mundial quebraria o paradigma da política externa americana, a alterando permanentemente. Assim como na Primeira Guerra, a participação americana nesse conflito seria lida em termos messiânicos. A defesa das quatro liberdades (Liberdade de expressão, Liberdade religiosa, Liberdade da necessidade, Liberdade do medo) definidas pelo presidente Franklin Roosevelt eram o ponto de coesão que unia os diferentes grupos americanos em torno da mesma missão contra a ameaça japonesa e nazifascista contra a democracia. Mas, ao

⁴² SMITH, T. **America's Mission**. New Jersey: Princeton University Press, 1995. p.30.

⁴³ “the United States could not save the world without being continually involved with it.” FONER, E. **Give me Liberty! An American history Volume 2**. Nova York: W. W. Norton & Company, 2016, p.776.

⁴⁴ Ver **Address at the Coliseum in Des Moines, Iowa**, September 6, 1919. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=117367>> Acesso em 21 de setembro de 2017.

⁴⁵ FONER, E. **Give me Liberty! An American history Volume 2**. Nova York: W. W. Norton & Company, 2016, p.777.

⁴⁶ Com o início da Segunda Guerra, o país seria inclusive inundado com livros e filmes que apresentavam Wilson como um santo mártir que havia sido injustamente menosprezado. Ver MCDUGALL, W. A. op. cit., 1997, p.152.

contrário do pós-Primeira Guerra, os líderes americanos estavam mais preparados para defender o projeto de Wilson de uma ativa participação americana no novo mundo prestes a surgir. Destruída pela guerra, a Europa se encontrava extremamente enfraquecida, ao passo que os Estados Unidos haviam se recuperado da depressão econômica e saíram com seu território impune. O país não poderia se isolar na América agora que a democracia mais necessitava, principalmente quando uma nova ameaça surgia no Leste.

A União Soviética rapidamente de aliada se converteria na nova inimiga da democracia e da liberdade. A imposição soviética de seu modelo de governo à Europa Oriental ocupada e o avanço de grupos comunistas na Grécia e China faziam ressurgir o perigo vermelho da década de 1920. A população americana, que se mostrava favorável à desmobilização e o desarmamento,⁴⁷ logo se veria lançada em um novo mundo em conflito. Cabia aos americanos nesse cenário pós-guerra compreender que sua tarefa pela liberdade estava apenas começando. O presidente Harry S. Truman definiria a nova política externa americana em um discurso que lançou as bases da chamada Doutrina Truman, um plano de contenção do avanço socialista na Grécia e na Turquia, em que o presidente “abraçou oficialmente a Guerra Fria como a base da política externa americana e a descreveu como um luta mundial pelo futuro da liberdade.”⁴⁸ Em períodos de transição como esse, concepções de destino manifesto permanecem a melhor forma de agrupar os americanos em torno de uma missão nacional e de uma política interna e externa que reflita ela.⁴⁹ Ao longo da Guerra Fria, os Estados Unidos se veriam diante de novos desafios: a corrida espacial, a corrida armamentista e conflitos como o Vietnã continuamente colocariam o país à prova. Contudo, independente das mudanças, o mito do excepcionalismo permaneceria uma ferramenta para os americanos imaginarem a sua comunidade nacional. Esse imaginário ganhou muita força com a virada religiosa da década de 1950 que amplificava a percepção da ameaça representada pelo comunismo ateu⁵⁰ e a própria religião civil americana adquiriu maior proeminência e coerência nesse período, fortalecendo a sensação de compartilhamento dos valores americanos.⁵¹

⁴⁷ ZINN, H. **A People's History of the United States**. New York: Longman, 1980, p.416.

⁴⁸ “officially embrace the Cold War as the foundation of American foreign policy and describe it as a worldwide struggle over the future of freedom.” FONER, E., op. cit., 2016, p.909.

⁴⁹ MCEVOY-LEVY, S. op. cit., 2001, p.31.

⁵⁰ CHERRY, C. (Ed.). op. cit. 1998, p.303 e 304

⁵¹ GARDELLA, P. op. cit., 2014, p.64.

Um grande exemplo do apego a esses valores é a perda de identidade provocada pelos acontecimentos da Guerra Vietnã. A intervenção americana no país do sudeste asiática, interpretada como um infortúnio necessário para prevenir o avanço do comunismo, possuía grande apoio popular. Contudo, seus resultados lançaram uma sombra sobre a missão americana. Após a guerra, a retórica de buscar o destino nacional agressivamente parecia se conectar cada vez menos com a experiência americana.⁵² O seu fracasso aumentou a suspeita em torno desses discursos, ao ponto de muitos afirmarem que o excepcionalismo americano havia deixado de ser um ponto de coesão nacional.⁵³ Eles estavam enganados; o fiasco na guerra não eliminaria essas concepções do repertório americano. De formas diferentes e em contraposição um ao outro, os presidentes Jimmy Carter e Ronald Reagan buscaram levantar o ânimo dos americanos e o fizeram com base nessas concepções. Carter almejou renovar e reafirmar a estatura moral americana conferindo foco aos direitos humanos, desarmamento nuclear e economia global.⁵⁴ Entretanto, sua presidência foi marcada por turbulências como as Crise do Petróleo e Crise dos reféns no Irã, assim como a intervenção soviética no Afeganistão, que criaram uma sensação de enfraquecimento dos Estados Unidos. Ronald Reagan foi mais bem-sucedido em sua tentativa de revigorar o espírito americano com seu discurso de recolocar a América em seu devido lugar, trazendo novamente os ideais de excepcionalismo para a fundação da política interna e externa dos Estados Unidos. A presidência de Reagan inaugurou um consenso no país em relação a necessidade de enfrentamento com a União Soviética. Todavia, esse consenso seria abalado justamente com o fim do grande rival americano. Ao passo em que o fim da Guerra Fria era trazido como justificção dos ideais de superioridade e excecionalidade do modelo americano, ele produziu novos desafios para o país.

Na cultura americana, a ideia de vitória contribui significativamente para a definição da identidade nacional.⁵⁵ Durante períodos de conflitos armados, a busca pela vitória é simbolicamente entrelaçada à ela. É dessa maneira que os resultados da Guerra Vietnã puderam provocar tamanho abalo na identidade americana. Com o fim da Guerra Fria, a questão da identidade

⁵² CHERRY, C. (Ed.). op. cit. 1998, p.307.

⁵³ DAVIS, T. R.; LYNN-JONES, S. M., op. cit., 1987, p. 20.

⁵⁴ MCEVOY-LEVY, S. op. cit., 2001, p.30.

⁵⁵ JOHNSON, R. Victory and Identity - The end of the Cold War in American imagination In: KENNET, C. (Ed.). **United States Foreign Policy & National Identity in the 21st Century Routledge Studies in US Foreign Policy**. Abingdon: Routledge, 2008, p.3.

americana ficou cada vez mais importante.⁵⁶ Uma ideia de que os Estados Unidos foram vitoriosos no conflito foi motivo de controversas, pois, enquanto vitórias podem ser motivo para celebrações, elas produzem um período de transição que introduz novos desafios e responsabilidades. Com o fim da União Soviética, os líderes americanos evitaram afirmar uma vitória, mas, ao conceberem a reconciliação através de valores e mitos americanos, insinuaram o triunfo americano.⁵⁷ Todavia, enquanto no pós-Segunda Guerra a nova tarefa americana era clara, a nova posição e propósito americanos eram um tanto obscuros.

Ao contrário da Segunda Guerra e de outros conflitos armados, a participação americana no fim da Guerra Fria pareceu distante para os americanos. Não havia soldados americanos carregando a *Stars and Stripes*⁵⁸ em cidades libertadas, tais eventos somente puderam ser experienciados como eventos estrangeiros. Eles não puderam oferecer uma estrutura para celebração nacional ou um ponto de resolução da identidade americana. A sensação gerada era a de que a história estava sendo feita, mas não eram americanos que a estavam fazendo. O fim da União Soviética também acarretava um grande peso no imaginário americano. Por décadas a grande rival e “o perfeito inimigo ideológico dos Estados Unidos” nas palavras de Georgiy Arbatov,⁵⁹ sua dissolução retirava um fator que dava sentido à luta americana pelos seus ideais. O triunfo americano parecia um motivo de celebrações, mas ele carregava um certo gosto amargo. Ele pôs fim a paradigmas e consensos que duravam por décadas no país e que haviam moldado a posição e propósito americano no mundo e na história.

Uma nova e estranha era se aproximava; a globalização, o medo da decadência econômica e o terrorismo em pouco tempo colocariam novos desafios, marcando um momento de pessimismo sobre o futuro dos Estados Unidos e colocando à prova a capacidade dos americanos de adaptarem seu destino manifesto. A década de 1990 foi um período de busca por redefinir a identidade americana. Foi durante esse período que o país fundado como a nação do futuro, foi tomado por uma forte nostalgia pelo passado. Nostalgia pelos anos 1950, momento em que a missão americana parecia não ser ambígua e sua capacidade inquestionável⁶⁰ e pelos momentos de maior glória dos Estados Unidos como a Guerra Civil e Segunda Guerra Mundial,

⁵⁶ CHRISTIE, K. Introduction. In: KENNEDY, C. (Ed.). **United States Foreign Policy & National Identity in the 21st Century Routledge Studies in US Foreign Policy**. Abingdon: Routledge, 2008, p.xix.

⁵⁷ JOHNSON, R. op. cit., 2008, p.9.

⁵⁸ “Estrelas e Listras”, apelido da bandeira dos Estados Unidos.

⁵⁹ Citação extraída de JOHNSON, R. op. cit., 2008, p.11

⁶⁰ MCEVOY-LEVY, S. op. cit., 2001, p.40.

também alimentada pelo seu aniversário de 50 anos. Esse “boom” de memória não existia apenas em celebrações e comemorações oficiais como a aprovação pelo Congresso americano da construção do National World War II Memorial em 1993, mas também através de filmes e séries de televisão. Documentários como o *The Civil War* (1990) de Ken Burns com um recorde de 40 milhões de espectadores e filmes como *Gettysburg* (1993), *Glory* (1989) e *Saving Private Ryan* (1998) catalisaram o interesse do público americano pelo passado. Um interesse que revela a busca pelas gerações pós-Guerra Fria em adquirir significado nas experiências de seus pais e avós.⁶¹ O passado se convertia no melhor refúgio para as incertezas do presente. Um dos grandes exemplos desse fenômeno foram as guerras culturais da década de 90. O crescimento de uma historiografia que reavaliava muitas das certezas sobre o passado provocou uma forte oposição daqueles que acusavam qualquer revisão do passado como fomento à crise de identidade dos americanos.⁶² Essas guerras culturais serviram como um substituto da Guerra Fria como elemento crucial para a definição da identidade americana⁶³ e provocaram o ressurgimento com mais força da velha narrativa do triunfo do passado e da grandeza e excepcionalidade dos Estados Unidos.⁶⁴

1.1. Questões teóricas e conceituais

O primeiro aspecto teórico que destaco se refere ao fato do momento histórico abordado neste trabalho ainda nos ser presente. Estamos aqui lidando com um recorte temporal que ainda nos é contemporâneo. Afinal, o envolvimento americano nas disputas geopolíticas do Oriente Médio, o terrorismo e o significado de eventos como o Ataque ao World Trade Center ainda são extremamente presentes. Isso nos leva ao debate se o historiador pode ou não se debruçar sobre um passado tão recente, ainda tão debatido e que possui muitas pessoas vivas para contá-lo.

No século XIX, quando a história foi profissionalizada, os historiadores insistiram na necessidade de objetividade pelo estabelecimento de uma ruptura entre o passado e o presente. Por muito tempo, essa racionalidade oitocentista marcou o distanciamento como característica fundamental para os historiadores manterem um trabalho científico e verdadeiramente objetivo, pois estaríamos olhando para um passado já consolidado, o qual não mais nos afetaria. Segundo

⁶¹ JOHNSON, R. op. cit., 2008, p.13.

⁶² AVILA, A. L. O Passado Americano na Era da Fratura: episódios das guerras de história nos Estados Unidos na década de 1990. **Tempo. Revista do Departamento de História da UFF**, 2016.p. 253.

⁶³ JOHNSON, R. op. cit., 2008, p.11.

⁶⁴ AVILA, A. L. op. cit., 2006, loc. cit.

Marieta Ferreira, Simiand foi o primeiro a colocar em xeque esse paradigma, uma vez que “na sua visão, o recuo no tempo não garantia a objetividade da história, pois todo historiador é tributário da sua época.”⁶⁵ É verdade que o historiador do tempo presente carrega consigo a carga de sua época, que o trabalho por ele produzido não está imune a subjetividade, porém o historiador do passado distante também não está. Toda a história é escrita no presente independente da época por ele estudada.

É claro, há uma diferença entre fazer história de seu próprio tempo e da antiguidade. Mas o importante, sem negar as particularidades que a marcam, é afirmar que a história do tempo do presente é, primeiramente e antes de tudo, história, submetida as mesmas especificidades de toda a escrita da história. O fato do historiador do presente lidar com um tempo que muitas vezes não está encerrado, não significa que seu trabalho não é possível e eu diria necessário. O fato de que algumas de suas explicações poderem permanecer provisórias pela mudança que a passagem do tempo pode acarretar, não desmerece o trabalho de dar sentido a cenários do presente pelo pesquisador. A presença do historiador no estudo desses cenários pode inclusive surgir de uma demanda social crescente em que ela é cada vez mais solicitada.

Como criadores de uma noção do lugar e da direção dos Estados Unidos, as concepções de destino manifesto são importante elemento do imaginário americano, na sua construção de sentidos partilhados. Ele é uma representação coletiva por meio da qual é atribuído significado ao mundo e à inserção dos Estados Unidos nele. Ele é uma forma de leitura e tradução da realidade que se mostra de forma simbólica, é uma tradução em significados do mundo. Pois, este “tal como o vemos, apropriamo-nos e transformamos é sempre um mundo qualificado, construído socialmente pelo pensamento.”⁶⁶ Eles são aspectos importantes dessa construção para os americanos, são parte da prática que reconhece uma identidade própria, uma maneira particular de estar no mundo e de significar simbolicamente essa posição e seu estatuto. Nesse sentido, esse trabalho dá atenção às condições e aos processos que sustentam essas operações de construção de sentido.

Essas concepções possuem assim uma forte circularidade cultural, sendo continuamente reconfiguradas ao longo de sua história, permitindo reelaborações de sentido contínuas. Logo, essas representações coletivas devem ser consideradas como verdadeiras instituições sociais,

⁶⁵ FERREIRA, M. M. História do tempo presente: desafios. *Cultura Vozes*, v.94, n.3, 2000, p.115.

⁶⁶ PESSAVENTO, S. Cultura e Representação. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.50.

como “matrizes de práticas que constroem o próprio mundo social.”⁶⁷ Devemos ter em vista as formas institucionalizadas graças às quais representantes (em nosso caso, os presidentes) marcam de modo visível e perpetuado a existência dessa coletividade nacional americana. Nos levando a considerar as próprias estratégias simbólicas que existem em torno destes representantes, na construção do crédito às representações por eles construídas, de produzir reconhecimento da forma como eles inserem o país no mundo. Conseqüentemente, devemos considerar os seus discursos “em seus próprios dispositivos, suas articulações retóricas ou narrativas, suas estratégias persuasivas ou demonstrativas.”⁶⁸ Devemos compreender esses discursos em sua especificidade, em seus lugares e meio de produção e em suas condições de possibilidade, na tensão entre a capacidade inventiva dos seus enunciados e das restrições, convenções que limitam o que lhe é possível enunciar e fazer. Eles produzem e inventam, mas o fazem em uma determinada posição que implica determinadas condições específicas. Devemos aceitar assim o desafio de Chartier de relacionar a construção discursiva do social e a construção social dos discursos.⁶⁹

Essa metanarrativa que dá sentido à posição dos Estados Unidos no mundo também está fortemente ligada à própria memória nacional do país. As concepções de destino manifesto envolvem uma forte marca de uso do passado pela forma como esses discursos são dotados de uma simbologia que referenciam a história nacional, estabelecendo um permanente vínculo entre o presente e o passado. A análise dessas representações não pode, portanto, estar distanciada do conceito de memória,⁷⁰ por meio dela, é possível evocar imagens do passado, construindo a noção da existência de uma luta contínua dos Estados Unidos pela liberdade, encarado como seu valor, símbolo e propriedade específica que retorna continuamente, o identificando no espaço e no tempo. Deste modo, as novas realidades com as quais o país se depara são colocadas em relação com outras experiências de sua história. Como Benedict Anderson (2010) mostra, as comunidades nacionais pautam-se pela necessidade de fazer do novo antigo, buscando sua naturalidade no passado. Esse é um elemento importante na forma como o destino manifesto influencia na produção do imaginário nacional americano.

A memória como leitura do passado está assim condicionada pelo contexto histórico em que ela é articulada. É aqui que a memória coletiva adquire um papel altamente significativo,

⁶⁷ CHARTIER, R. **A Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002, p.72

⁶⁸ *Ibid.*, 2002, p.77

⁶⁹ *Ibid.*, 2002, p.97

⁷⁰ PESSAVENTO, S. *Cultura e Representação*. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.51.

pois, mesmo vivendo inteiramente no presente, um povo necessita construir para si um passado, buscando dar substância à sua identidade. A memória ganha centralidade nesse processo, pois ela tem a capacidade de estruturar “as identidades sociais, inscrevendo-as numa continuidade histórica e dotando-as de um sentido, ou seja, de um conteúdo e de uma direção”.⁷¹ A memória como representação do passado permite que toda a sociedade construa no presente um passado para si mesma, que a legitime no agora e a projete no futuro, ao ponto de elas se naturalizarem nesse processo.⁷²

Em vista disso, é o compartilhamento dessas narrativas que cria uma noção identidade comum entre pessoas que nunca se viram, mas que, por meio desse compartilhamento, conseguem enxergarem-se como integrantes de uma mesma comunidade e detentoras de uma história comum. Como afirma Gillis, “o significado central de qualquer identidade individual ou de grupo, ou seja, uma sensação de uniformidade ao longo do tempo e espaço é sustentada pela lembrança; e o que é lembrado é definido pela identidade assumida.”⁷³ Isso nos conduz a trazer um novo aspecto dessa questão: o elemento político na construção e transmissão da memória. Ao estudar as memórias coletivas devemos evitar tomá-las como entidades próprias, separadas dos indivíduos e das disputas da sociedade. Em resumo, ao estudá-la “não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formação das memórias.”⁷⁴

Assim podemos ver como no próprio ato de rememoração, os atores sociais e as instituições podem expressar sua vontade de atuar – preservar, transmitir – sobre as memórias. Nessa vontade, podem estar presentes diversas intenções: a justiça de vítimas, uma intenção educativa e, é claro, uma intenção política. Ao passo que os acontecimentos do passado não podem ser alterados, a percepção e significado que temos deles podem. No plano político, a rememoração adquire um status de uma poderosa ferramenta, submetendo a ativação do pas-

⁷¹ TRAVERSO, E. **O Passado, Modos de Usar**. Lisboa: Unipop, 2012, p.14-15.

⁷² AURELL, J. La función social de la memoria. In: ALVIRA, R.; GHIRETTI, H.; HERRERO, M. (Eds.). **La experiencia social del tiempo**. Navarra: EUNSA, 2006, p.151.

⁷³ “the core meaning of any individual or group identity, namely, a sense of sameness over time and space is sustained by remembering; and what is remembered is defined by the assumed identity.” J. R. Memory and identity: the history of a relationship. In: _____. (Ed.) **Commemorations: the politics of national identity**. Princeton: Princeton University Press, 1994, p.3.

⁷⁴ POLLAK, M. Memoria, esquecimento, silencio. **Estudios históricos**. v. 2, n. 3, 1989, p.4.

sado que se rememora e se esquece ao presente e em função de expectativas futuras. A rememoração vincula as experiências do passado com esse horizonte de expectativas, imputando uma intensão do futuro sobre a apreensão do passado.⁷⁵ No caso do discurso do destino manifesto, sua narrativa é estruturada de uma maneira em que ele espelha um passado de lutas pela liberdade no presente, ao mesmo tempo o conectado à expectativa de um futuro em que essa luta, essa missão histórica da nação americana será cumprida.

Isto posto, encaro a rememoração desses agentes sociais como uma ação estratégica de empreendedores da memória que desenvolvem políticas ativas de construção de sentidos do passado.⁷⁶ Esses empreendedores de memória são aqui entendidos não no sentido de empreendedores que buscam lucro, mas sim que põem em curso empreendimentos de caráter social ou coletivo. Esses empreendedores buscam reconhecimento social e legitimidade política de sua versão ou narrativa do passado, estando aí implicado o uso político e público da memória. Logo, a narrativa que eles produzem busca vincular sua ação à memória coletiva. Podemos assim falar do uso da memória em um sentido exemplar que converte o passado em princípio de ação para o presente.⁷⁷ Invasões como a do Vietnã e do Iraque podem ser racionalizadas pela evocação ritual do dever de memória⁷⁸ e de sua inserção em um processo histórico de duração maior.⁷⁹ Como parte, portanto, da missão e destino nacional americanos de salvaguardar a liberdade.

Ao discutirmos essas narrativas, que fornecem pontos de referência do passado para a ação no presente, também devemos ter em mente quem são esses empreendedores que produzem essas narrativas e onde elas são produzidas: “O poder das palavras não está nas próprias palavras, mas na autoridade que representam e nos processos ligados às instituições que as legitimam. [...] A recepção de palavras e atos não é um processo passivo, mas, pelo contrário, um ato de reconhecimento daquele que realiza a transmissão.”⁸⁰ É, portanto, necessária a abordagem de determinados elementos em torno da fonte deste trabalho, os discursos dos presidentes, assim como o de suas figuras.

⁷⁵ RICOEUR, P. **La lectura del tiempo pasado: memoria y olvido**. Madrid: Arrecife-Universidad Autónoma de Madrid, 1999, p.49.

⁷⁶ JELIN, E. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI, 2002, p.48.

⁷⁷ TODOROV, T. **Os abusos de la memoria**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2000, p.31.

⁷⁸ TRAVERSO, E. op. cit., 2012, p.18.

⁷⁹ JELIN, op. cit., 2002, p.44.

⁸⁰ “El poder de las palabras no está en las palabras mismas, sino en la autoridad que representan y en los procesos ligados a las instituciones que las legitiman. [...] La recepción de palabras y actos no es un proceso passivo sino, por el contrario, un acto de reconocimiento hacia quien realiza la transmisión” Ibid., 2002, p.36-37.

A característica fundamental do discurso político é a necessidade de sobrevivência pela imposição da sua verdade, que está sempre ameaçada em um jogo de significações. O discurso é uma tentativa de dar sentido ao real, precária, mas exitosa. Ela é precária porque os sentidos que ela busca impor são construções históricas e arbitrárias e, portanto, provisórios, ficando assim continuamente ameaçados de serem desconstruídos, porém, ela é exitosa por se inserir em uma continuidade histórica.⁸¹ O discurso político também é por excelência o discurso do sujeito, o discurso em que fica explícito os seus desejos por poder e a sua inserção em uma luta política.⁸² Por conseguinte, ele está inserido em uma rede de outros discursos que existem e que agem paralelamente a ele e muitas vezes em confronto com ele. Desta forma, para se construir e prevalecer, ele precisa continuamente desconstruir o outro. Devemos encará-lo nessas duas linhas: o êxito em desconstruir o outro e a forma como constrói a si próprio como oposição ao outro.⁸³ No caso dos discursos dos presidentes americanos em análise, eles se estruturam em oposição a um inimigo a ser vencido, cuja imagem e discursos são continuamente desconstruídos. É assim que temos a construção do discurso dos Estados Unidos como líderes da luta pela liberdade e democracia em contraposição à Europa durante o primeiro século de sua existência e à União Soviética durante a Guerra Fria.

Tendo em vista seu aspecto altamente político e seu desejo por impor suas significações, torna-se necessário também identificar através de que formas esses discursos se legitimam frente à sociedade a qual eles se direcionam. Já expomos as problemáticas envolvendo o “campo de memória” desses discursos, a maneira como eles estruturam imaginários sociais em busca de legitimação. Contudo, também é necessária a problematização do lugar de onde partem esses discursos. A escolha do lugar em que uma presidente fala pode influir muito na forma como esse discurso será recepcionado, pois eles podem providenciar “fortes imagens simbólicas e visuais que são complementadas com retórica estrategicamente trabalhada.”⁸⁴ Precisamos compreender o poder simbólico que determinados discursos possuem – tendo em vista o uso comum de eventos da religião civil americana para reforçar os argumentos expressados –, assim como compreender a própria presidência dos Estados Unidos como um local de enunciação, dotado de reconhecimento público e tradição específicos. Os discursos produzidos pelos presidentes são assim parte de uma estrutura social que dispõe de rituais simbólicos e estratégias de

⁸¹ PINTO, C. R. J. Elementos para uma análise do discurso político. **Barbarói**, v.24, 2006, p.80.

⁸² FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2013, p.9-10.

⁸³ PINTO, C. R. J. op. cit., 2006, p.93.

⁸⁴ “powerfully symbolic visual images that are supplemented with strategically crafted rhetoric.” MCEVOY-LEVY, S. op. cit., p.13.

validação e disseminação de sua mensagem, os quais constroem sua legitimação, ao mesmo tempo em que os limitam dentro dessas tradições. Podemos compreender o próprio peso histórico em torno da presidência tomando-a como um lugar de memória.⁸⁵ Há uma memória em torno da presidência dos Estados Unidos que o tornou um elemento simbólico do patrimônio memorial da nação, dando força e autoridade ao discurso de quem exerce o cargo. É justamente essa autoridade, a qual possibilita os presidentes tornassem porta vozes do destino nacional, que reside a importância do foco em seus discursos.

⁸⁵ NORA, P. Entre a Memória e a História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, v.10, p.7-28, 1993.

2. Bill Clinton e a busca por uma América renovada

“E os que de ti procederem edificarão as ruínas antigas; e tu levantarás os fundamentos de muitas gerações; e serás chamado reparador da brecha, e restaurador de veredas para morar. ”

Isaías 58:12

A década de 1990 foi uma década de descontentamento. Apesar do fim da Guerra Fria e da vitória na Guerra do Golfo, muitos americanos acreditavam que o país havia perdido o seu rumo. A recessão econômica em que o país havia mergulhado no início daquele decênio inaugurou um profundo pessimismo em relação ao presente e ao futuro do país. Nesse cenário de mal-estar, as eleições de 1992 foram centralizadas na busca por soluções dos graves problemas domésticos do país. “É a economia, estúpido” foi o slogan usado pela campanha de Bill Clinton para criticar a gestão do então presidente George H.W. Bush, denotando o direcionamento das atenções dos americanos nos problemas internos do país no exato momento em que uma ampla transformação externa ocorria.⁸⁶

Endereçando esse descontentamento, Bill Clinton afirmou a necessidade por uma ampla reconstrução e renovação nos Estados Unidos. A recessão econômica demandava mudanças. Vitorioso nas eleições, Clinton tomou posse do cargo de presidente em um dia de inverno, mas que “pelas palavras que falamos e pelas faces que mostramos ao mundo, forçamos a primavera, uma primavera renascida na democracia mais antiga do mundo, que produz a visão e a coragem para reinventar a América. ” Aquele era o momento em que uma nova geração de americanos assumia “novas responsabilidades em um mundo aquecido pela luz da liberdade”, mas que, observou Clinton, era ainda ameaçada “por antigos ódios e novas pragas. ” Se o fim da Guerra Fria havia despejado a luz da liberdade sobre o mundo, esse cenário idílico era obscurecido pelo declínio econômico dos Estados Unidos. De acordo com o recém empossado presidente, a resposta para esse declínio não era encontrada fora do país, mas em si mesmo:

“Nossa democracia precisa ser não apenas a inveja do mundo, mas o motor de nossa própria renovação. Não há nada errado na América que não possa ser curado pelo que está certo com a América. E então, hoje, prometemos um fim da era do impasse e da deriva, e uma nova temporada de renovação americana começou. ”

Durante toda sua história, os Estados Unidos enfrentaram diferentes obstáculos, porém, sempre conscientes da necessidade de mudança, eles puderam superar as crises e sobre elas construir

⁸⁶FONER, E., op. cit., 2016, p.1073-1075.

um caminho para o seu futuro: “Da nossa Revolução à Guerra Civil, à Grande Depressão, ao movimento dos direitos civis, nosso povo sempre reuniu a determinação de construir das crises os pilares da nossa história.”⁸⁷ Por conseguinte, ao mesmo tempo em que ele afirmava a necessidade por uma nova direção, ele proclamava que ela seria encontrada “nos velhos e básicos valores que nos trouxeram até aqui pelos últimos dois séculos.” Afinal, “quando nossos Fundadores declararam corajosamente a independência dos Estados Unidos para o mundo e nossos propósitos para o Todo-Poderoso, eles sabiam que a América, para perdurar, teria que mudar.”⁸⁸ Conforme Clinton, portanto, mudar é parte da própria essência da experiência americana. Assim, através da reafirmação dos valores americanos e da exemplaridade do seu passado, Clinton anunciava aos americanos que eles poderiam confrontar os obstáculos do seu presente e, conseqüentemente, renovar o Sonho Americano.

Para ele, era imperativo que os americanos abraçassem esse projeto de renovação porque, somente por meio dele, eles poderiam “reconquistar o controle sobre o nosso destino como um povo aqui em casa, fortalecer nossa economia e desenvolver as capacidades de todo o nosso povo.”⁸⁹ A própria liderança americana no mundo dependia disso. A globalização, segundo Clinton, havia tornado a linha de divisão entre a política doméstica e externa obscura. Os Estados Unidos não poderiam continuar a liderar o mundo livre sem manter a sua credibilidade, a qual dependia do fortalecimento de sua própria economia, visto que “fazer bem aqui em casa é a base última de nossa influência no exterior.”⁹⁰ Nesse mesmo sentido, discursado no dia da Independência:

“Quando Abraham Lincoln escreveu a Proclamação de Emancipação, ele deu ao conflito mais sangrento de nossa nação um propósito sagrado e moral, para transformar as promessas da Declaração, da Constituição e da Declaração dos Direitos em realidades vivas para todo o nosso povo. [...] Para manter essa

⁸⁷ “by the words we speak and the faces we show the world, we force the spring, a spring reborn in the world’s oldest democracy that brings forth the vision and courage to reinvent America.” / “new responsibilities in a world warmed by the sunshine of freedom” / “by ancient hatreds and new plagues.” / “Our democracy must be not only the envy of the world but the engine of our own renewal. There is nothing wrong with America that cannot be cured by what is right with America. And so today we pledge an end to the era of deadlock and drift, and a new season of American renewal has begun” / “From our Revolution to the Civil War, to the Great Depression, to the civil rights movement, our people have always mustered the determination to construct from these crises the pillars of our history” In: Inaugural Address (January 20, 1993)

⁸⁸ “in the basic old values that brought us here over the last two centuries.” / “when our Founders boldly declared America’s independence to the world and our purposes to the Almighty, they knew that America, to endure, would have to change.” In: Address Before a Joint Session of Congress on Administration Goals (February 17, 1993)

⁸⁹ “regain control over our destiny as a people here at home, to strengthen our economy and develop the capacities of all of our people.” In: Remarks at a Memorial Day Ceremony at the Vietnam Veterans Memorial (May 31, 1993)

⁹⁰ “to do well here at home is the ultimate basis of our influence abroad.” In: Remarks to the American Society of Newspaper Editors in Annapolis (April 1, 1993)

promessa, devemos continuar a liderar o mundo, não apenas politicamente e moralmente, mas também economicamente.”⁹¹

Para manter essa sagrada e moral promessa, era indispensável a manutenção da liderança americana na economia global; preservar o legado do passado dependia disso. Era uma temática recorrente em seus discursos o alerta de que o país só poderia liderar se ele personificasse seus próprios ideais. É perceptível assim a busca em temas do passado e excepcionalismo americanos um meio retórico para unir os americanos naquele momento de mudanças e incertezas. Como já abordado no primeiro capítulo, em períodos de transição, as concepções de destino manifesto tornam-se a melhor ferramenta para gerar consenso.⁹² Dessa forma, Clinton balanceava os seus alertas de declínio dos Estados Unidos com descrições da sua excepcionalidade, o oferecendo como o próprio mecanismo de solução dos novos desafios nacionais.

Com o fim da União Soviética, pode-se afirmar que a recessão econômica ganhou o *status* de principal ameaça no imaginário americano. Tamanho era o foco em sua superação que, ao discursar sobre o ataque terrorista ao World Trade Center em 1993, Clinton decidiu tomar aquela oportunidade para “falar sobre outro aspecto crucial de nossa segurança, nossa segurança econômica”,⁹³ dedicando a maior parte daquele discurso para falar sobre seu plano de combate à recessão. Olhando retrospectivamente, pode parecer estranho que, diante um ataque terrorista ao solo nacional, o presidente iria tomar aquela oportunidade para endereçar os cidadãos americanos sobre a sua segurança econômica ao invés de focar-se na ameaça que aquele ataque representava à segurança do país. Ainda levaria alguns anos para o terror ser materializado como o grande inimigo dos Estados Unidos. Naquele momento, o medo da inadequação americana na economia global era a ameaça mais premente e tangível ao modo de vida americano. Mesmo nos anos em que o Iraque de Saddam Hussein representou a principal ameaça externa ao país, o Japão, um aliado americano, e sua economia em rápido crescimento foram a principal ameaça no imaginário americano por um curto período.⁹⁴ Nota-se o impacto das perspectivas de declínio da economia nesse imaginário. O próprio senso de patriotismo surgido da Guerra do Golfo foi abalado pela dura realidade econômica do país. O fortalecimento

⁹¹ “When Abraham Lincoln wrote the Emancipation Proclamation, he gave our Nation’s bloodiest conflict a sacred, moral purpose, to turn the promises of the Declaration and the Constitution and the Bill of Rights into living realities for all our people. [...] To keep that promise, we must continue to lead the world, not only politically and morally but economically as well.” In: Remarks at an Independence Day Ceremony in Philadelphia, Pennsylvania (July 4, 1993)

⁹² Rever nota 49

⁹³ “talk about another crucial aspect of our security, our economic security” In: The President's Radio Address (February 27, 1993)

⁹⁴ JOHNSON, R. op. cit., 2008, p.11

do patriotismo trazido pela vitória no conflito foi logo substituído pelo mal-estar daqueles anos.⁹⁵ É justamente assim que o passado aparecia cada vez mais como um ponto capaz de oferecer coerência diante das incertezas do presente. Ao responder, portanto, esse mal-estar em termos que referenciam a história nacional e que reatestam a democracia americana como caminho de superação da crise, o discurso do presidente Clinton buscava construir um consenso favorável à implementação de seu programa de mudanças e renovação em um ambiente já favorável à retórica do passado. E qual projeto era esse?

“Um novo governo para um novo século” era a fórmula oferecida por Clinton, um governo “humilde o suficiente para não tentar resolver todos os nossos problemas por nós, mas suficientemente forte para nos dar as ferramentas para resolvermos os nossos problemas nós mesmos, um governo que é menor, vive dentro de seus meios e faz mais com menos.”⁹⁶ A mudança necessária para reaquecer a economia americana passava por mudanças na relação entre o governo federal e a população, por uma reforma dos programas sociais e dos gastos federais. Apesar de falar de mudanças e renovação, Clinton havia assumido várias das premissas do projeto econômico de seus antecessores. Ele havia concorrido com a promessa de colocar fim ao estado de bem-estar social como ele era até então conhecido. Ao criticar o governo de seu antecessor, Clinton não ofereceu uma ruptura ao modelo neoliberal em consolidação. Pelo contrário, ele alegava sua capacidade de melhor administrá-lo do que seus adversários. Para Wendy Brown, isso faz parte da racionalidade do próprio neoliberalismo, que definia o sucesso de qualquer governo em sua habilidade de sustentar e proteger o mercado, ligando sua legitimidade a esse sucesso.⁹⁷ Logo, o crescimento da economia é a base da legitimidade de todo governo, visto que ele é tanto o responsável pela saúde da economia, quanto por causa da racionalidade econômica a qual ele é submetido. Bill Clinton havia abraçado essa racionalidade, deixando claro que em seu governo: “A era do Governo grande chegou ao fim.”⁹⁸ Assim sendo, segundo Eric Foner: “Clinton havia conseguido para o Reaganismo o que Eisenhower tinha

⁹⁵ Ibid., 2008, p.11-12.

⁹⁶ “A new Government for a new century”/ “humble enough not to try to solve all our problems for us but strong enough to give us the tools to solve our problems for ourselves, a Government that is smaller, lives within its means, and does more with less.” In: Inaugural Address (January 20, 1993)

⁹⁷ BROWN, W. Neoliberalism and the end of liberal democracy. In: **Edgework: critical essays on knowledge and politics** (pp. 37-59). Princeton: Princeton University Press, p.41-42.

⁹⁸ “The era of big Government is over. “ Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union (January 23, 1996)

feito pelo New Deal e Nixon pela Grande Sociedade – Consolidação de uma mudança básica na política americana, aceitando muitas das premissas de seus oponentes.”⁹⁹

Em vista disso, como seus antecessores, Clinton mostrou entusiasmo com a abertura comercial, se tornando uma parte fundamental do seu projeto de renovação. A renovação doméstica deveria ser diferenciada de qualquer forma de isolacionismo, pois este era extremamente nocivo ao país. Desta forma, ele alertava os americanos que a última vez que os Estados Unidos sucumbiram ao protecionismo, edificando “muros contra comércio pacífico com outras nações”, seu erro foi acompanhado pela Grande Depressão e ela “levou à agressão e depois a outra guerra mundial, uma que reivindicaria meio milhão de vidas americanas. ” Após a Primeira Guerra Mundial, o país havia virado as costas para o mundo no exato momento em que ele mais precisava. O resultado foram duas das maiores catástrofes da história humana: a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial. Desta maneira, enquanto o envio de tropas americanas às trincheiras europeias em 1917 havia “provado nossa força, não provou nossa sabedoria. ” Agora, um novo grande conflito havia acabado, contudo “mesmo que o mundo se maravilhe com essa conquista, mais uma vez a história está prestes a tomar a medida de nossa sabedoria. ” A história novamente conclamava os americanos: eles atenderiam o chamado, ou virariam novamente suas costas? Cabia aos americanos preservar as conquistas da liberdade; o mundo dependia de sua escolha:

“Estamos sendo requisitados a decidir se manteremos o alto estado de prontidão que estava por trás da nossa vitória ou desperdiçaremos a semente de nossa segurança, perguntados se intensificaremos a maré global de liberdade promovendo a democracia e abertura de mercados mundiais ou negligenciaremos o dever de nossa liderança e no processo e, na retirada, diminuir a esperança e prosperidade não apenas de nosso próprio povo, mas para bilhões de outros pelo mundo que olham para nós. ”

Concedendo esse discurso no Dia dos Veteranos, Clinton declarou que responder o chamado, demonstrando sabedoria, evitando, em consequência, o descrédito dos Estados Unidos e de sua indispensável liderança, seria “a maior honra que poderíamos prestar aos nossos veteranos”, preservando “as conquistas que eles ganharam durante seu difícil serviço e grande sacrifício.

»¹⁰⁰

⁹⁹ “Clinton had accomplished for Reaganism what Eisenhower had done for the New Deal, and Nixon for the Great Society— Consolidating a basic shift in American politics by accepting many of the premises of his opponents.” FONER, E., op. cit., 2016, p.1078.

¹⁰⁰ “walls against peaceful commerce with other nations” / “led to aggression and then to another world war, one that would claim a half million American lives” / “proved our strength, it did not prove our wisdom. “ / “even as the world marvels at this achievement, once again history is about to take the measure of our wisdom.” / “We are

Dentro do seu projeto de renovação, o NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio) era a principal resposta ao chamado dos americanos pela história. Mais do que apenas um acordo comercial para os países da América do Norte, ele havia se tornando “uma luta simbólica pelo espírito de nosso país” e, parecendo ecoar Thomas Paine, uma “oportunidade para refazer o mundo.” A própria segurança dos Estados Unidos dependia dela, uma vez que, como Clinton já havia alertado em vários de seus discursos, foram o protecionismo e o isolamento os responsáveis pela eclosão da Segunda Guerra Mundial. Logo, “para essa nova era, a nossa segurança nacional que agora conhecemos será determinada pela nossa capacidade de derrubar barreiras de comércio externo, assim como pela nossa habilidade de romper muralhas distantes.”¹⁰¹ Seria através da revitalização econômica interna proporcionada por acordos como o NAFTA que os Estados Unidos poderiam fortalecer as democracias de livre-mercado mundo afora. Discursando à Assembleia Geral da ONU:

“Os Estados Unidos acreditam que uma comunidade expandida de democracias de mercado não só serve nossos próprios interesses de segurança, mas também avança os objetivos consagrados na Carta dessa organização e em sua Declaração Universal dos Direitos Humanos. Pois, a prosperidade de base ampla é claramente a forma mais forte de diplomacia preventiva. E os hábitos da democracia são os hábitos da paz.”¹⁰²

O NAFTA não apenas recuperaria a economia, reatando a credibilidade e liderança dos Estados Unidos, como também expandiria os valores da democracia de mercado. E, sendo o hábito das democracias o hábito da paz, a abertura comercial garantiria preventivamente a segurança americana. O comércio como algo que carrega uma marca civilizatória e capaz de incentivar valores democráticos já era um elemento presente na retórica do destino manifesto desde o final do século XIX.¹⁰³ É por isso que a política comercial do governo Clinton se tornou uma temática

being asked to decide whether we will maintain the high state of readiness that stood behind our victory or fritter away the seed corn of our security, asked whether we will swell the global tide of freedom by promoting democracy and open world markets or neglect the duty of our leadership and in the process and, in the withdrawal, diminish hope and prosperity not only for our own people but for billions of others throughout the world who look to us.” / “the greatest honors we can pay to our veterans” / “the gains they have won through their hard service and great sacrifice.” In: Remarks at the Veterans Day Ceremony at Arlington National Cemetery, Virginia (November 11, 1993)

¹⁰¹ “a symbolic struggle for the spirit of our country” / “opportunity to remake the world.” / “for this new era, our national security we now know will be determined as much by our ability to pull down foreign trade barriers as by our ability to breach distant ramparts.” In: Remarks on Signing the North American Free Trade Agreement Implementation Act (December 8, 1993)

¹⁰² “The United States believes that an expanded community of market democracies not only serves our own security interests, it also advances the goals enshrined in this body’s Charter and its Universal Declaration of Human Rights. For broadly based prosperity is clearly the strongest form of preventive diplomacy. And the habits of democracy are the habits of peace” In: Remarks to the 48th Session of the United Nations General Assembly in New York City (September 27, 1993)

¹⁰³ STEPEHENSON, A. op. cit., 1995, p.93-95.

comum em seus discursos no Dia dos Veteranos e Dia do Memorial.¹⁰⁴ O próprio apoio da Legião Americana, uma das maiores organizações de veteranos dos Estados Unidos, ao NAFTA, fato abordado por Clinton em um desses eventos, trabalhou em favor dessa retórica.¹⁰⁵

Ao discursar nos 50 anos da morte de Franklin D. Roosevelt, Bill Clinton relembrou os americanos os desafios da década de 1930. Diante daquele cenário de desolação, o primeiro trabalho de Roosevelt foi “colocar a América para trabalhar novamente”¹⁰⁶ e, assim como naquela época, esta permanecia a principal tarefa do dia. Trabalhar é o que torna um povo verdadeiramente livre e independente: “Nesse final de semana de quatro de julho [aniversário da Independência dos Estados Unidos], eu quero falar sobre algo que está na raiz de toda a nossa independência: ir trabalhar. É o que torna você autossuficiente. É o que torna você e sua família realmente independentes.” Mas, infelizmente, “milhões de americanos não são independentes por causa de sua dependência de assistência social.”¹⁰⁷ O New Deal havia representado uma oportunidade para a recuperação da prosperidade americana, mas, como Roosevelt havia ensinado, novas condições exigem novas soluções. A abertura comercial, a reforma do estado de bem-estar social e a mudança na relação entre o povo americano e o governo, estabelecida pelo próprio New Deal, eram essas soluções. Elas não apenas garantiriam a recuperação econômica americana, como também eram parte indispensável da manutenção do papel de liderança mundial dos Estados Unidos. A própria democracia e história americana ofereciam o caminho para uma América renovada e para a construção de uma economia capaz de funcionar para todos, uma economia que trabalhasse “na forma como o presidente Roosevelt sonhou que iria.”¹⁰⁸

2.1 O outro lado da renovação: missão como intervenção

Não havendo divisão clara entre a política doméstica e externa, Clinton observou que para renovar a América “nós precisamos enfrentar desafios no exterior assim como em casa.”¹⁰⁹

¹⁰⁴ Isso é reforçado pelo próprio caráter desse dia dentro da religião civil americana. Essa data é um catalizador da noção dos Estados Unidos como providencialmente responsáveis em agir como guardiões da liberdade, apresentado seus soldados caídos como sacrifícios no altar a história no resgate de povos oprimidos. Ver CHERRY, C. (Ed.). op. cit., 1984, p.3-4.

¹⁰⁵ Remarks at a Veterans Day Breakfast (November 11, 1993)

¹⁰⁶ “to put America back to work” In: Remarks at the Franklin D. Roosevelt 50th Anniversary Commemoration in Warm Springs, Georgia (April 12, 1995)

¹⁰⁷ “On this Fourth of July weekend, I want to talk about one thing that is at the root of all of our independence: going to work. It makes you self-sufficient. It makes you and your family truly independent” / “millions of Americans are not independent because they are dependent on welfare.” In: The President's Radio Address (July 1, 1995)

¹⁰⁸ “in the way that President Roosevelt dreamed it would.” In: Remarks at the Franklin D. Roosevelt 50th Anniversary Commemoration in Warm Springs, Georgia (April 12, 1995)

¹⁰⁹ “we must meet challenges abroad as well as at home.” In: Inaugural Address (January 20, 1993)

As incertezas geradas pelo fim da Guerra Fria e a perda do consenso em relação ao sentido histórico nacional haviam gerado diferentes respostas em torno de qual deveria ser o novo paradigma da política externa americana. Alguns apontavam que era o momento dos Estados Unidos deixar a Europa e o Japão cuidarem de sua própria defesa, endereçar os problemas domésticos americanos e mesmo virar protecionistas.¹¹⁰ Essa posição era compartilhada por segmentos tanto da direita, quanto da esquerda americana e o fato de Ross Perot, um de seus proponentes, ter surgido como terceiro candidato nas eleições de 1992 – tendo ficado em certos momentos à frente nas pesquisas – demonstra que essa posição ecoava em parcelas da população. Logo, os alertas de Clinton em relação aos perigos do isolamento e protecionismo não buscavam atingir apenas no âmbito da política doméstica, mas também na externa. A renovação americana dependia de uma política externa clara, por meio da qual os Estados Unidos entenderiam seu “papel histórico na tentativa de assegurar de que exista, afinal, uma nova ordem mundial, enraizada em paz, dedicada à prosperidade e à oportunidade.”¹¹¹ Caracterizar, portanto, Bill Clinton como um presidente doméstico e George H. W. Bush como um presidente das relações externas pelo foco do primeiro na superação da crise econômica como muitos fizeram seria incorreto.¹¹²

A década de 1930 havia sido um período no qual as relações internacionais haviam tido um papel minoritário nas questões públicas, enquanto as atenções e preocupações voltavam-se para a crise econômica.¹¹³ A desilusão pelos resultados da Primeira Guerra Mundial, que pareciam ter beneficiado apenas o imperialismo franco-britânico, resultaram nos Atos de Neutralidade, criados para assegurar que os Estados Unidos não iriam mais providenciar armas e recursos a países beligerantes.¹¹⁴ Um forte sentimento de busca pelo retorno à neutralidade dos problemas europeus anterior à guerra repercutia em diferentes grupos políticos. Em vista disso, quando Clinton culpabilizava esse papel secundário dos Estados Unidos no exterior como responsável pela eclosão da Segunda Guerra Mundial, ele buscava criar uma forte imagem do que poderia acontecer caso os americanos novamente negligenciassem o seu dever em um momento de drástica mudança geopolítica por causa de suas desilusões. O mundo ele observou ainda era

¹¹⁰ MCDUGALL, W. A. op. cit., 1997, p.201.

¹¹¹ “historic role in trying to make sure that there is, after all, a new world order, rooted in peace, dedicated to prosperity and opportunity.” In: Remarks to the Crew of the U.S.S. Theodore Roosevelt (March 12, 1993)

¹¹² MCEVOY-LEVY, S. op. cit., 2001, p.121.

¹¹³ FONER, E., op. cit., 2016, p.864.

¹¹⁴ MCEVOY-LEVY, S. op. cit., 2001, p.149.

ameaçado por “antigas pragas”, conseqüentemente “à medida que passa uma ordem mais antiga, o novo mundo é mais livre, mas menos estável. O colapso do comunismo trouxe à tona antigas animosidades e novos perigos. Claramente, a América precisa continuar a liderar o mundo, que nós fizemos tanto para construir.”¹¹⁵

A relação entre a recuperação econômica e essa liderança é uma parte constante dos discursos de Clinton. Ao passo que a credibilidade americana no mundo dependia da força de sua economia, os Estados Unidos não poderiam ser fortes “em casa a menos que sejamos ativamente engajados no mundo, que está moldando eventos para todos os americanos.”¹¹⁶ Não há como dissociá-los, arriscar um é arriscar o outro. Os americanos precisavam ter consciência do seu dever em moldar e liderar o mundo. Ele estava convergindo em direção aos americanos em busca de liderança. Como poderiam os Estados Unidos abandoná-lo? Um dos grandes exemplos disso é a política americana em relação à Rússia. Assim como seu antecessor, Clinton havia colocado o apoio ao processo de abertura russo entre as prioridades da política externa americana.¹¹⁷ Pois, “nada poderia contribuir mais para a liberdade global, para a segurança, para a prosperidade que a progressão pacífica desse renascimento da Rússia.”¹¹⁸ Por causa disso, apesar de saber que as pesquisas mostravam oposição à ajuda externa em um momento em que o Congresso americano cortava despesas, ele ofereceu um pacote de 1,6 bilhões de dólares ao governo de Yeltsin por acreditar que ele era imperativo às forças democráticas nos antigos regimes soviéticos.¹¹⁹ Esse suporte financeiro americano à Rússia era fundamental, uma vez que “não apenas torna o mundo mais seguro, como também ajuda a expandir a economia mundial.” Em um momento de recessão e de corte de gastos, foi imprescindível racionalizar essa ajuda externa não apenas como parte de sua missão histórica de promover a democracia, mas também como comercialmente benéfica aos americanos. O apoio às reformas nos antigos estados socialistas precisava, portanto, “combinar paciência pela enormidade da tarefa e vigilância pelos

¹¹⁵ “as an older order passes, the new world is more free but less stable. Communism’s collapse has called forth old animosities and new dangers. Clearly, America must continue to lead the world we did so much to make.” In: Inaugural Address (January 20, 1993)

¹¹⁶ “at home unless we are actively engaged in the world which is shaping events for every American.” In: Remarks to the American Society of Newspaper Editors in Annapolis (April 1, 1993)

¹¹⁷ SMITH, T. op. cit., 1995. p.325.

¹¹⁸ “nothing could contribute more to global freedom, to security, to prosperity than the peaceful progression of this rebirth of Russia” In: Remarks to the American Society of Newspaper Editors in Annapolis (April 1, 1993)

¹¹⁹ LEUCHTENBURG, W. E. **The American President From Teddy Roosevelt to Bill Clinton**. Oxford University Press, 2001, p.734.

nossos interesses e valores fundamentais.”¹²⁰ Essa junção retórica dos valores e interesses americanos não é nova. Segundo McDougall, todos os líderes americanos de todos os períodos reivindicaram que suas políticas eram ao mesmo tempo imbuídas de realismo e de moralidade.¹²¹

Em vista disso, a Guerra Fria não havia trazido a paz a qual muitos poderiam ter esperado, contudo “o fato é que a América permanece a nação indispensável.” Isso não havia mudado, pelo contrário, conflitos externos apenas o reafirmam: “Há momentos em que a América e apenas a América pode fazer a diferença entre a guerra e a paz, entre liberdade e repressão, entre esperança e medo.”¹²² Pela primeira vez na história, “nós temos a chance de expandir o alcance da democracia e do progresso econômico por toda a Europa e para os confins do mundo.”¹²³ É claro, “nós não podemos tomar todo o fardo do mundo. Nós não podemos nos tornar sua polícia”, porém, ele observa: “onde nossos interesses e valores demandam e onde nós possamos fazer a diferença, a América precisa agir e liderar.”¹²⁴ Durante a década de 90, os Estados Unidos se engajariam em diversos conflitos internacionais sob o signo da nação indispensável. Os Estados Unidos como única superpotência ainda possuíam responsabilidades no mundo em, como Wilson desejava, criar um mundo “seguro para a democracia”. O wilsonismo era uma das marcas do governo de Clinton, criando uma premissa de que somente um mundo que respeite a autodeterminação dos povos, promove mercados não discriminatórios e possui mecanismos institucionais para garantir a paz internacional pode assegurar a segurança e a liberdade nacional.¹²⁵ Era comum o próprio uso da Guerra do Golfo como exemplo do sucesso dessa política, de um momento de clareza dos interesses e valores americanos e no qual a liderança dos Estados Unidos em uma aliança multilateral em prol da estabilidade e da paz

¹²⁰“not only makes the world safer, it also can help to expand the world’s economy”. / “combine patience for the enormity of the task and vigilance for our fundamental interest and values.” In: Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union (January 25, 1994)

¹²¹ MCDUGALL, W. A. op. cit., 1997, p.207.

¹²² “the fact is America remains the indispensable nation.” / “There are times when America and only America can make a difference between war and peace, between freedom and repression, between hope and fear.” In: Remarks on International Security Issues at George Washington University (August 5, 1996)

¹²³ “we have the chance to expand the reach of a democracy and economic progress across the whole of Europe and to the far reaches of the world.” In: Remarks at the United States Naval Academy Commencement Ceremony in Annapolis, Maryland (May 25, 1994)

¹²⁴ “we can’t take on all the world’s burden. We cannot become its policemen” / “where our interests and values demand it and where we can make a difference, America must act and lead.” In: Remarks on International Security Issues at George Washington University

¹²⁵ “world that respects the right of democratic selfdetermination, fosters nondiscriminatory markets, and has institutional mechanisms to ensure the peace can be an international order ensuring the national security and so permitting liberty at home.” SMITH, T. op. cit., 1995. p.327.

fez a diferença.¹²⁶ O unilateralismo deveria ser evitado, isso não significava a perda de liderança americana, porém a ação multilateral havia demonstrado sua sabedoria. Os Estados Unidos são a nação indispensável, mas não podem carregar sozinhos esse fardo. Ele precisava continuar liderando o mundo livre, mas sempre consciente da força que alianças como a OTAN proporcionam.

Entretanto, ao contrário da Guerra Fria, não havia um inimigo claro a ser combatido. Saddam Hussein poderia representar a ameaça externa mais clara aos interesses e segurança dos Estados Unidos. Ele ainda era uma prova de que o mundo não era seguro, da indispensabilidade americana, mesmo assim ele não era o único responsável pelo ressurgimento dos antigos ódios dos quais Clinton falava. O Iraque fazia parte do que ele definia como “os novos desafios colocados pelas forças das trevas e da desintegração”,¹²⁷ mas não materializava sozinho os novos desafios internacionais como a União Soviética havia feito. Por isso, conjuntamente com o avanço democrático, a luta contra a violação dos direitos humanos, aflorada por esses antigos ódios, se tornaria outra das marcas da política externa de Clinton. Discursando para a tripulação do U.S.S. Theodore Roosevelt, ele deixa claro: “sofrimento humano como o que agora é suportado pelo povo da Somália, pode não ameaçar nossas costas, mas, ainda assim, eles exigem nossa ação”, a causa que impele os Estados Unidos a agir poderia ser diferente, mas “nossos valores permanecem os mesmos.”¹²⁸ Enquanto na Guerra Fria a participação americana era indispensável para a contenção do avanço do comunismo pela preservação da liberdade de toda a humanidade, agora ela era também para a preservação da vida e dignidade humana. Durante o governo de Jimmy Carter, os direitos humanos já haviam desempenhado o papel de aspecto mais significativo de seu projeto de reconstrução moral¹²⁹ e, como Carter, Clinton também encontrou dificuldade em balancear preocupações pelos direitos humanos com interesses econômicos e estratégicos. Isso foi marcante na crise de Ruanda, que terminou com 800.000 vidas perdidas em um genocídio que chocou o mundo. Bill Clinton havia se arrependido de sua recusa em intervir no país africano e, a partir de então, ele passou a cada vez mais entender os interesses

¹²⁶ “Let me just say, the United States has learned one thing: When we operate-look at the Gulf War. If we operate with the support of the United Nations and with the support of Europe and with the support of our allies, we can do a lot of things at an acceptably low cost of life, and get something done. If we go off on our own and everybody else is over here, we can’t get it done.” In: Remarks at a Town Meeting in Detroit (February 10, 1993)

¹²⁷ “the new challenges posed by the forces of darkness and disintegration” In: Remarks at a Memorial Day Ceremony in Arlington, Virginia (May 29, 1995)

¹²⁸ “human suffering such as that now being endured by the people of Somalia may not threaten our shores, but still they require us to act” / “our values remain unchanged.” In: Remarks to the Crew of the U.S.S. Theodore Roosevelt (March 12, 1993)

¹²⁹ DAVIS, T. R.; LYNN-JONES, S. M., op. cit., 1987, p. 27.

nacionais servidos por ações morais.¹³⁰ Os direitos humanos emergiram assim na década de 1990 como justificção para intervenções militares em assuntos antes considerados apenas problemas internos de estados soberanos.¹³¹

Essa visão dos Estados Unidos como uma nação moralmente impelida a agir em outros países faz parte do processo de mudança na narrativa do seu destino manifesto inaugurado no final do século XIX e consolidada no pós-Segunda Guerra. Durante as últimas três décadas deste século, houve uma mudança na interpretação americana de sua missão e destino. O grande crescimento da economia e o resultante aumento de uma sensação de poder naquelas décadas, somado ao fim da expansão territorial continental havia afetado a percepção do destino nacional dos Estados Unidos.¹³² Essa mudança de percepção foi acompanhada por uma mudança na política externa americana. Até então ela existia para defender, não definir o que os Estados Unidos são,¹³³ agora os americanos passaram a se mensurar não apenas pelo que eles eram, mas também pelo que eles faziam e, através de um imperialismo progressista, pela primeira vez se comprometeriam em uma luta internacional por abstrações como liberdade, democracia e justiça.¹³⁴ Através dele, progressistas como William McKinley, Theodore Roosevelt e William Taft acreditavam que poderiam praticar a sua agenda de transformações internas no exterior e que essa infusão de valores e instituições americanas poderiam trazer benefícios a essas nações¹³⁵ Por isso o uso comum de termos como *imperialism of righteousness* e *imperialism against imperialism* para designar essa política externa.¹³⁶ Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos retomariam com mais força essa perspectiva após duas décadas de certo afastamento dos problemas globais. Após a guerra, o país tomaria para si o dever de liderar o processo de democratização dos países do Eixo e da reconstrução europeia, iniciando uma tradição da política externa cuja suposição era que os Estados Unidos podem e devem ajudar outras nações a compartilhar o Sonho Americano.¹³⁷ Essa tradição é o que Walter McDougall chamou de Melhorismo global.

¹³⁰ LAKOFF, G. **Whose Freedom? The Battle over America's most important idea**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2006, p.220

¹³¹ FONER, E., op. cit., 2016, p.1080.

¹³² CHERRY, C. (Ed.). op. cit., 1998, p.117.

¹³³ MCDOUGALL, W. A, op. cit. 1997, p.37.

¹³⁴ Ibid., 1997, p.121.

¹³⁵ MOUNTJOY, S. op. cit., 2009, p.115.

¹³⁶ “Imperialismo da justiça” e “imperialismo contra imperialismo ” MCDOUGALL, W. A, op. cit. 1997, p.119.

¹³⁷ Ibid., 1997, p.173.

Na opinião dos defensores dessa tradição, o modelo americano é universalmente válido e um dever moral impele os Estados Unidos a ajudarem outras nações a compartilhá-lo, o próprio sucesso da experiência americana depende disso. Ele também é baseado na convicção de que os fenômenos que ameaçam os Estados Unidos são, em grande parte, produtos da opressão e pobreza. Desse princípio, “segue que uma política externa sábia irá atacar as causas ao invés dos sintomas de discórdia, por meio da promoção da democracia, defesa dos direitos humanos, e incentivo ao crescimento econômico.”¹³⁸ De certa forma, há uma ligação entre o melhorismo e o wilsonismo, pois, desde o tempo de Wilson, a preocupação de “tornar o mundo seguro para a democracia” expressou a convicção de que o militarismo e autoritarismo no exterior poderiam colocar em perigo a experiência americana de governo.¹³⁹ Enquanto o melhorismo é uma resposta econômica, cultural e política aos desafios do mundo, o segundo é um resposta institucional e legal.¹⁴⁰ Clinton buscou em ambos a fonte para a nova política externa americana no pós-Guerra Fria, tendo praticado a mais pura agenda melhorista até então.¹⁴¹ A união dos dois princípios é clara na política de Clinton em relação à Rússia e continuaria a guiar Clinton no envolvimento dos Estados Unidos na Somália, no Haiti e na Crise nos Balcãs.

2.1.1. A questão haitiana

Em 1991, Jean-Bertrand Aristide foi desposto por um golpe militar apenas oito meses após sua eleição ao cargo de presidente do Haiti, o primeiro a ser eleito democraticamente e sob supervisão internacional na história do país. O golpe provocou a condenação da comunidade internacional. Em resposta, os Estados Unidos cortaram a assistência econômica ao Haiti e o então presidente George H. W. Bush pediu um embargo total ao país.¹⁴² A junta militar institucionalizou uma rede de repressão que aterrorizaria o país caribenho e que custaria a vida de 4.000 pessoas. O golpe também iniciou uma crise de refugiados com a tentativa desesperada de centenas de haitianos de escapar da repressão via mar. Durante as eleições de 1992, Clinton havia criticado Bush por não permitir o assentamento desses haitianos em solo americano. Contudo, quando ele foi informado pela CIA que milhares de haitianos estavam construindo barcos para desembarcar na Flórida, Clinton voltou atrás, provocando um atrito entre o presidente e o

¹³⁸ “follows that a wise foreign policy will attack the causes rather than symptoms of discord by promoting democracy, defending humans rights, and fostering economic grown” MCDUGALL, W. A, op. cit. 1997, p.208.

¹³⁹ SMITH, T. op. cit., 1995. p.327.

¹⁴⁰ MCDUGALL, W. A, op. cit. 1997, p.174.

¹⁴¹ Ibid., 1997, p.198.

¹⁴² COUPEAU, S. **The History of Haiti**. Greenwood Press: Wesport, 2008, p.112 e 115

Black Caucus, o grupo de representantes negros no Congresso.¹⁴³ A pressão do Caucus e de ativistas dos direitos humanos fez Clinton rever essa política. Os refugiados passaram a ser resgatados e transferidos para zonas seguras no Caribe, mas o fim do fluxo de refugiados dependeria, em última instância, de uma resolução da crise no Haiti.¹⁴⁴ Com uma crise migratória forçada em mãos, a deposição de um presidente democraticamente eleito e a instalação de um regime que violava incessantemente os direitos humanos ao lado dos Estados Unidos, Clinton afirmou que país precisava agir.

A primeira ação de Clinton foi buscar uma solução pacífica para a crise por meio do aprofundamento das sanções econômicas. Segundo ele, essas medidas eram necessárias porque ambos os lados da crise falharam em tomar os passos necessários para a restauração da democracia. A política americana para o Haiti era, portanto, “não uma política para apenas o Haiti. É uma política a favor da democracia em todo lugar.”¹⁴⁵ Os Estados Unidos não poderiam ficar parados: “Eu sei que esse é um tempo com o fim da Guerra Fria na qual muitos americanos estão relutantes em comprometer recursos militares e nosso pessoal além de nossas fronteiras. Mas, quando brutalidade ocorre perto de nossas costas, ela afeta nossos interesses nacionais. E nós temos uma responsabilidade de agir.” A própria história americana mostrava a necessidade de agir pela preservação das democracias no continente americano: “A História nos ensinou que preservar democracias em nosso próprio hemisfério fortalece a segurança e a prosperidade da América. Democracias aqui são mais propensas a manter a paz e estabilizar nossa região.”¹⁴⁶ Uma lembrança da relação dos Estados Unidos com o resto do continente que claramente esquece a história de apoio e financiamento do governo americano à deposição de governos democraticamente eleitos e de suporte a governos autoritários na região, exatamente o que estava ocorrendo no Haiti.

Somente a ação americana poderia colocar fim da crise no Haiti, da qual dependia a resolução da crise migratória e o fim da brutalidade imposta pelos militares haitianos.¹⁴⁷ Agir era necessário para preservar os interesses e reafirmar a credibilidade dos Estados Unidos:

¹⁴³ LEUCHTENBURG, W. E. op. cit., 2001, p.732.

¹⁴⁴ COUPEAU, S. op. cit., 2008, p.119

¹⁴⁵ “not a policy for Haiti alone. It is a policy in favor of democracy everywhere.” In: Statement on Sanctions Against Haiti (June 4, 1993)

¹⁴⁶ “History has taught us that preserving democracy in our own hemisphere strengthens America’s security and prosperity. Democracies here are more likely to keep the peace and to stabilize our region.” In: Address to the Nation on Haiti September (15, 1994)

¹⁴⁷ É interessante notar que a defesa dos direitos humanos encontrava um maior apoio entre os americanos que a proteção das fronteiras do país. Enquanto, 67% concordavam que os Estados Unidos deveriam agir pelo primeiro

“[...] os Estados Unidos precisam agir aqui para proteger nosso interesse, parar as brutais atrocidades que ameaçam dezenas de milhares de haitianos, proteger nossas fronteiras e preservar a estabilidade e promover a democracia em nosso hemisfério, reafirmar a confiabilidade nos compromissos que assumimos com outros e nos compromissos que os outros nos fizeram.”¹⁴⁸

Do mesmo modo, para aqueles que afirmam que os Estados Unidos deveriam se afastar, deixando os haitianos aos seus problemas, Clinton relembra que:

“[...] o mesmo foi dito de um povo que mais de 200 anos atrás pegaram em armas contra a tirania, cujas forças ocupavam sua terra. Mas eles eram um grupo teimoso, um povo que lutou por suas liberdades e apelou a todos aqueles que acreditavam na democracia para ajudarem sua causa. E seus gritos foram respondidos, e uma nova nação nasceu, uma nação que desde então acreditou que os direitos da vida, da liberdade e da busca da felicidade não devem ser negados a ninguém.”¹⁴⁹

Após várias negociações, um tratado na Ilha do Governador em Nova York foi firmado junto aos militares golpistas para o retorno do presidente desposto. Contudo, a violação dos acordos pelos militares no Haiti fez Clinton subir o tom. Após enfatizar a situação alarmante dos direitos humanos, ele anunciou sua intenção de usar a força para colocar fim à situação de impasse. Em julho de 1994, o Conselho de Segurança da ONU adotou a resolução 940, que autorizava a formação de uma força multilateral para restaurar o presidente Aristide ao cargo.¹⁵⁰ A Operação Uphold Democracy formada por uma força multilateral liderada pelos Estados Unidos terminou ocupado pacificamente o país sem nenhum combate entre os dois lados. O líder do regime militar Raoul Cédras renunciou e Aristide foi reempossado ao cargo, prometendo ao governo americano que iniciaria reformas de mercado e que permaneceria até a data final estipulada para o fim de seu mandato.¹⁵¹ Agora, era o momento da reconstrução do Haiti; Clinton havia prometido que durante esse processo a comunidade internacional ajudaria o povo haitiano a reconstruir. Entretanto, ele alerta: “No fim, é claro, nós todos sabemos que o próprio povo haitiano

motivo, 56% acreditam que o segundo legitimava uma ação americana na crise. Ver GALLUP JR., G. **The Gallup Poll: Public Opinion, 1994**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 1995, p.141.

¹⁴⁸“the United States must act here to protect our interest, to stop the brutal atrocities that threaten tens of thousands of Haitians, to secure our borders and preserve stability and promote democracy in our hemisphere, to uphold the reliability of commitments we make to others and the commitments others make to us.” In: Address to the Nation on Haiti (September 18, 1994)

¹⁴⁹ “[...] the same was said of a people who more than 200 years ago took up arms against a tyrant whose forces occupied their land. But they were a stubborn bunch, a people who fought for their freedoms and appealed to all those who believed in democracy to help their cause. And their cries were answered, and a new nation was born, a nation that ever since has believed that the rights of life, liberty, and the pursuit of happiness should be denied to none.” In: Address to the Nation on Haiti (September 15, 1994)

¹⁵⁰ COUPEAU, S. op. cit., 2008, p.119.

¹⁵¹ Ibid., 2008, p.135.

precisa reconstruir seu país e realizar seus sonhos, assim como nós precisamos nos Estados Unidos.”¹⁵²

A comunidade internacional ofereceria a ajuda necessária através do apoio financeiro e da segurança oferecida por tropas de vários países, incluindo os Estados Unidos, no entanto o sucesso dessa restauração caberia no final aos próprios haitianos. Nesse aspecto, há uma diferença entre essa visão e a do imperialismo progressista. Este encarava que a tutela americana gerada através de sua empreitada externa era indispensável aos povos considerados incivilizados, de outra maneira, eles seriam incapazes de alcançarem e manterem a sua democracia. Enquanto o melhorismo de Clinton encara os Estados Unidos como um agente de auxílio em um processo de transformação que depende, em última instância, da própria população a qual ele estende sua ajuda. Essa diferença na política externa de uma abordagem de “manejar” ao invés de “consertar” foi reforçada ainda com a presidência de George H. W. Bush e continuaria durante a administração Clinton, se tornando um aspecto marcante desta.¹⁵³

2.1.2. *A questão balcânica*

A crise balcânica também representou um grande desafio ao governo de Bill Clinton. O desmantelamento da Iugoslávia em novos cinco países foi seguido pela eclosão de conflitos étnicos envolvendo várias dessas novas nações. Ao fim de 1993, mais de 100.000, a maioria civis, haviam morrido no conflito, que se tornaria a maior e mais complexa crise externa dos anos Clinton.¹⁵⁴ Enquanto George W. H. Bush havia se recusado a intervir no conflito, Bill Clinton havia concorrido afirmando que ele não poderia ficar parado diante do extermínio em massa de civis e que faria de tudo para colocar fim à matança. Eleito presidente, ele chegou a cogitar em 1993 o envio de forças americanas, mas ele logo descartaria essa possibilidade.¹⁵⁵ O Congresso americano e o Pentágono se expressavam contra uma intervenção e os aliados europeus buscavam se afastar do conflito.¹⁵⁶ O presidente se pronunciava contra a inação, mas as nações ocidentais permaneciam paradas. No lugar de uma força expedicionária americana, em 1994, a OTAN decidiu iniciar operações de bombardeamento de posições sérvias com o

¹⁵²“In the end, of course, we all know the Haitian people themselves must rebuild their country and realize their dreams, just as we must in the United States.” In: Remarks to United States Troops in Port-au-Prince, Haiti (March 31, 1995)

¹⁵³ Ibid., 2001, p.144.

¹⁵⁴ COUPEAU, S. op. cit., 2008, p.179.

¹⁵⁵ LEUCHTENBURG, W. E. T, op. cit., 2001, p.732.

¹⁵⁶Ibid., 2001, p.733.

objetivo de conter o conflito e parar a limpeza étnica. Os Estados Unidos tinham objetivos claros em jogo:

“[...] um interesse em ajudar a impedir a propagação de uma guerra mais ampla na Europa, um interesse em mostrar que a OTAN continua a ser uma força credível para a paz, um interesse de ajudar a conter os terríveis e desestabilizadores fluxos de refugiados que esse conflito está gerando, e talvez claramente um interesse humanitário, que todos compartilhamos ao impedir o contínuo massacre de inocentes na Bósnia.”¹⁵⁷

E, assim como no Haiti, esses interesses “não justificam intervenção unilateral americana em crises, mas justificam o envolvimento da América no exercício de sua liderança.”¹⁵⁸ Novamente Clinton pedia a participação da comunidade internacional como mecanismo de resolução de crises. Nesse aspecto, a OTAN adquiriu um papel significativo em coordenar a ação multilateral desses países. Com o término da Guerra Fria, muitos haviam afirmado que a aliança militar do Ocidente havia perdido sua função,¹⁵⁹ a proteção dos direitos humanos nos Balcãs havia lhe fornecido um novo propósito.¹⁶⁰

Em nenhum outro lugar, a necessidade pela liderança americana é mais necessária que na Bósnia, dado que “em nenhum lugar são as forças da desintegração mais óbvias hoje que na Bósnia.”¹⁶¹ Os massacres e brutalidade “evocando visões dos campos de concentração da Segunda Guerra Mundial”¹⁶² atestavam isso. Quando os Estados Unidos retomaram sua intervenção nos Balcãs em 1999 após a violação de direitos humanos em Kosovo por tropas sérvias, Clinton retomaria essa imagem: “Sarajevo, a capital da vizinha Bósnia, é onde a Primeira Guerra Mundial começou. A Segunda Guerra Mundial e o Holocausto engoliram esta região.” O conflito precisava ser contido o mais rápido possível. O mesmo erro não poderia ser cometido uma terceira vez: “Em ambas as guerras, a Europa foi lenta em reconhecer os perigos e os Estados Unidos esperaram ainda mais para entrar nos conflitos. Apenas imaginem se a liderança de então tivesse agido sabiamente e mais rapidamente, quantas vidas poderiam ter sido salvas,

¹⁵⁷ “[...] an interest in helping prevent the spread of a wider war in Europe, an interest in showing that NATO remains a credible force for peace, an interest in helping to stem the terrible, destabilizing flows of refugees this struggle is generating, and perhaps clearly a humanitarian interest we all share in stopping the continuing slaughter of innocents in Bosnia” In: Remarks at the Bosnian Federation Agreement Signing Ceremony (March 18, 1994)

¹⁵⁸ “do not justify unilateral American intervention in the crisis, but they do justify the involvement of America and the exercise of our leadership.” In: Remarks Announcing the NATO Decision on Air Strikes in Bosnia and an Exchange With Reporters (February 9, 1994)

¹⁵⁹ MCDUGALL, W. A. op. cit., 1997, p.212.

¹⁶⁰ FONER, E., op. cit., 2016, p.1079

¹⁶¹ Remarks at the United States Air Force Academy Commencement Ceremony in Colorado Springs, Colorado (May 31, 1995)

¹⁶² “evoking visions of World War II concentration camps” In: Address to the Nation on Implementation of the Peace Agreement in Bosnia-Herzegovina (November 27, 1995)

quantos americanos não teriam que ter morrido.”¹⁶³ Conter o conflito não apenas garantiria o fim da brutalidade contra a população civil, mas também inibiria a sua escalada para outros países, o que poderia implicar em uma maior intervenção dos Estados Unidos na região. Deste modo, da mesma maneira que a liderança americana havia sido indispensável no Haiti, nos Balcãs a resolução da crise também dependeria das partes envolvidas. Os Estados Unidos não poderiam forçar a paz, sua intervenção em conjunto com seus aliados europeus era necessária, mas “nós precisamos entender que no fim este conflito precisa ser resolvido na mesa de negociações pelas próprias partes.”¹⁶⁴

Na primavera de 1995, Clinton cogitou o envio de forças americanas como *peacekeepers*, contudo, após as forças de paz estacionadas na região terem falhado em impedir tropas sérvias de cometerem um massacre de 8.000 homens e rapazes na cidade de Srebrenica, considerada uma zona segura, ele voltou atrás de sua decisão. Ao invés do envio de uma missão de paz, o presidente ordenou a intensificação do bombardeamento das forças sérvias até que as autoridades do país se dispusessem a negociar a paz. Depois de implacável assalto aéreo pelas forças da OTAN, o líder sérvio Slobodan Milošević aceitou o início das negociações. Naquele mesmo ano, os Acordos de Dayton firmaram o fim da guerra.¹⁶⁵ Apesar da resistência do Congresso, Clinton conseguiu persuadir ambas as casas em permitir o envio de forças americanas em uma missão para assegurar a paz.

Ao anunciar os acordos ao povo americano, Clinton deixou claro aos americanos que “nossa missão será clara, limitada e alcançável”¹⁶⁶ e “haverá um cronograma razoável para a sua retirada.”¹⁶⁷ Essas garantias visavam acalmar os americanos que, ao ouvirem sobre o envio de seus soldados ao exterior, se preocupavam com o que uma participação mais ativa das forças armadas dos Estados Unidos poderia ocasionar. No primeiro anúncio do início das operações

¹⁶³ “Sarajevo, the capital of neighboring Bosnia, is where World War I began. World War II and the Holocaust engulfed this region.” / “In both wars, Europe was slow to recognize the dangers, and the United States waited even longer to enter the conflicts. Just imagine if leaders back then had acted wisely and early enough, how many lives could have been saved, how many Americans would not have had to die.” In: Address to the Nation on Airstrikes Against Serbian Targets in the Federal Republic of Yugoslavia (Serbia and Montenegro) (March 24, 1999)

¹⁶⁴ “we must understand that in the end this conflict must be settled at the negotiating table by the parties themselves.” In: Remarks Announcing the NATO Decision on Air Strikes in Bosnia and an Exchange With Reporters (February 9, 1994)

¹⁶⁵ LEUCHTENBURG, W. E. op. cit., 2001, p.764.

¹⁶⁶ “our mission will be clear, limited, and achievable” In: Address to the Nation on Implementation of the Peace Agreement in Bosnia-Herzegovina (November 27, 1995)

¹⁶⁷ “there will be a reasonable timetable for their withdrawal.” In: Remarks Announcing the Bosnia-Herzegovina Peace Agreement and an Exchange With Reporters (November 21, 1995)

de bombardeamento na Bósnia, antes de qualquer afirmação de envio de forças terrestres, a primeira pergunta feita por um repórter presente ao presidente era se o país poderia enfrentar o mesmo erro do Vietnã.¹⁶⁸ O fantasma do Vietnã continuava a rondar as mentes dos americanos, emitindo imagens dos horrores da selva e da fuga desesperada de Saigon na Bósnia. A crença que muitos haviam expressado de que a vitória na Guerra do Golfo substituiria o Vietnã na psique nacional¹⁶⁹ e que ela seria um exorcismo da síndrome do Vietnã¹⁷⁰ tinha se mostrado ilusória. Ele ainda estava rondando o país, sussurrando nos ouvidos de todos a cada vez que seus líderes cogitavam lançar a nação em mais uma investida militar no exterior.

Nesse sentido, do mesmo modo que Bush havia prometido que a Guerra do Golfo seria curta, decisiva e levaria em conta um balanço dos interesses e valores americanos,¹⁷¹ Clinton buscou certificar ao povo americano da necessidade e viabilidade da missão de paz americana. Não participar da pacificação feriria a credibilidade e liderança dos Estados Unidos. Assim, “como vimos na Guerra do Golfo e no Haiti, várias outras nações que compartilham nossos objetivos irão também compartilhar nossos fardos. Mas quando a América não lidera, as consequências podem ser graves, não apenas para os outros, mas eventualmente para nós também.”¹⁷² Clinton relembra que “no final da Segunda Guerra Mundial, nosso país não cometeu o mesmo erro do passado. Nós não baixamos nossa guarda, e nós não abandonamos nossos amigos e aliados.” É importante reconhecer que a missão dos Estados Unidos mudou, mas ela ainda existia. Em um momento em que ambos os lados da guerra haviam feito um compromisso sério pela paz, os americanos deveriam ajudar o povo bósnio a torná-la duradoura. Todas as partes na guerra haviam pedido por uma força internacional para supervisionar o cumprimento dos termos do acordo. Somente a OTAN poderia oferecer isso e os Estados Unidos como seu líder precisavam ter um papel essencial nessa missão: “Sem nós, a duramente conquistada paz seria perdida, a guerra recomeçaria, a matança de inocentes começaria novamente.”¹⁷³

¹⁶⁸ Remarks on Bosnia and an Exchange With Reporters in Manchester, New Hampshire (May 22, 1993)

¹⁶⁹ JOHNSON, R. op. cit., 2008, p.12.

¹⁷⁰ MCEVOY-LEVY, S. op. cit., 2001, p.83.

¹⁷¹ Ibid., 2001, p.149

¹⁷² “as we saw in the Gulf war and in Haiti, many other nations who share our goals will also share our burdens. But when America does not lead, the consequences can be very grave, not only for others but eventually for us as well.” In: Address to the Nation on Implementation of the Peace Agreement in Bosnia-Herzegovina (November 27, 1995)

¹⁷³ “at the end of World War II, our country did not make the same mistake it had made in the past. We didn’t let our guard down, and we didn’t walk away from our friends and allies.” / “Without us, the hard-won peace would be lost, the war would resume, the slaughter of innocents would begin again” In: Remarks Announcing the Bosnia-Herzegovina Peace Agreement and an Exchange With Reporters (November 21, 1995)

Os Estados Unidos haviam sido indispensáveis em ajudar na criação da paz, agora eles eram na sua manutenção. Pois, “Desde o nosso nascimento, a América sempre foi mais do que apenas um lugar. A América incorporou uma ideia que se tornou o ideal para bilhões de pessoas em todo o mundo. Nossos fundadores disseram isso da melhor forma: a América é sobre a vida, a liberdade e a busca da felicidade.” E, nesse século especialmente, “a América tem feito mais do que simplesmente apoiar esses ideais. Nós temos agido por eles e sacrificado por eles. Nosso povo lutou duas guerras mundiais para que a liberdade pudesse trinar sobre a tirania.” Todavia, após a Primeira Guerra, o país se afastou, “deixando um vácuo que foi preenchido pelas forças do ódio.” Entretanto, com o término da Segunda Guerra, o país compreendeu seu destino e missão. É devido a essa dedicação que, cada vez mais, os ideais americanos são as aspirações de todos os povos. E são esses ideais “muito mais do que nosso tamanho, nossa riqueza, e nosso poderio militar que fazem a América uma nação excepcionalmente confiável.”¹⁷⁴ e essa confiança somente será mantida se os Estados Unidos se mantiverem fieis ao seu papel de liderança na Bósnia e em qualquer outro lugar na qual ela se mostrasse indispensável.

2.2. Uma ponte para um novo século

Em seu último discurso de Estado da União ao Congresso americano, Clinton afirmou com otimismo que “nós cruzamos a ponte que nós construímos para o século XXI.” Agora, “nós precisamos moldar uma revolução americana de oportunidade, responsabilidade e comunidade no século XXI. Nós precisamos ser agora, como fomos no nosso começo, uma nova nação.” O processo de renovação e restauração dos Estados Unidos que ele havia iniciado oito anos atrás parecia ter sido bem-sucedido nos termos em que ele havia sido proposto: o retorno do crescimento da economia. Pode-se debater o quanto das suas medidas foram efetivamente responsáveis por essa volta do crescimento, porém a população parecia satisfeita. Apesar do escândalo e do processo de impeachment durante seu segundo mandato, Clinton terminou sua presidência com a maior aprovação dos presidentes pós-1945. E, com o fim de um século e um novo à sua frente, ele ofereceu uma perspectiva do que o século XXI poderia oferecer para os Estados Unidos e o que este, em contrapartida, poderia oferecer a ele. Afinal, a globalização

¹⁷⁴ “From our birth, America has always been more than just a place. America has embodied an idea that has become the ideal for billions of people throughout the world. Our Founders said it best: America is about life, liberty, and the pursuit of happiness.” / “America has done more than simply stand for these ideals. We have acted on them and sacrificed for them. Our people fought two World Wars so that freedom could triumph over tyranny.” / “leaving a vacuum that was filled by the forces of hatred.” / “even more than our size, our wealth, and our military might, that makes America a uniquely trusted nation” In: Address to the Nation on Implementation of the Peace Agreement in Bosnia-Herzegovina (November 27, 1995)

era mais do que apenas economia, era também sobre “unir o mundo em torno da liberdade e democracia e paz e opor àqueles que ameaçam a separar. Aqui estão os desafios fundamentais que eu acredito que a América precisará encontrar para moldar o mundo do século XXI. ” Essa era a lição que o país havia aprendido no Haiti e na Bósnia. Quando os Estados Unidos compreendem seu papel e sua missão eles podem atingir seus interesses e honrar seus ideais. Ele continuaria a ajudar o mundo, não como uma força policial, mas como uma mão amiga que ajuda a criar a confiança necessária àqueles que precisam. Essa perspectiva deveria continuar guiando os americanos no século XXI. Um novo século mais seguro e próspero, em que a América continuaria a liderar para se tornar “finalmente o que nossos Fundadores nos prometeram tanto tempo atrás: Uma Nação, sob Deus, indivisível, com liberdade e justiça para todos. ”¹⁷⁵ Os americanos haviam atravessado a ponte para o século XXI, mas seria a bela imagem que Clinton idealizou o que eles encontraram do outro lado?

¹⁷⁵ “we have crossed the bridge we built to the 21st century. ” / “we must shape a 21st century American revolution of opportunity, responsibility, and community. We must be now, as we were in the beginning, a new nation.” / “bring together the world around freedom and democracy and peace and to oppose those who would tear it apart. Here are the fundamental challenges I believe America must meet to shape the 21st century world.” / “at last what our Founders pledged us to be so long ago: One Nation, under God, indivisible, with liberty and justice for all.” In: Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union (January 27, 2000)

3. George W. Bush e a busca por um Novo Século Americano

“Mas os que esperam no Senhor renovarão as forças, subirão com asas como águias; correrão, e não se cansarão; caminharão, e não se fatigarão.”

Isaías 40:31

3.1. A liberdade ameaçada: respondendo aos Ataques do 11 de Setembro

Em 11 de setembro de 2001, um avião atingiu a torre norte do World Trade Center, um dos grandes símbolos do poder econômico dos Estados Unidos. A cogitação de um possível acidente foi logo descartada quando um segundo avião atingiu a torre sul poucos minutos após o primeiro impacto. Era claro a todos: a América estava sob ataque. Os americanos já conheciam o terrorismo, a embaixada americana no Quênia já havia sido alvo de ataques em 1998, assim como o próprio World Trade Center em 1993, mas nada nessas proporções. A existência de uma ameaça já existia, mas a magnitude do ataque, a quantidade de mortos e o fato de ter ocorrido no coração da maior cidade do país afetou a sensação de segurança que os americanos sentiram em suas próprias fronteiras após o fim da Guerra Fria. A fumaça, o fogo e o desespero estavam sendo vivenciados por milhares de americanos e por pessoas de todo o mundo através da televisão. Todos que ligassem seu televisor poderiam ver aquele acontecimento, que se tornaria um dos mais trágicos da história do Estados Unidos.

“A liberdade, em si mesma, foi atacada esta manhã por um covarde sem rosto, e a liberdade será defendida” afirmou o presidente George W. Bush ao endereçar os americanos sobre os eventos daquela manhã da Base Área de Barksdale na Louisiana. Um novo desafio testava a determinação da nação, mas, ele observou, “não se enganem: nós mostraremos ao mundo que passaremos por este teste.”¹⁷⁶ Apesar de curto, aquele pronunciamento já havia dado as primeiras indicações da maneira como os Ataques do 11 de Setembro seriam estruturados dentro do imaginário americano. O país inteiro parecia estar respondendo aos eventos daquele dia. Não tendo sido patrocinada por grupos privados ou pelo governo, uma efusão espontânea de patriotismo era visível em todo o país. Em pouco tempo, milhares de bandeiras dos Estados Unidos estavam dispostas nas ruas e centenas mais apareciam todos os dias. Aqueles dez primeiros dias

¹⁷⁶ “Freedom, itself, was attacked this morning by a faceless coward, and freedom will be defended.” “make no mistake: We will show the world that we will pass this test.” In: Remarks at Barksdale Air Force Base, Louisiana, on the Terrorist Attacks (September 11, 2001)

após os ataques viram as vendas da *Star and Stripes* superaram as vendas de todo o ano anterior.¹⁷⁷ O culto à bandeira característico de momentos de guerra era evidente. Até mesmo o termo “Ground Zero” usado pelos jornalistas para se referir ao centro da destruição parecia ter tomado uma aura quase sagrada.¹⁷⁸

Em um outro discurso, naquele mesmo dia, agora na Casa Branca, Bush reafirmou as suas palavras ao designar o ataque terrorista como um ataque direto à liberdade e ao modo de vida americano. Como é da natureza do terrorismo, aqueles atos tiveram a intenção de assustar o país, “mas eles falharam. Nossa nação é forte. ” Segundo Bush, isso era nítido pela ação heroica e sacrifício das forças de resgate e dos cidadãos americanos: “Hoje nossa Nação viu o mal, o pior da natureza humana. E nós respondemos com o melhor da América, com a ousadia das nossas equipes de resgate, com o cuidado de estranhos e vizinhos que vieram dar sangue e ajuda da forma que pudessem. ” Em vista disso, “ataques terroristas podem abalar a fundações de nossos maiores edifícios, mas eles não podem tocar a fundação da América. Estes atos destruíram aço, mas eles não podem atingir o aço da determinação americana. ” Aquele era um dia de desolação para os Estados Unidos, mas, ao mesmo tempo, era um dia “em que todos os americanos de todas as trilhas de vida se unem em nossa determinação por justiça e paz. ” E, tendo reafirmado seus valores com nova energia, o país seguiria em frente: “América fez inimigos caírem antes, e nós faremos isso novamente. Nenhum de nós jamais esquecerá este dia. Ainda assim, nós seguimos em frente para defender a liberdade e tudo o que há de bom e justo em nosso mundo.”¹⁷⁹

Não apenas vitórias, mas também derrotas possuem um papel importante no imaginário e identidade americanos. Diversos momentos nos quais os americanos experimentaram derrotas passaram a ser incorporados em narrativas maiores como eventos mobilizadores de um prelúdio de vitória.¹⁸⁰ Em 1836, forças mexicanas assaltaram a missão do Alamo em São Antônio, matando 187 americanos. O grito de “*Remember the Alamo!* ” logo tornou-se um forte símbolo de

¹⁷⁷ GARDELLA, P., op. cit, 2014, p.94.

¹⁷⁸ GARDELLA, P., op. cit, 2014, p.353.

¹⁷⁹ “but they have failed. Our country is Strong”/“Today our Nation saw evil, the very worst of human nature. And we responded with the best of America, with the daring of our rescue workers, with the caring for strangers and neighbors who came to give blood and help in any way they could.”/ “Terrorist attacks can shake the foundations of our biggest buildings, but they cannot touch the foundation of America. These acts shattered steel, but they cannot dent the steel of American resolve.”/ “when all Americans from every walk of life unite in our resolve for justice and Peace”/ “America has stood down enemies before, and we will do so this time. None of us will ever forget this day. Yet, we go forward to defend freedom and all that is good and just in our world.” In: Address to the Nation on the Terrorist Attacks (September 11, 2001)

¹⁸⁰ JOHNSON, R. op. cit., 2008, p.7.

mobilização para os rebeldes texanos contra o governo central do México.¹⁸¹ A comemoração da Confederação e de sua derrota no Sul dos Estados Unidos desenvolveu um mito sobre seu passado que enfatiza a “justiça” de sua “Causa perdida”, desenvolvendo uma religião civil e identidade sulistas separadas, que buscam reviver a nobre e justa causa do Sul, marcadas pelas palavras “*The South Shall Rise Again!*”.¹⁸² A morte de 268 soldados americanos comandados por George A. Custer na Batalha de Little Bighorn (1876) contra nativos americanos seria lembrada como *Custer’s Last Stand*, um símbolo de heroico e nobre sacrifício, que instigaria uma concórdia pela necessidade de expulsar os nativos da região.¹⁸³ O afundamento do Maine em Cuba em 1898 – um provável acidente – provocaria um clamor pela guerra contra a Espanha, culpabilizada pelo acontecimento.¹⁸⁴ E, mais recentemente, o ataque japonês à base naval de Pearl Harbor produziu uma ampla mobilização pela entrada dos Estados Unidos na guerra, até então encarada de maneira desfavorável pela opinião pública do país. Após a investida do Japão, os Estados Unidos passariam a conhecer um forte consenso na busca por objetivos definidos e um propósito coletivo comum.¹⁸⁵ Esses exemplos de derrota muitas vezes tornaram-se mais memoráveis do que as próprias vitórias convencionais. Daí a decisiva Batalha de San Jacinto, também em 1836, nunca ter capturado o imaginário do público como Alamo havia feito.¹⁸⁶

À semelhança desses casos, os ataques ao World Trade Center marcariam uma derrota e um choque, porém a realização da situação de perigo é logo acompanhada pela sensação de firmeza e de unidade de objetivos. O país experienciava uma renovação do seu sentimento de propósito social comum. Assim como de inocência e pureza, afinal, nas palavras de Bush: “América foi alvo de ataques porque nós somos o mais brilhante bastião da liberdade e oportunidade no mundo”. Esses ataques expuseram aspectos sensíveis do imaginário americano: o medo persistente de que sua experiência republicana seja suscetível a ataques de forças externas e internas.¹⁸⁷ E esse medo é, por sua vez, respondida pela reafirmação do destino e dos valores

¹⁸¹ “Lembre-se do Alamo!” FONER, E. **Give me Liberty! An American history Volume 1**. Nova York: W. W. Norton & Company, 2008, p.466.

¹⁸² “O Sul irá erguer-se novamente!” Ver AVILA, A. L. O Passado que não é Passado: a Guerra Civil norte-americana (1861-1865) e o mito da Causa Perdida. In: GUAZZELLI, C. et al. (Eds.). **Tio Sam vai à Guerra: os conflitos bélicos dos Estados Unidos através do cinema** (pp.63-73). Porto Alegre: Letra & Vida, 2010.

¹⁸³ GARDELLA, P., op. cit., 2014, p.235.

¹⁸⁴ FONER, E., op. cit., 2016, p.681.

¹⁸⁵ Ibid., 2016, p.873.

¹⁸⁶ KAMMEN, M. op. cit., New York: Vintage, 1991, p.9

¹⁸⁷ GRANT, S. M. op. cit., 2014, p.437.

americanos, assim como pela natureza intrinsecamente boa destes. Dessa forma, o Ground Zero se tornou símbolo de martírio e a bandeira um símbolo de resistência por esses valores.

Outro aspecto do imaginário americano que foi trazido à tona é o de vincular os novos desafios do presente como parte de uma luta contínua e processo histórico mais amplo. Nesse sentido, o ódio e vilania que os terroristas demonstraram contra os Estados Unidos e sua liberdade não era algo novo:

“Não nos enganamos com suas pretensões de piedade. Já vimos seu tipo antes. Eles são os herdeiros de todas as ideologias assassinas do século XX. Ao sacrificar a vida humana para servir suas visões radicais, abandonando todo valor, exceto a vontade de poder, seguem o caminho do fascismo e nazismo e totalitarismo. E eles seguirão esse caminho até seu fim, para onde ele termina, no túmulo não marcado da história de mentiras descartadas. ”

Parecendo ecoar o discurso de Roosevelt após Pearl Harbor, “Liberdade e medo, justiça e crueldade estiveram sempre em Guerra, e nós sabemos que Deus não é neutro entre elas. ” A simbologia desse discurso e da relação que ele estabelece entre si e um passado determinado também vincula sua luta atual com a do passado, compreendendo ambas como parte de uma permanente batalha contra uma forma de tirania transcendente. E, como no passado, o avanço da liberdade, “a grande conquista da nossa época e a grande esperança de todas as épocas, agora depende de nós.”¹⁸⁸ Essa era a nova missão de todos os americanos, sua nova responsabilidade para com a história. Uma responsabilidade que deveria unir todos. Por esse motivo, Bush pede aos americanos que não criem divisões entre si, já que a tolerância era uma das marcas dos Estados Unidos e ela foi justamente um dos motivos da nação ter sido alvo de ataques: “Peço-lhes que mantenham os valores da América e lembrem-se do porquê tantos vieram aqui. Estamos em uma luta por nossos princípios, e nossa primeira responsabilidade é viver por eles. Ninguém deve ser discriminado por tratamento injusto ou por palavras desagradáveis por causa de sua origem étnica ou fé religiosa. ”

¹⁸⁸ “America was targeted for attack because we’re the brightest beacon for freedom and opportunity in the world”/ “We are not deceived by their pretenses to piety. We have seen their kind before. They are the heirs of all the murderous ideologies of the 20th century. By sacrificing human life to serve their radical visions, by abandoning every value except the will to power, they follow in the path of fascism and nazism and totalitarianism. And they will follow that path all the way, to where it ends, in history’s unmarked grave of discarded lies.” / “Freedom and fear, justice and cruelty have always been at war, and we know that God is not neutral between them” / “the great achievement of our time and the great hope of every time, now depends on us.”¹⁸⁸ In: Address Before a Joint Session of the Congress on the United States Response to the Terrorist Attacks of September 11 (September 20, 2001)

Essa era uma batalha que os Estados Unidos não pediram, mas uma que eles enfrentariam de qualquer forma. Contudo, essa também era a luta de todos aqueles que presam a liberdade: “Esta não é, contudo, apenas a luta da América, e o que está em jogo não é apenas a liberdade da América. Esta é a luta do mundo. Esta é a luta da civilização. Esta é a luta de todos aqueles que acreditam no progresso e no pluralismo, tolerância e liberdade.” Compreendendo a nova ameaça, o mundo estava se juntando aos americanos. E o mundo, ou pelo menos a maior parte dele, parecia se conectar com essas palavras. Demonstrações de solidariedade eram vivíveis em vários países. Na França, o *Le Monde* estampava “Nós todos somos americanos agora” e italianos carregavam sinais com as mesmas palavras no porto da Sexta frota da Marinha dos Estados Unidos em Nápoles. Orquestras tocavam o hino americano em frente ao Palácio de Buckingham em Londres e em frente aos Portões de Brandemburgo em Berlim.¹⁸⁹ O próprio fato de cidadãos de várias nações terem morrido no World Trade Center, naquele que era um dos símbolos da mais cosmopolita das cidades americanas, ajudava a oferecer uma sensação de compartilhamento de trauma e pesar.

Entretanto, ao mesmo tempo em que Bush oferece essa visão de unidade, ele lança novos termos ao resto do mundo: “Todas as nações, em todas as regiões, agora possuem uma decisão a fazer: Ou vocês estão conosco, ou vocês estão com os terroristas. Desse dia em diante, toda nação que continuar a abrigar ou prestar suporte ao terrorismo será considerada pelos Estados Unidos como um regime hostil.” Assim como no passado, o mundo estava novamente dividido entre aqueles que defendem a liberdade e aqueles que a ameaçam. Os Estados Unidos haviam sido atacados por serem aquela cidade sobre a colina que ilumina o mundo e este deveria, por sua vez, decidir se ele levantaria para ajudar a defendê-la. Esse seria um conflito contra um novo tipo de inimigo, mas ainda eram os mesmos valores e ideais em jogo. Os americanos deveriam demonstrar unidade, compreender os novos desafios, honrar seu passado e o sacrifício daqueles que pereceram. Ao longo de sua história, diferentes eventos abalaram o país, porém não o suficiente para abalar suas estruturas mais sólidas e sua determinação para se erguer da derrota: “esta não será uma era de terror; esta será uma era de liberdade, aqui e em todo o mundo.”¹⁹⁰ Essa era a mensagem que George Bush ofereceu aos americanos.

¹⁸⁹ GARDELLA, P., op. cit, 2014, p.360.

¹⁹⁰ “I ask you to uphold the values of America and remember why so many have come here. We are in a fight for our principles, and our first responsibility is to live by them. No one should be singled out for unfair treatment or unkind words because of their ethnic background or religious faith.”/ “This is not, however, just America’s fight, and what is at stake is not just America’s freedom. This is the world’s fight. This is civilization’s fight. This is the fight of all who believe in progress and pluralism, tolerance and freedom.”/ “Every nation, in every region, now has a decision to make: Either you are with us, or you are with the terrorists. From this day forward, any nation

3.2. Para proteger a liberdade: missão como intervenção

A renovação de um propósito social comum e do patriotismo no pós-Ataques do 11 de Setembro foi acompanhada por uma forte identificação dos americanos com o governo. Como em outros conflitos militares, o presidente viu sua aprovação crescer vertiginosamente. Após os Ataques, a aprovação de George Bush, até então em queda após a posse, subiu de 50% para 90%;¹⁹¹ um forte consenso nacional era nítido. Sua administração aproveitou esse momento para dar uma nova direção e propósito para si mesma. A nação entraria novamente em uma cruzada pela defesa de sua liberdade e a de todos que a prezam. Como outros presidentes antes dele, “ele tornou a liberdade um grito de união para uma nação em guerra.”¹⁹² Da mesma forma que muitos dos eventos anteriores de martírio, o 11 de Setembro também instigaria uma legitimação por uma resposta massiva que terminaria com o aumento da esfera americana de influência. Ao grito de “*Remembering the Alamo*”, os americanos tomaram vastas áreas do México em 1848. “*Remembering Custer*” e eles tomaram as Grandes Planícies. “*Remembering the Maine*”, os Estados Unidos tomaram Cuba, Porto Rico, Hawaii, Guam e as Filipinas da Espanha. “*Remembering the Pearl Harbor*” e os americanos tomariam controle parcial da Ásia e Europa.¹⁹³ E, agora, um novo grito de guerra ressoava em todo o país.

Ao se dirigir ao Congresso americano, nove dias após os ataques, Bush lançou um ultimato ao Talibã. Eles deveriam entregar todos os líderes da Al-Qaeda refugiados no seu país, libertar qualquer estrangeiro injustamente detido, fechar todos os campos de treinamento de terroristas e dar acesso total aos Estados Unidos para certificar que eles haviam sido desativados. Essas demandas não eram negociáveis, o Talibã deveria agir imediatamente, ou conheceriam o mesmo destino dos terroristas. Os Estados Unidos não mediriam esforços para colocar um fim imediato às bases terroristas instaladas no Afeganistão. Eles haviam sido firmes diante de seus inimigos passados, ele não deixaria de ser com este.

Apesar do ultimato, o Talibã se recusou a seguir as exigências americanas. Em resposta, Bush anunciou o bombardeamento de bases do Talibã e da Al-Qaeda no Afeganistão. A operação militar batizada de Liberdade Duradoura, através da combinação de tropas terrestres da

that continues to harbor or support terrorism will be regarded by the United States as a hostile regime.”/ “this will not be an age of terror; this will be an age of liberty, here and across the world.” In: Address Before a Joint Session of the Congress on the United States Response to the Terrorist Attacks of September 11 (September 20, 2001)

¹⁹¹ Ver <<http://news.gallup.com/poll/116500/presidential-approval-ratings-george-bush.aspx>> Acesso em 24 de outubro de 2017.

¹⁹² “he made freedom the rallying cry for a nation at war” FONER, E., op. cit, p.1112.

¹⁹³ GARDELLA, P., op. cit, 2014, p.345.

Aliança do Norte –afegãos que lutavam contra o Talibã por anos – e bombardeamento americano, colocaria um fim ao regime do Talibã no país no final daquele mesmo ano. Um novo governo amigável e dependente dos Estados Unidos surgiu; ele desfez muitas das leis e proibições do Talibã, mas ele encontraria dificuldade em assumir controle sobre o país. Com o objetivo de garantir a sua segurança, uma força multinacional liderada pelos Estados Unidos passaria a prestar suporte na perseguição dos combatentes inimigos restantes e o auxílio financeiro necessário para a sua reconstrução. Essa ajuda era parte essencial do combate ao terror, visto que a missão americana não poderia ser restringida a apenas a uma operação militar, ela deveria tornar o Afeganistão um novo aliado:

“Nossa ação militar também é projetada para abrir caminho para operações continuadas, abrangentes e implacáveis para expulsá-los e levá-los à justiça. Ao mesmo tempo, o povo oprimido do Afeganistão conhecerá a generosidade da América e dos nossos aliados. À medida que atacamos alvos militares, também deixaremos alimentos, remédios e suprimentos para os famintos e em sofrimento homens e mulheres do Afeganistão.”¹⁹⁴

A percepção de que os Estados Unidos deveriam expandir não apenas seus ideais, como também o desenvolvimento interno de outros países foi um elemento significativo das incursões americanas na América Latina e nas Filipinas e permaneceria presente durante a Guerra Fria, assim como no governo Clinton, onde adquiriu papel central. Isso não foi diferente durante a Guerra ao Terror. Todavia, a queda do Talibã e a destruição dos campos de treinamento no Afeganistão também não encerravam o aspecto militar da missão americana. O país havia adquirido uma grande vitória, contudo o inimigo considera qualquer lugar no mundo seu campo de batalha. Enquanto houver países que lhes ofereçam asilo, a liberdade permanecerá em risco e a Guerra ao Terror longe de acabar. Não demoraria para que novos inimigos fossem apontados.

No seu discurso de Estado da União de 2002, Bush acusou Irã, Coreia do Norte e Iraque de financiar e abrigar terroristas e de possuírem a tecnologia e o desejo de adquirir armas de destruição em massa, representando uma ameaça direta aos Estados Unidos. Ele denominou esses três países de o Eixo do Mal, ainda que não houvesse evidência que conectasse esses países uns com os outros – Irã e Iraque já estiveram inclusive em guerra na década de 1980 – como também com o 11 de Setembro. O que unia os três países era seu ódio à liberdade, aos

¹⁹⁴ “Our military action is also designed to clear the way for sustained, comprehensive, and relentless operations to drive them out and bring them to justice. At the same time, the oppressed people of Afghanistan will know the generosity of America and our allies. As we strike military targets, we’ll also drop food, medicine, and supplies to the starving and suffering men and women and children of Afghanistan” In: Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union (January 29, 2002)

valores e modo de vida americanos e sua capacidade de transferir esse armamento a grupos terroristas. Todos esses fatores faziam com que os três corporificassem o mal como o Império do Mal de Reagan antes deles. Deste modo, a derrubada do Talibã era apenas o começo da guerra pela preservação da liberdade. Um novo chamado da história instigava os americanos e seus aliados à ação. E “é nossa responsabilidade e privilegio lutar a luta da liberdade.” Mais do que apenas garantir a segurança dos Estados Unidos, “nós temos uma grande oportunidade durante este tempo de guerra de liderar o mundo em direção aos valores que trarão paz duradoura.” Assim como Clinton no pós-Guerra, a Guerra ao Terror também representava uma nova oportunidade para a promoção da democracia. Os Estados Unidos deveriam aproveitá-la porque a liberdade e justiça são “corretos e verdadeiros e imutáveis para todos os povos em todos os lugares.” Segundo Bush, os Estados Unidos não possuem intenção de impor sua cultura, mas eles irão sempre estar ao lado dos seus valores e daqueles que os defendem: “Nós defendemos uma escolha diferente, feita muito tempo atrás no dia de nossa fundação. Nós afirmamos ela hoje. Nós escolhemos liberdade e a dignidade de toda a vida.”¹⁹⁵

Ao contrário das perspectivas que Clinton havia dado ao século XXI, os Estados Unidos se encontravam em guerra apenas um ano após seu início e a economia americana estava novamente em recessão. A ponte havia sido atravessada, do outro lado dela uma nova luta para ser travada, com novos desafios e novos inimigos, porém ela era uma luta familiar, foi sob ela que o país havia sido fundado. O destino manifesto dos Estados Unidos os havia guiado àquele momento e ele selaria uma nova vitória: “O que aconteceu com nossa nação em um dia de setembro desencadeou a primeira grande luta pelo novo século. Os inimigos que lutam contra nós são determinados, e eles são engenhosos. Eles não serão impedidos por um senso de decência ou uma pitada de consciência, mas eles serão impedidos.”¹⁹⁶ Como Bill Clinton, Bush também racionalizou os novos desafios por meio da metanarrativa americana. Constantemente referenciando o passado e enquadrando o presente dentro de um sentido histórico mais amplo, ele buscou criar uma identificação entre seu governo e o cumprimento de uma missão americana maior e mais antiga. Para Bush, o terrorismo representava uma oportunidade de reafirmar

¹⁹⁵ “it is both our responsibility and our privilege to fight freedom’s fight” / “we have a great opportunity during this time of war to lead the world toward the values that will bring lasting peace.” / “right and true and unchanging for all people everywhere.” / “We stand for a different choice, made long ago on the day of our founding. We affirm it again today. We choose freedom and the dignity of every life.” In: Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union (January 29, 2002)

¹⁹⁶ “What happened to our Nation on a September day set in motion the first great struggle of a new century. The enemies who struck us are determined, and they are resourceful. They will not be stopped by a sense of decency or a hint of conscience, but they will be stopped.” In: Remarks at the Pentagon in Arlington, Virginia (September 11, 2002)

os Estados Unidos e seus valores em um novo século. Suas ações eram então justificadas pelo destino manifesto americano e aqueles que se opusessem a elas, terroristas ou não, o ameaçavam, um aspecto de seu discurso que se tornou cada vez mais marcante quando uma nova guerra no Iraque levaria muitos a repensarem o percurso histórico ao qual o país estava sendo conduzido.

Discursando na Assembleia das Nações Unidas, um ano e um dia após o 11 de Setembro, Bush delineou sua posição em relação ao Iraque. Como em seu pronunciamento ao Congresso americano, ele insistiu que Saddam Hussein desenvolvia armas de destruição em massa secretamente, desafiando as resoluções do Conselho de Segurança da ONU. Ele também acusou o Iraque de se tornar o maior refúgio para terroristas após a queda do governo do Talibã no Afeganistão. Por conseguinte, o regime de Saddam Hussein havia se tornado a maior ameaça aos Estados Unidos e à paz mundial. Segundo Bush, confrontar ameaças como essa era justamente o objetivo da ONU. Os Estados Unidos haviam ajudado a fundar a organização e ajudariam ela a ser efetiva e bem-sucedida em seus objetivos. Se as resoluções da organização fossem seguidas pelo governo iraquiano, isso abriria um sinal para a ONU ajudar na construção de um governo que representasse todos os iraquianos. O povo do Iraque e a segurança de todas as nações do mundo requeriam isso: “Liberdade para o povo iraquiano é uma grande causa moral e um grande objetivo estratégico. [...] Sociedades livres não intimidam através de crueldade e conquista, e sociedades abertas não ameaçam o mundo com assassinato em massa.”¹⁹⁷ Os Estados Unidos iriam trabalhar com o Conselho de Segurança para lidar com seu desafio comum. Entretanto, em caso de suas resoluções falharem e o governo iraquiano continuar a desafiar o mundo, as nações deveriam agir. O mundo não poderia continuar refém da chantagem de ditaduras que o ameaçam com armas de grande destruição. Do contrário:

“Falhar em agir encorajaria outros tiranos, permitiria terroristas acessar novos armamentos e novos recursos, e tornaria chantagem uma característica permanente dos eventos mundiais. As Nações Unidas trairiam o propósito de sua fundação e se provariam irrelevantes para os problemas de nosso tempo. E, através da inação, os Estados Unidos resignaram-se a um futuro de medo.”¹⁹⁸

¹⁹⁷ “Liberty for the Iraqi people is a great moral cause and a great strategic goal. [...] Free societies do not intimidate through cruelty and conquest, and open societies do not threaten the world with mass murder.” In: Address to the United Nations General Assembly in New York City (September 12, 2002)

¹⁹⁸ “Failure to act would embolden other tyrants, allow terrorists access to new weapons and new resources, and make blackmail a permanent feature of world events. The United Nations would betray the purpose of its founding and prove irrelevant to the problems of our time. And through its inaction, the United States would resign itself to a future of fear.” In: Address to the Nation on Iraq From Cincinnati, Ohio (October 7, 2002)

Se Saddam Hussein não aceitasse as resoluções e não se desarmasse, os Estados Unidos e seus aliados sairiam em auxílio dos iraquianos, ajudariam na reconstrução de sua economia e na criação de instituições livres em um Iraque unificado e em paz com seus vizinhos. Bush então conclama as nações livres a se juntarem aos Estados Unidos, mas ele avisa: “o curso dessa nação não depende da decisão de outros. Seja qual for a ação requerida, sempre que a ação for necessária, eu irei defender a liberdade e segurança do povo americano.” Não se permitiria que um ditador continuasse ameaçando a segurança dos americanos. Se a ação fosse necessária, os Estados Unidos agiriam em uma causa justa pela liberdade, sua e de outros: “América é uma nação forte e honrada no uso dessa força. Nós exercemos poder sem conquista, e nos sacrificamos pela liberdade de estranhos.” Essa liberdade não deveria ser encarada como um presente americano, mas um direito de todas as pessoas e o futuro de todas as nações, ela era “o presente de Deus para a humanidade.”¹⁹⁹ A liberdade como um presente divino e o sacrifício americano sem conquista para defendê-la eram dois elementos comuns em sua retórica. Ainda que Deus e outras referências religiosas sejam comuns no discurso político americano como um todo, poucos presidentes como Bush haviam utilizado tanto a chancela divina para legitimarem-se. Enquanto o destino manifesto americano havia passado por um processo de maior secularização ao longo das últimas décadas, com o chamado da história ocupando um papel mais proeminente em sua metanarrativa, presidentes como Ronald Reagan e George W. Bush buscaram retomar com mais força o senso americano de escolha divina.

Apesar de ter apoiado Bush na busca de solução diplomática para o conflito com o Iraque, membros do Conselho de Segurança se recusaram a apoiar um ataque preventivo ao país. Tanto adversários tradicionais dos Estados Unidos como Rússia e China, quanto aliados como a França e Alemanha se posicionaram contra a invasão.²⁰⁰ Incapaz de conseguir a aprovação das Nações Unidas para o ataque, os Estados Unidos foram à guerra sem o apoio da grande coalização que os ajudara no Afeganistão. Entre seus aliados de peso, somente o Reino Unido decidiu apoiá-lo. A decisão de ir à guerra dividiu a aliança ocidental e provocou grandes protestos. Em 17 de março, Bush anunciou sua decisão, afirmando a soberania do governo americano de proteger sua segurança nacional. Os membros do conselho demonstraram compreender o perigo, porém não mostravam o comprometimento em resolvê-lo: “O Conselho de Segurança

¹⁹⁹“the course of this Nation does not depend on the decisions of others. Whatever action is required, whenever action is necessary, I will defend the freedom and security of the American people.” / “America is a strong nation and honorable in the use of our strength. We exercise power without conquest, and we sacrifice for the liberty of strangers.” / “God’s gift to humanity.” In: Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union (January 28, 2003)

²⁰⁰ FONER, E., op. cit., p.1116.

das Nações Unidas não cumpriu suas responsabilidades, então nós iremos cumprir as nossas. ” Todas as medidas para evitar a guerra tinham sido tentadas, agora todas seriam para ganhá-la. A guerra no Iraque seria travada, segundo Bush, com seu exército, antes que ela fosse travada com seus bombeiros em solo americano. Os Estados Unidos não possuíam ambições no Iraque, apenas remover uma ameaça e restaurar o seu controle ao seu próprio povo. Um Iraque livre representaria uma grande conquista, não apenas para a proteção e segurança dos americanos, como também tornaria a região mais pacífica, visto que democracias não anseiam pela guerra. O Iraque poderia se tornar um exemplo aos seus países vizinhos e apenas o começo da democratização da região: “Ao contrário de Saddam Hussein, nós acreditamos que o povo iraquiano merece e é capaz de liberdade humana. E, quando o ditador tiver partido, eles poderão firmar um exemplo para todo o Oriente Médio de uma nação vital e pacífica e autônoma. ”

A decisão de agir unilateralmente no Iraque marcou uma nova forma de agir na política externa americana. Os Estados Unidos agiram frequentemente de forma unilateral na América Latina, mas, fora do Hemisfério Ocidental, ele relutou em usar força militar exceto como parte de uma coalização internacional.²⁰¹ Enquanto George H.W. Bush e Bill Clinton davam ênfase na importância da institucionalização da sociedade internacional, essa nova política enfatizava a soberania americana em agir livremente, sem restrições de tratados ou instituições internacionais. Algo já visto quando administração Bush anunciou que os Estados Unidos não iriam respeitar o Tratado de Kyoto de 1997 porque ele enfraqueceria a economia americana.²⁰² O unilateralismo foi uma das características da política externa americana durante sua fundação, mas ele existia em razão do medo de que alianças com países europeus pudessem tornar os Estados Unidos peões em guerras estrangeiras e corromper suas instituições na busca de influenciá-los em favor de poderes externos. O unilateralismo de Bush surge de uma visão de segurança nacional que desdenha leis e instituições internacionais quando estas o restringem.²⁰³ Como vimos, Bush utilizou as resoluções do Conselho de Segurança da ONU, porém, quando ele se viu limitado por ele, uma nova política legitimada pela total soberania americana foi adotada. Ao passo em que o excepcionalismo americano promove a universalidade de seus ideais, ele também eleva os Estados Unidos a um plano moral superior a outros países.²⁰⁴ Bush

²⁰¹ Ibid., 2016, p.1117.

²⁰² FONER, E., op. cit., 2016, p.1111.

²⁰³ LOCK, E. The Complex Fate of Being America. The Constitution Of Identity And The Politics Of Security In: KENNET, C. (Ed.). **United States Foreign Policy & National Identity in the 21st Century Routledge Studies in US Foreign Policy**. Abingdon: Routledge, 2008, p.79.

²⁰⁴ DAVIS, T. R.; LYNN-JONES, S. M., op. cit., 1987, p.20.

retoma esse aspecto, afirmando a responsabilidade dos americanos de atenderem o chamado da história independente das limitações impostas por outros.

Após o anúncio de uma nova guerra, milhares de pessoas saíram às ruas em dezenas de países. Contudo, apesar de grandes protestos terem ocorrido nos Estados Unidos, a grande parcela da população se mostrava favorável à guerra.²⁰⁵ Em Washington, a maioria dos membros de ambos os partidos também a apoiaram. A Guerra ao Terror inaugurou um consenso em diversos princípios na política externa entre o conservadorismo tradicional, o neoconservadorismo e liberais intervencionistas.²⁰⁶ O PPI (Instituto de Política Progressiva) uma organização de promoção da ala clintoniana do Partido Democrata apoiou a invasão do Iraque desde o seu início. Como Bush, a organização também proclamou a necessidade dos Estados Unidos de promoverem a liberdade e a democracia contra a nova ameaça terrorista. Algumas de suas declarações sobre a Guerra ao Terror chegaram a ser até mais militaristas que as do PNAC (Projeto por um Novo Século Americano), organização de promoção do neoconservadorismo.²⁰⁷

A Operação Liberdade do Iraque começou no dia 20 de março de 2003 e terminaria com a ocupação de Bagdá por tropas americanas um mês após seu início. Depois de sete meses se escondendo, Saddam Hussein foi capturado e julgado por uma corte iraquiano que o declarou culpado pela morte de centenas de iraquianos e o condenou à morte. Com o que parecia ser uma grande vitória em mãos, no porta aviões U.S.S. Lincoln, um triunfal Bush anunciou sob uma facha escrita “Missão Cumprida” que a operação havia sido bem-sucedida. E, como no Afeganistão, era chegado o momento da reconstrução do país, do florescimento das instituições democráticas e da revitalização de sua economia. Os americanos não possuíam nenhum sentimento de inimizade com o povo iraquiano, o Iraque de Saddam Hussein não mais existia. Assim como o Japão e a Alemanha haviam se tornado aliados dos Estados Unidos, agora a vitória militar americana também tornaria o Iraque um parceiro americano: “O caráter de nossos militares ao longo da história - a ousadia da Normandia, a coragem feroz de Iwo Jima, a decência e o idealismo que transforma inimigos em aliados - está totalmente presente nesta geração. ” Outras nações lutavam em terras estrangeiras e permaneciam para ocupar e explorar, mas os

²⁰⁵ Ver <<http://news.gallup.com/poll/8038/seventytwo-percent-americans-support-war-against-iraq.aspx>> Acesso em 25 de outubro de 2017.

²⁰⁶ PARMAR, I. A Neo-conservative dominated US Foreign Policy Establishment? In: KENNET, C. (Ed.). **United States Foreign Policy & National Identity in the 21st Century Routledge Studies in US Foreign Policy**. Abingdon: Routledge, 2008, p.48.

²⁰⁷ Ibid., 2008, p.49.

americanos “após a batalha, querem nada mais do que retornar para casa. ” A coalização permaneceria no país até o trabalho de transição para a democracia fosse concluído e “então nós iremos embora, e iremos deixar para trás um Iraque livre.”²⁰⁸

Entretanto, ao contrário da perspectiva inicial do seu governo, o país logo caiu em um grande caos. Uma insurgência contra as forças da coalização rapidamente surgiu e a violência sectária entre xiitas e sunitas se espalhou por todo o país. Apesar de algumas eleições, nenhum governo iraquiano capaz de impor ordem conseguiu surgir. O que pareceu uma vitória fácil e rápida logo se tornaria uma das guerras mais longas da história americana. Sem uma data para seu fim, a guerra do Iraque logo produziu comparações com a Guerra do Vietnã.²⁰⁹ Aquela guerra havia abalado fortemente as premissas sobre o imaginário de vitória marcial americana – sua inevitabilidade e merecimento.²¹⁰ E, agora, a Guerra do Iraque atraía esse fantasma para si, lançando temores de que o país estivesse em mais uma interminável guerra do outro lado do planeta por objetivos que não visavam os interesses nacionais. À medida que esses temores cresciam, o amplo apoio ao governo de George Bush desaparecia. Ao longo dos anos, cada vez mais americanos viam as guerras no Iraque e no Afeganistão – onde o Talibã também conseguiu estabelecer uma insurgência – como erros.²¹¹ A queda da popularidade do presidente por causa da guerra no Iraque e a sensação crescente de que poucos se beneficiavam da economia levou os democratas a verem uma oportunidade para retomar a Casa Branca. Apesar dessas esperanças, John Kerry não conseguiu provocar o mesmo entusiasmo entre os seus eleitores como Bush conseguiu entre o seu. Com uma vitória apertada e para a surpresa de muitos, Bush conseguiu um segundo mandato, porém o consenso construído depois do 11 de Setembro não retornaria mais.

Com uma insurgência em mãos e sem o amplo apoio que ele desfrutava anteriormente, Bush continuou reafirmando a necessidade estratégica e o valor moral de continuar a guerra no exterior: “Nós iremos permanecer com o povo do Afeganistão e do Iraque até suas esperanças

²⁰⁸ “The United Nations Security Council has not lived up to its responsibilities, so we will rise to ours.” / “Unlike Saddam Hussein, we believe the Iraqi people are deserving and capable of human liberty. And when the dictator has departed, they can set an example to all the Middle East of a vital and peaceful and self-governing nation.” / “The character of our military through history—the daring of Normandy, the fierce courage of Iwo Jima, the decency and idealism that turned enemies into allies— is fully present in this generation. ” / “following a battle, want nothing more than to return home.” / “then we will leave, and we will leave behind a free Iraq.” In: Address to the Nation on Iraq From the U.S.S. Abraham Lincoln (May 1, 2003)

²⁰⁹ FONER, E., op. cit., p.1116.

²¹⁰ JOHNSON, R. op. cit., 2008, p.7.

²¹¹ Ver <<http://news.gallup.com/poll/183575/fewer-view-iraq-afghanistan-wars-mistakes.aspx>> Acesso em 25 de outubro de 2017

por liberdade e segurança sejam cumpridas.”²¹² Segundo ele, apesar das dificuldades, isso não significava que a guerra estava sendo perdida. Encerrar a missão no Iraque antes da conquista de seus objetivos seria abandonar os iraquianos para os terroristas, o que representaria uma perda de credibilidade dos Estados Unidos e um sério risco à segurança nacional: “Recuar antes da vitória seria imprudente e desonroso, e eu não permitirei isso.”²¹³ Segundo Bush, Ronald Reagan também havia sofrido deste mesmo tipo de oposição: “Ele defendeu o que ele acreditava, e a história lembrará de Ronald Reagan como o homem que derrubou a União Soviética e ganhou a Guerra Fria. E, agora, estamos envolvidos no que eu chamei de a grande luta ideológica do século XXI. ” Essa lembrança do fim da Guerra Fria é comum entre grupos conservadores americanos, que creditam à Era Reagan como a verdadeira instigadora da vitória americana contra a União Soviética.²¹⁴ Foi a rejeição do derrotismo liberal por Reagan que garantiu a vitória e, tomando esse exemplo, Bush afirmou que superaria a oposição, garantido a vitória na grande luta ideológica pelo novo século: “Esta será uma longa luta, mas, para prevalecermos, é requerido perseverança e determinação e uma forte crença no poder da liberdade em conquistar a ideologia do ódio.”²¹⁵ Entretanto, os oito anos do presidente acabariam antes do fim da Guerra do Iraque. Somente em 2011 as tropas americanas começaram seu processo de retirada do país, mas, não apenas eles permaneceriam até hoje no Afeganistão, tornando essa a guerra mais longa de sua história, como o surgimento de novos grupos terroristas manteria os iraquianos em guerra.

Ao analisar a política externa de Woodrow Wilson na América Latina, Eric Foner afirma que ela ressaltou um paradoxo na história moderna americana: “os presidentes que mais falam sobre liberdade são os mais prováveis de intervir mais frequentemente nos assuntos de outros países.”²¹⁶ Poucos presidentes falariam tanto de liberdade quanto George W. Bush. Na posse de seu segundo mandato, ele repetiria a palavra 42 vezes e ela continuaria uma parte obrigatória de todos os seus discursos, conjuntamente com referências ao suporte divino à sua justa causa. Os Ataques do 11 de Setembro e a Guerra ao Terror mudariam e definiriam sua presidência,

²¹² “We will stand with the people of Afghanistan and Iraq until their hopes of freedom and security are fulfilled” In: Remarks to the United Nations General Assembly in New York City (September 21, 2004)

²¹³ “To retreat before victory would be an act of recklessness and dishonor, and I will not allow it.” In: Address to the Nation on Iraq and the War on Terror (December 18, 2005)..

²¹⁴ JOHNSON, R. op. cit., 2008, p.15.

²¹⁵ “He stood for what he believed, and history will remember Ronald Reagan as the man who brought down the Soviet Union and won the cold war. And now we’re involved in what I have called the great ideological struggle of the 21st century. ” / “This is going to be a long struggle, but in order to prevail, it requires perseverance and determination and a strong belief in the power of liberty to conquer the ideology of hate.” In: Remarks at a National Republican Senatorial Committee Reception (October 20, 2006)

²¹⁶ “the presidents who spoke the most about freedom were likely to intervene most frequently in the affairs of other countries.” FONER, E., op. cit., 2016, p.740.

assim como o destino manifesto americano. Novamente, o país se lançou em uma luta mundial pelos seus ideais de liberdade contra um inimigo que corporificava o próprio mal. Uma luta que acabaria com o estabelecimento de um novo império global com uma ampla expansão da participação militar dos Estados Unidos. Contudo, derrubando governos estrangeiros em descumprimento da lei internacional, construindo novas bases militares pelo mundo e acusando seus críticos de suporte ao inimigo, a Guerra ao Terror levaria muitos a se perguntarem se essa batalha pela democracia realmente almejava sua promoção. Assim, ao mesmo tempo em que o governo Bush ressaltaria o mesmo paradoxo de Wilson, ele também ressaltaria um dilema marcado nas palavras de James Winthrop: “nenhum império extensível pode ser governado por princípios republicanos.”²¹⁷

3.3. Entre a segurança e a liberdade: o USA PATRIOT Act e o dilema de uma república imperial

Enquanto o discurso de George Bush falava da necessidade de lutar pela preservação da liberdade, a sanção do USA PATRIOT Act (mais conhecido no Brasil como Ato Patriota) em 26 de outubro de 2001 e a criação do NSA (Departamento de Segurança Interna) no mesmo ano levantaria dúvidas sobre a melhor forma do governo americano proteger seus cidadãos, ao mesmo tempo em que preservava suas liberdades civis. O PATRIOT Act conferiu poderes sem precedentes a agências governamentais para prevenir o vagamente definido terrorismo doméstico, incluindo o poder de espionar cidadãos americanos, através de grampos, leitura de cartas e e-mails privados e históricos pessoais, adquiridos através de universidades, bibliotecas sem o conhecimento ou consentimento do investigado.²¹⁸ Estariam os Estados Unidos ameaçando sua própria liberdade ao tentar defendê-la? Essa não era uma pergunta nova. A Guerra ao Terror simplesmente fez o que outros conflitos da história do país já haviam feito: levantou uma polêmica sobre a melhor forma de balancear liberdade e a necessidade por segurança.

Como já apresentado no segundo capítulo, uma das características da política externa dos Estados Unidos durante o primeiro século de sua história era o de que ele defendia, e não definia o que o país era.²¹⁹ Se sua política externa era melhor do que a de outros países era pela virtude do fato dos Estados Unidos serem uma república, refletindo os interesses de sua população e não o de uma dinastia.²²⁰ Não havia um chamado para conduzir missões em outros

²¹⁷ “no extensive empire can be governed upon republican principles.” Ver <<http://www.constitution.org/afp/agri-ppa.htm>> Acesso em 25 de outubro de 2017.

²¹⁸ FONER, E., op. cit., 2016, p.1118.

²¹⁹ Rever nota 133.

²²⁰ MCDOUGALL, W. A. op. cit., 1997, p.37.

países para a expansão da sua experiência republicana. Isso não significava que os líderes americanos não desejassem que o processo revolucionário fosse mundializado, mas a função americana nesse processo não seria de conduzir outros à revolução, e sim representar um exemplo que os guiaria. Para eles, escalar os Estados Unidos em uma empresa de mudança mundial exigiria que ele mudasse a si mesmo e para pior. O engajamento do país no exterior implicaria em comprometer os americanos em alianças que poderiam ameaçar não apenas a sua segurança, mas também, ao tentar defendê-la, sua unidade e sua própria liberdade, que é, afinal, a fonte de sua própria excepcionalidade. Por conseguinte, a metanarrativa messiânica dos Estados Unidos promove duas formas distintas de encarar a função e sentido histórico americanos. No primeiro, o país é apresentado como uma terra prometida, cuja função é o da exemplaridade de suas virtudes; o excepcionalismo americano é aqui medido pelo que os Estados Unidos são. No segundo, a América deveria ser um estado cruzadista, pronto a lutar por essas virtudes no exterior; o seu excepcionalismo é aqui medido também pelo o que eles fazem fora dele. Disso reside o porquê do unilateralismo da política externa do país naquele período.

É claro, ainda que desejável, completo afastamento seria ilusório. Mesmo não buscando projetar sua revolução no mundo pela força de suas armas e afirmando sua neutralidade, houve momentos em que o país foi forçado a lidar com questões externas e elas conduziram ao debate sobre os limites do poder do governo federal. Esse foi o caso da Quase-guerra (1798-1800), como ficou conhecido a situação de tensão armada entre os Estados Unidos e a França. A captura indiscriminada de embarcações americanas pela França havia conduzido ambos a uma quase guerra naval. Esse conflito havia produzido uma crise doméstica para o então presidente John Adams. No início das tensões, a sanção do *Alien and Sedition Acts* permitiu o presidente não apenas prender e deportar não cidadãos considerados perigosos, como também limitava o direito de crítica – cada vez mais crescentes – ao governo, consideradas prejudiciais a unidade nacional e aos esforços para a resolução da crise.²²¹ O que seguiu disso foi o aumento da tensão entre o governo e oposição em torno das limitações do poder central e o correto balanço entre a segurança nacional e a liberdade de seus cidadãos. Tensão que permaneceria recorrente na história americana, principalmente quando a América terra prometida começou a dar espaço para a América estado cruzadista.

À medida em que o país passou a adotar uma postura cada vez mais militante no mundo, novos desafios a esse balanço surgiam, dando novas oportunidades para esse velho debate se

²²¹ FONER, E., op. cit., 2008, p.291.

manifestar. Durante a Primeira Guerra Mundial, as liberdades civis também se viram extremamente prejudicadas. A criação da Liga Protetora Americana, um órgão essencialmente paramilitar, para ajudar na repressão de radicais e críticos à guerra, o ataque à cultura de americanos alemães, considerados naturalmente suspeitos e a prisão de críticos do governo como Eugene Debs encarcerado por 10 anos são exemplos disso.²²² Cidadãos críticos ao governo passaram então a ser tomados como inimigos dos próprios ideais de democracia e liberdade pelos quais o país teria saído em defesa na Europa. Dessa forma, como afirma Eric Foner: “Ao invés de levar progressismo para outros povos, a guerra o destruiu em casa.”²²³ Esse fenômeno também é evidente durante a Segunda Guerra Mundial quando, considerados como uma possível ameaça interna, nipo-americanos foram confinados em campos de concentração e durante a Guerra Fria com o Comitê de Atividades Antiamericanas operando contra atos de suposta deslealdade e atividades subversivas por suspeitos de simpatia ao comunismo. Além da restrição à liberdade e aos direitos civis, o que todos esses casos possuem em comum é a alegação de que ela era feita em nome do que ela justamente estava suprimindo.

Ao assinar o PATRIOT Act, Bush o defendeu como um passo essencial no combate ao terrorismo, ao mesmo tempo em que protegeria os direitos constitucionais dos americanos. Segundo ele, a nova lei levava em conta o avanço tecnológico em um mundo em que a internet se tornou parte essencial do cotidiano de todos, incluindo dos terroristas. Ela modernizaria a inteligência e a capacidade de resposta das forças de segurança, ao mesmo tempo em que “respeita as liberdades civis garantidas pela nossa Constituição.”²²⁴ A Guerra ao Terror havia, segundo ele, levado a guerra aos próprios terroristas para ser encerrada nos termos dos Estados Unidos, porém, ele relembra, a guerra havia começado em solo americano, nos termos de outros. O país não poderia baixar a guarda agora, mesmo que a marcha da liberdade esteja avançando. Como a missão de renovação da América de Clinton, a missão história contra o terrorismo também era combatida dentro e fora dos Estados Unidos. A defesa da liberdade dos Estados Unidos não será conquistada apenas pela sua exportação, esta é parte essencial, mas, assim como no exterior, em casa “nós temos muito trabalho a fazer. Nós somos uma nação livre. Nós somos uma grande nação. Pessoas vem e vão. E nós precisamos mudar toda a atitude sobre como nós protegemos nossa terra pátria. Nós devemos fazer tudo o que precisarmos para nos mantermos na

²²² GRANT, S. M. op. cit., 2014, p.318 e 320.

²²³ “Rather than bringing Progressivism to other peoples, the war destroyed it at home.” FONER, E., op. cit., 2016, p.737.

²²⁴ “respects the civil liberties guaranteed by our Constitution.” In: Remarks on Signing the USA PATRIOT ACT of 2001 (October 26, 2001)

ofensiva”, pois “nós precisamos estar certos 100 por cento do tempo, e o inimigo só precisa estar certo uma vez.”²²⁵ O PATRIOT Act era a resposta, somente ele poderia manter os americanos completamente na ofensiva e firmes para se protegerem. Ele “fechava perigosas lacunas nas capacidades de aplicação da lei e inteligência da América, lacunas que os terroristas exploraram quando nos atacaram no 11 de Setembro.”²²⁶ Bush retoma o 11 de setembro, lançando uma visão sombria do que não apoiar a lei poderia implicar. A missão americana não poderia ser limitada apenas ao exterior ela deveria, portanto, ser também um aspecto doméstico: “Veja, terroristas estão dispostos a atacar qualquer um que ame liberdade, e nosso trabalho é proteger sociedades livres – a mais livre de todas as sociedades aqui em casa e a mais livre das sociedades entre os nossos parceiros de coalização. E o Ato Patriota nos ajudou a fazer exatamente isso.”²²⁷

Apesar das afirmações de Bush de que o PATRIOT Act honrava a Constituição, seu governo autorizou o NSA captar conversas telefônicas de americanos sem mandatos judiciais, violando as limitações do departamento. Da mesma forma, regulamentos da década de 1970 inspiradas por abusos passados da CIA, FBI e policiais locais foram rescindidos, permitindo essas agências vigiarem cidadãos americanos sem evidência de crime.²²⁸ Enquanto algumas dessas medidas foram autorizadas pelo Congresso, outras foram implantadas por Bush unilateralmente, clamando o poder de ignorar certas leis que restringiam sua função como comandante em chefe em tempo de guerra. A própria crítica a essas ações foi encarada por alguns como apoio indireto aos terroristas. Nas palavras do então Procurador geral John Ashcroft: “àqueles que assustam pessoas amantes da paz com fantasmas de perda de liberdade, minha mensagem é essa: suas táticas apenas ajudam terroristas, pois elas corroem a unidade nacional e diminuem nossa determinação.”²²⁹ E, apesar de Bush ter buscado, ao contrário durante as duas guerras mundiais, diferenciar os inimigos (terroristas) dos não-inimigos (os muçulmanos), isso não impediu que 5.000 estrangeiros com conexões com o Oriente Médio fossem sondados e mais de

²²⁵ “we’ve got a lot of work to do. We’re a free nation. We’re a big nation. People come and go. And we needed to change the whole attitude about how we protect the homeland. We’ll do everything we can to stay on the offensive” / “we’ve got to be right 100 percent of the time, and the enemy has only got to be right once.” In: Remarks in a Discussion on the PATRIOT Act in Buffalo, New York (April 20, 2004)

²²⁶ “closed dangerous gaps in America’s law enforcement and intelligence capabilities, gaps the terrorists exploited when they attacked us on September the 11th.” In: Remarks on Signing the USA PATRIOT Improvement and Reauthorization Act of 2005 (March 9, 2006)

²²⁷ “See, terrorists are willing to strike at anybody who loves freedom, and our job is to protect free societies—the freest of all societies here at home and the free societies amongst our coalition partners. And the PATRIOT Act has helped do just that.” In: Remarks on the PATRIOT Act in McLean, Virginia (June 10, 2005)

²²⁸ FONER, E., op. cit., 2016, p.1118.

²²⁹ “those who scare peace-loving people with phantoms of lost liberty, my message is this: Your tactics only aid terrorists for they erode our national unity and diminish our resolve.” Ver <<http://edition.cnn.com/2001/US/12/06/inv.ashcroft.hearing/>> Acesso em 21 de outubro de 2017.

1.200 presos. Muitos deles sem ligação com o terrorismo ficaram confinados por meses sem qualquer acusação formal.²³⁰ Membros do governo também passaram a insistir que os Estados Unidos não deveriam ser restringidos pela lei internacional na sua guerra ao terrorismo. Em conformidade com o novo unilateralismo americano, eles ignoraram convenções internacionais sobre o tratamento de prisioneiros de guerra e proibição de tortura. Com o medo de setores militares de uma possível retaliação aos prisioneiros americanos, o governo chegou a proibir o seu uso em 2003. Entretanto, o Departamento de Defesa aprovou métodos de interrogação considerados pela maioria dos observadores internacionais como tortura. Somado a isso, sem regras de comportamento claras, nas novas prisões americanas no estrangeiro, alguns militares passaram a sujeitar prisioneiros à violência física, choques elétricos, ataques de cães e a se exporem nus. As imagens da violência circularam o mundo, prejudicando a imagem dos Estados Unidos.²³¹ A extensão da política de tortura só veio a ser conhecida em 2014, onde um relatório no Senado revelou um padrão sistemático de brutalidade em prisões dos Estados Unidos pelo mundo, ao mesmo tempo em que concluiu que nenhuma informação útil foi obtida através da tortura de prisioneiros.²³²

Assim como em outros períodos de conflito militar, os Estados Unidos sob a Guerra ao Terror atravessaram por graves ataques às liberdades civis de cidadãos americanos e de outros países. Enquanto, há poucos anos atrás, Clinton havia buscado conduzir a política externa pela defesa dos direitos humanos e de liberdades civis básicas, agora os Estados Unidos estavam sistematicamente os violando em nome da liberdade. Em sua maioria, tanto republicanos, quanto democratas pareciam aceitar a necessidade dessas medidas como mostrado no apoio bipartidário ao PATRIOT Act. A maioria da população também parecia aceitar certas restrições de direitos civis como necessárias à luta contra o terrorismo. Em uma pesquisa conduzida em 2003, 47% dos americanos afirmaram que o governo deveria combater o terrorismo mesmo que passando por cima de certas liberdades, enquanto 49% responderam que eram contra.²³³ Apesar da posição contrária ter estado sempre à frente, e ter crescido ao longo dos anos, a posição favorável ter estado com um número substancial demonstra o que muitos americanos

²³⁰ FONER, E., op. cit., 2016, p.1118.

²³¹ FONER, E., op. cit., 2016, p.1119.

²³² Ibid., 2016, p.1119-1120.

²³³ Ver <<http://news.gallup.com/poll/9205/public-little-concerned-about-patriot-act.aspx>> Acesso em 21 de outubro de 2017

estiveram dispostos a perder para vencer a guerra. Medidas do governo Bush como o PATRI-OCT Act terem sempre permanecido com ampla vantagem apontam isso.²³⁴

A inclusão dessas medidas como indispensáveis ao cumprimento do destino e missão dos Estados Unidos foi instrumental na criação desse ambiente favorável. Consequentemente, aqueles que se posicionassem contra elas comprometiam essa missão. Este e outros exemplos mostram a existência de uma busca por coincidir patriotismo e nacionalismo com americanismo²³⁵ e apoio ao governo – algo exemplificado pela própria escolha do nome do USA PATRI-OCT Act – e dissidência política como falta destes, lançando interessantes questões sobre os limites de oposição na cultura política americana.²³⁶ Eles também mostraram a prudência daqueles que temiam pelos resultados da transformação dos Estados Unidos em uma verdadeira nação cruzadista. Sua elevação em poder mundial é acompanhada pelo aumento da estrutura de poder central, por altos gastos em aparato militar em um dos países mais desiguais do primeiro mundo e pela vigilância governamental em nome da segurança nacional. Quanto mais uma luta externa é travada em nome de – e legitimada por – sua experiência de governo, mais essa experiência parece estar sendo prejudicada. O dilema surgido daí entre como conciliar o papel dos Estados Unidos como uma superpotência com os ideais tradicionais de liberdade e republicanismo que o fundaram é complexo e parece estar longe de ser resolvido.

²³⁴ Ver <<http://news.gallup.com/poll/10858/americans-generally-comfortable-patriot-act.aspx>> Acesso em 21 de outubro de 2017

²³⁵ Com “americanismo” nos referimos aqui a manifestações de superioridade do que é pretendido como a real identidade da nação americana frente a manifestações identitárias consideradas dissidentes.

²³⁶ KAMMEN, M. op. cit., New York: Vintage, 1991, p.5.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A década de 1990 impôs novas realidades que desafiaram a compreensão dos americanos sobre sua inserção no mundo. Findada a Guerra Fria e com uma severa crise econômica, as premissas que haviam até então guiado os Estados Unidos foram fortemente abaladas. O fortalecimento do patriotismo na década de 1980 pareceu apenas um pequeno oásis entre dois momentos de grande pessimismo. A resposta à crise de identidade gerada daí foi buscada na própria reafirmação dos ideais americanos e na glória do seu passado. Uma nação que havia nascido como uma promessa de futuro estava cada vez mais imersa em nostalgia. Além do declínio econômico, aos poucos, o terrorismo também emergiu como uma ameaça no horizonte. A sensação de segurança que os Estados Unidos sentiram após o fim da Guerra Fria e do constante medo do holocausto nuclear foi conturbada quando essa ameaça ganhou as telas de milhares de pessoas pelo mundo.

Diante desse cenário desolador, tanto Bill Clinton, quanto George W. Bush responderam os anseios dos americanos com ideais familiares e antigos. Ao passo em que o primeiro falou de mudanças, ele tomou a própria experiência americana como a ferramenta da renovação nacional. Não seu abandono, mas sua reafirmação que possibilitaria os americanos superarem a recessão e as perspectivas de declínio. Já Bush precisou endereçar o problema da segurança nacional diante de um mundo externo desordenado, que parecia, em sua visão, necessitar cada vez mais da intervenção americana. Esse aspecto não havia sido diferente durante a presidência de seu antecessor. Apesar de um foco na superação dos problemas internos, Clinton havia declarado que estes estão intimamente ligados aos problemas externos. A Guerra Fria, longe de trazer a paz duradoura que muitos poderiam ter esperado, havia lançado ao caos o cenário internacional. Como a nação indispensável, os Estados Unidos tinham a missão de agir com líderes de uma força internacional que reestruturaria o mundo em torno dos valores da democracia de livre mercado. Entretanto, longe de parecer inaugurar um novo cenário geopolítico coeso como o da Guerra Fria, cada vez mais desafios se erguiam diante dos americanos.

Ainda durante a presidência de Clinton, o terrorismo custaria a vida de centenas de americanos, mas sua ameaça não parecia ser tão imediata e urgente naquele momento. Quando no dia 11 de setembro, os americanos viram a face do terror, o que parecia secundário logo mobilizou toda a nação em torno de uma nova missão. Como Clinton antes dele, Bush também conduziria os Estados Unidos sob a bandeira da nação indispensável. O terrorismo precisava ser combatido e somente a liderança americana no mesmo espírito que havia guiado o país durante

toda a sua história poderia enfrentá-lo. Os ataques terroristas em 2001 haviam ativado elementos profundos do imaginário americano. A vilania do novo inimigo era respondida pela reiteração da bondade da experiência americana e, como durante a Guerra Fria, os Estados Unidos eram novamente contrapostos a um inimigo que não apenas odiava a liberdade e os valores americanos, como também era a própria encarnação do mal.

Ao declarar guerra ao terror, Bush também afirmou a oportunidade que ela representava para a expansão da democracia, por conseguinte a batalha contra o terrorismo não poderia ser limitada a apenas uma operação militar, ela era mais ampla e deveria promover a experiência americana de governo em outros países. A melhor arma contra o terrorismo era a liberdade. O sonho de Thomas Paine de refazer o mundo pela imagem americana ainda estava vivo. Esse sonho também havia guiado Clinton em uma política externa regenerativa que tinha na promoção dos direitos humanos e da democracia suas principais bandeiras. Os Estados Unidos não eram apenas capazes, mas também possuíam o dever de ajudar outros a avançarem suas próprias lutas. Seu destino manifesto não poderia ser limitado a uma terra prometida, que apenas influenciava o mundo pela força do exemplo, ele o fazia pela força de suas ações. Qualquer perspectiva de retorno a um afastamento do mundo era perigosa, ela apenas devolveria um passado catastrófico que já havia conduzido o mundo à guerra e à destruição. A história chamava os americanos para não abandonar o mundo, sua credibilidade e sua própria experiência de governo dependiam da sua resposta.

Em contrapartida a essa promoção dos direitos humanos, a Guerra ao Terror havia conduzido os Estados Unidos a sistematicamente violá-los em nome da liberdade. A luta contra o terrorismo havia ressaltado paradoxos da missão americana. Ao passado em que ela promove uma cruzada no exterior como parte de uma luta mais ampla e antiga pela liberdade, ela a compromete com ataques às liberdades civis não apenas de cidadãos estrangeiros, considerados como possíveis terroristas, como também às dos próprios americanos. E longe de serem compreendidas como um mal necessário e temporário como muitos governos já racionalizaram períodos de exceção, elas eram defendidas como necessárias à preservação e promoção da própria liberdade. O destino manifesto americano legitimava uma guerra contra o terrorismo tanto no exterior e no interior dos Estados Unidos e aqueles que demonstrassem oposição a ela eram, por sua vez, acusados de falta de patriotismo e de ajudarem o inimigo. Ao cunhar o conceito de religião civil, Robert Bellah (1991) havia avisado do perigo de sua transformação de um mecanismo de criação de vínculo entre os americanos em um nacionalismo religioso, uma atitude de

reverência incondicional para a nação e ao que é pretendido como seus reais objetivos. Esse parece ser o caso da Guerra ao Terror e de outros momentos na história dos Estados Unidos.

Em vista do que foi discorrido, tanto Clinton, quanto Bush direcionaram o destino manifesto americano na necessidade da construção e integração de uma sociedade internacional em torno dos valores americanos. O fim da Guerra Fria para Clinton e o começo da Guerra ao Terror para Bush atestavam a necessidade continua da participação americana nas questões globais. A recessão tinha ativado o perigo do isolamento, ao que Clinton respondeu por afirmar uma dupla renovação externa e interna. Uma que reergueria a economia americana e, ao mesmo tempo, regeneraria o mundo contra as forças da desintegração. Enquanto Bush não teve dificuldade em mobilizar a população em seu engajamento externo pela transformação do 11 de Setembro em um evento de martírio e o surgimento do terror como inimigo. Esse novo conflito contra o terror atestava a urgência da difusão dos valores americanos. Isso indica que, apesar das controvérsias, não houve mudanças radicais na maneira de compreender o papel americano no mundo durante a presidência de George Bush. Apesar do seu unilateralismo, ambos compartilharam a visão de que o sentido histórico americano ainda afirmava a indispensabilidade dos Estados Unidos. As circunstâncias históricas (diferentes adversários) e estilos pessoais (como a ênfase em temáticas religiosas de Bush) traziam certas particularidades, mas a maneira de compreender o destino americano não mudou drasticamente.

Em seu aspecto retórico, Clinton utilizou essas concepções para construir o apoio ao seu projeto de renovação e Bush para enquadrar a Guerra do Iraque como parte do destino nacional, principalmente após o fim do consenso interno quando ela trouxe à tona o fantasma do Vietnã, levando-o a reiterar a validade da missão americana no exterior diante de uma oposição crescente. Nos termos de construção de um imaginário nacional, esse período confirmou a ligação obrigatória entre o destino americano e o do resto do mundo após essa perspectiva ter sido abalada pós-Guerra Fria. O alvo da missão podia ser diferente porque as circunstâncias históricas também eram, porém ela foi compreendida por ambos como uma mesma luta, como parte de um único sentido histórico em que os Estados Unidos são mais do que apenas uma terra prometida. A permanência dessas concepções é explicada tanto por sua relevância no imaginário americano, na sua construção de um sentido para o seu lugar enquanto nação no pós-Guerra Fria, quanto na sua obrigatoriedade para uma retórica política bem-sucedida nos Estados Unidos. Longe de se esgotar, o destino manifesto parece que continuará guiando os americanos, influenciando a maneira como a política dos Estados Unidos é conduzida e, conseqüentemente, impactado no mundo inteiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I-Fontes

CLINTON, B. Inaugural Address (January 20, 1993). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=46366&st=>

CLINTON, B. Address Before a Joint Session of Congress on Administration Goals (February 17, 1993). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=47232&st=>

CLINTON, B. The President's Radio Address (February 27, 1993). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=46253&st=>

CLINTON, B. Radio Address to the Armed Forces (March 12, 1993). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=46331&st=>

CLINTON, B. Remarks to the Crew of the U.S.S. Theodore Roosevelt (March 12, 1993). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=46329&st=>

CLINTON, B. Remarks on Welcoming Military Personnel Returning From Somalia (May 5, 1993). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=46516&st=>

CLINTON, B. Exchange With Reporters on Bosnia (May 21, 1993). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=46594&st=>

CLINTON, B. Remarks on Bosnia and an Exchange With Reporters in Manchester, New Hampshire (May 22, 1993). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=46602&st=>

CLINTON, B. Remarks at a Memorial Day Ceremony at the Vietnam Veterans Memorial (May 31, 1993). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=46641&st=>

CLINTON, B. Remarks to the American Society of Newspaper Editors in Annapolis (April 1, 1993). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=46392&st=>

CLINTON, B. Statement on Sanctions Against Haiti (June 4, 1993). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=46658&st=>

CLINTON, B. The President's Radio Address (June 12, 1993). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=46681&st=>

CLINTON, B. Address to the Nation on the Strike on Iraqi Intelligence Headquarters (June 26, 1993). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=46758&st=>

CLINTON, B. Remarks at an Independence Day Ceremony in Philadelphia, Pennsylvania (July 4, 1993). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=46805&st=>

CLINTON, B. Remarks at a Town Meeting in Detroit (February 10, 1993). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=46999&st=Remarks+at+a+Town+Meeting+in+Detroit&st1=>

CLINTON, B. Remarks to the 48th Session of the United Nations General Assembly in New York City (September 27, 1993). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=47119&st=>

CLINTON, B. Statement on the Situation in Haiti (October 29, 1993). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=46041&st=Statement+on+the+Situation+in+Haiti&st1=>

CLINTON, B. Remarks at a Veterans Day Breakfast (November 11, 1993). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=46096&st=>

CLINTON, B. Remarks at the Veterans Day Ceremony at Arlington National Cemetery, Virginia (November 11, 1993). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=46098&st=>

CLINTON, B. Remarks on Signing the North American Free Trade Agreement Implementation Act (December 8, 1993). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=46216&st=>

CLINTON, B. Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union (January 25, 1994). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=50409&st=>

CLINTON, B. Remarks Announcing the NATO Decision on Air Strikes in Bosnia and an Exchange With Reporters (February 9, 1994). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=49509&st=>

CLINTON, B. Statement on Results of NATO Action on Bosnia (February 20, 1994). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=49679&st=>

CLINTON, B. Remarks at the Bosnian Federation Agreement Signing Ceremony (March 18, 1994). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=49829&st=>

CLINTON, B. Remarks at the United States Naval Academy Commencement Ceremony in Annapolis, Maryland (May 25, 1994). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=50236&st=>

CLINTON, B. Remarks at a Memorial Day Breakfast (May 30, 1994). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=50256&st=>

CLINTON, B. Remarks at a Memorial Day Ceremony in Arlington, Virginia (May 30, 1994). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=50258&st=>

CLINTON, B. Remarks at the United States Air Force Academy Commencement Ceremony in Colorado Springs, Colorado (May 31, 1995). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=51427&st=>

CLINTON, B. Remarks at an Independence Day Celebration (July 4, 1994). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=50438&st=>

CLINTON, B. Address to the Nation on Haiti (September 15, 1994). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=49093&st=>

CLINTON, B. Remarks at a Meeting of the Multinational Coalition on Haiti (September 16, 1994). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=49102&st=>

CLINTON, B. Address to the Nation on Haiti (September 18, 1994). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=49106&st=Address+to+the+Nation+on+Haiti&st1=>

CLINTON, B. Radio Address to American Troops in Haiti (October 1, 1994). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=49213&st=>

CLINTON, B. Remarks on the Restoration of Haitian Democracy (October 14, 1994). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=49288&st=>

CLINTON, B. Remarks on the Return of the United States Delegation to Haiti (October 16, 1994). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=49313&st=>

CLINTON, B. Remarks at a Veterans Day Ceremony in Arlington, Virginia (November 11, 1994). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=49479&st=>

CLINTON, B. Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union (January 24, 1995). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=51634&st=>

CLINTON, B. Remarks at the Franklin D. Roosevelt 50th Anniversary Commemoration in Warm Springs, Georgia (April 12, 1995). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=51224&st=>

CLINTON, B. Remarks at a Memorial Day Ceremony in Arlington, Virginia (May 29, 1995). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=51425&st=>

CLINTON, B. Remarks to United States Troops in Port-au-Prince, Haiti (March 31, 1995). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=51169&st=>

CLINTON, B. The President's Radio Address (July 1, 1995). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=51580&st=>

CLINTON, B. Remarks Announcing the Bosnia-Herzegovina Peace Agreement and an Exchange With Reporters (November 21, 1995). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=50797&st=>

CLINTON, B. Address to the Nation on Implementation of the Peace Agreement in Bosnia-Herzegovina (November 27, 1995). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=50808&st=>

CLINTON, B. Remarks at an Independence Day Celebration in Youngstown, Ohio (July 4, 1996). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=53032&st=>

CLINTON, B. Remarks on International Security Issues at George Washington University (August 5, 1996). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=53161&st=>

CLINTON, B. Statement on Approval of the Operation Plan for the Stabilization Force in Bosnia (December 17, 1996). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=52351&st=>

CLINTON, B. Inaugural Address (January 20, 1997). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=54183&st=Inaugural+Address&st1=>

CLINTON, B. Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union (February 4, 1997). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=53358&st=>

CLINTON, B. Remarks at a Memorial Day Ceremony in Arlington, Virginia (May 26, 1997). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=54182&st=>

CLINTON, B. Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union (January 27, 1998). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=56280&st=>

CLINTON, B. Remarks on United States Foreign Policy in San Francisco (February 26, 1999). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=57170&st=>

CLINTON, B. Address to the Nation on Airstrikes Against Serbian Targets in the Federal Republic of Yugoslavia (Serbia and Montenegro) (March 24, 1999). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=57305>

CLINTON, B. Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union (January 27, 2000). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=58708&st=>

CLINTON, B. Farewell Address to the Nation (January 18, 2001). Disponível em. Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=63777&st=>

BUSH, G. W. Inaugural Address (January 20, 2001). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=25853&st=Inaugural+Address&st1=>

BUSH, G. W. Address Before a Joint Session of the Congress on Administration Goals (February 27, 2001). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=29643&st=>

BUSH, G. W. Remarks in Sarasota, Florida, on the Terrorist Attack on New York City's World Trade Center (September 11, 2001). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=58055&st=>

BUSH, G. W. Remarks at Barksdale Air Force Base, Louisiana, on the Terrorist Attacks (September 11, 2001). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=58056&st=>

BUSH, G. W. Address to the Nation on the Terrorist Attacks (September 11, 2001). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=58057&st=>

BUSH, G. W. Remarks to Police, Firemen, and Rescueworkers at the World Trade Center Site in New York City (September 14, 2001). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=65078&st=>

BUSH, G. W. The President's Radio Address (September 15, 2001). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=25001&st=>

BUSH, G. W. Address Before a Joint Session of the Congress on the United States Response to the Terrorist Attacks of September 11 (September 20, 2001). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=64731&st=>

BUSH, G. W. The President's Radio Address (September 22, 2001). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=25000&st=>

BUSH, G. W. Remarks on United States Financial Sanctions Against Terrorists and Their Supporters and an Exchange With Reporters (September 24, 2001). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=64040&st=>

Remarks to Central Intelligence Agency Employees in Langley, Virginia (September 26, 2001). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=65082&st=>

BUSH, G. W. Address to the Nation Announcing Strikes Against Al Qaida Training Camps and Taliban Military Installations in Afghanistan (October 7, 2001). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=65088&st=>

BUSH, G. W. Remarks at a September 11 Remembrance Ceremony (December 11, 2001). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=73495&st=>

BUSH, G. W. Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union (January 29, 2002). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=29644&st=>

BUSH, G. W. Commencement Address at the United States Military Academy in West Point, New York (June 1, 2002). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=62730=>

BUSH, G. W. Address to the Nation From Ellis Island, New York, on the Anniversary of the Terrorist Attacks of September 11 (September 11, 2002). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=62948=>

BUSH, G. W. Remarks at the Pentagon in Arlington, Virginia (September 11, 2002). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=73082&st=>

BUSH, G. W. Address to the United Nations General Assembly in New York City (September 12, 2002). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=640691=>

BUSH, G. W. Address to the Nation on Iraq From Cincinnati, Ohio (October 7, 2002). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=73139&st=>

BUSH, G. W. Remarks on Signing the Authorization for Use of Military Force Against Iraq Resolution of 2002 (October 16, 2002). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=73153&st=>

BUSH, G. W. Remarks on the Passage of a United Nations Security Council Resolution on Iraq (November 8, 2002). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=73175&st=>

BUSH, G. W. Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union (January 28, 2003). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=29645&st=&st1=>

BUSH, G. W. Address to the Nation on Iraq (March 17, 2003). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=63713&st=&st1=>

BUSH, G. W. Address to the Nation on Iraq (March 19, 2003). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=63368&st=&st1=>

BUSH, G. W. Remarks on Operation Iraqi Freedom in Dearborn, Michigan (April 28, 2003). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=63514&st=&st1=>

BUSH, G. W. Address to the Nation on the War on Terror (September 7, 2003). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=64561&st=&st1=>

BUSH, G. W. Remarks on the Anniversary of September 11 (September 11, 2003). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=64118&st=&st1=>

BUSH, G. W. Remarks on the 20th Anniversary of the National Endowment for Democracy (November 6, 2003). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=844&st=&st1=>

BUSH, G. W. Remarks on Independence Day in Charleston, West Virginia (July 4, 2004). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=72678&st=&st1=>

BUSH, G. W. Remarks to the Veterans of Foreign Wars Convention in Cincinnati, Ohio (August 16, 2004). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=72719&st=&st1=>

BUSH, G. W. The President's Radio Address (September 11, 2004). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=25884&st=&st1=>

BUSH, G. W. Remarks to the United Nations General Assembly in New York City (September 21, 2004). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=72758&st=&st1=>

BUSH, G. W. Inaugural Address (January 20, 2005). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=58745&st=&st1=>

BUSH, G. W. Address to the Nation on the Iraqi Elections (January 30, 2005). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=63650&st=&st1=>

BUSH, G. W. Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union (February 2, 2005). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=58746&st=&st1=>

BUSH, G. W. Remarks on the War on Terror (March 8, 2005). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=64430&st=&st1=>

BUSH, G. W. Remarks on Freedom and Democracy in Iraq (March 29, 2005). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=73675&st=&st1=>

BUSH, G. W. Remarks on the PATRIOT Act in Columbus, Ohio (June 9, 2005). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=73925&st=&st1=>

BUSH, G. W. Remarks on the PATRIOT Act in McLean, Virginia (June 10, 2005). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=63832&st=&st1=>

BUSH, G. W. Address to the Nation on the War on Terror From Fort Bragg, North Carolina (June 28, 2005). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=64989&st=&st1=>

BUSH, G. W. Remarks at an Independence Day Celebration in Morgantown, West Virginia (July 4, 2005). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=63282&st=&st1=>

BUSH, G. W. Remarks on the PATRIOT Act in Baltimore, Maryland (July 20, 2005). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=73903&st=&st1=>

BUSH, G. W. Remarks on the War on Terror in Nampa, Idaho (August 24, 2005). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=64423&st=&st1=>

BUSH, G. W. Remarks on the War on Terror (September 28, 2005). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=73831&st=&st1=>

BUSH, G. W. Remarks on the War on Terror in Norfolk, Virginia (October 28, 2005). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=73776&st=&st1=>

BUSH, G. W. Remarks on the War on Terror in Tobyhanna, Pennsylvania (November 11, 2005). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=64753&st=&st1=>

BUSH, G. W. Remarks on the War on Terror in Anchorage, Alaska (November 14, 2005). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=65071&st=&st1=>

BUSH, G. W. Remarks on the War on Terror in Annapolis, Maryland (November 30, 2005). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=65069&st=&st1=>

BUSH, G. W. Address to the Nation on Iraq and the War on Terror (December 18, 2005). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=65076&st=&st1=>

BUSH, G. W. Remarks Following a Meeting on the PATRIOT Act (January 3, 2006). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=65110&st=&st1=>

BUSH, G. W. Remarks Following a Meeting on the War on Terror in Arlington, Virginia (January 4, 2006). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=65112&st=&st1=>

BUSH, G. W. Remarks to the Veterans of Foreign Wars (January 10, 2006). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=65169&st=&st1=>

BUSH, G. W. Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union (January 31, 2006). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=65090&st=&st1=>

BUSH, G. W. Remarks to United States and Coalition Troops at Bagram Air Base, Afghanistan (March 1, 2006). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=65314&st=&st1=>

BUSH, G. W. Remarks on Signing the USA PATRIOT Improvement and Reauthorization Act of 2005 (March 9, 2006). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=65325&st=&st1=>

BUSH, G. W. Remarks on the Formation of Iraq's Government (May 21, 2006). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=38&st=&st1=>

BUSH, G. W. Remarks on the War on Terror (September 6, 2006). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=779&st=&st1=>

BUSH, G. W. Address to the Nation on the War on Terror (September 11, 2006). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=73962&st=&st1=>

BUSH, G. W. Remarks at a National Republican Senatorial Committee Reception (October 20, 2006). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=24212=>

BUSH, G. W.

Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union (January 23, 2007). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=24446&st=&st1=>

BUSH, G. W. Remarks at the Veterans of Foreign Wars National Convention in Kansas City, Missouri (August 22, 2007). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=24432&st=&st1=>

BUSH, G. W. Address to the Nation on Military Operations in Iraq (September 13, 2007). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=75733&st=&st1=>

BUSH, G. W. Remarks to the United Nations General Assembly in New York City (September 25, 2007). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=75848&st=&st1=>

BUSH, G. W. Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union (January 28, 2008). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=76301&st=&st1=>

BUSH, G. W. Remarks on the War on Terror in Arlington, Virginia (March 19, 2008). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=76860&st=&st1=>

BUSH, G. W. Remarks on the War on Terror (April 10, 2008). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=76936&st=&st1=>

BUSH, G. W. Remarks on the President's Freedom Agenda (July 24, 2008). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=77700&st=&st1=>

BUSH, G. W. Remarks on the War on Terror (July 31, 2008). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=77783&st=&st1=>

BUSH, G. W. Remarks to the United Nations General Assembly in New York City (September 23, 2008). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=84377&st=&st1=>

BUSH, G. W. Farewell Address to the Nation (January 15, 2009). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=85423&st=&st1=>

BUSH, G. W. The President's Radio Address (January 17, 2009). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=85636&st=&st1=>

II-Referências bibliográficas

ANDERSON. B. **Comunidades Imaginas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AVILA, A. L. **E da Fronteira veio um Pioneiro...: a frontier thesis de Frederick Jackson Turner (1861-1932)**. (Dissertação de Mestrado, UFRGS), Porto Alegre, 2006. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/7112>

_____. O Passado que não é Passado: a Guerra Civil norte-americana (1861-1865) e o mito da Causa Perdida. In: GUAZZELLI, C. et al. (Eds.). **Tio Sam vai à Guerra: os conflitos bélicos dos Estados Unidos através do cinema** (pp.63-73). Porto Alegre: Letra & Vida, 2010.

_____. A História em Tempos de Guerras Culturais: o passado do Oeste norte-americano e a luta pública para definir a América nas décadas de 1980 e 1990. **Anos 90**, v. 18, n.33, p. 243-270, 2011.

_____. O Passado Americano na Era da Fratura: episódios das guerras de história nos Estados Unidos na década de 1990. **Tempo. Revista do Departamento de História da UFF**, v. 22, n.40, p. 327-344, 2016.

AURELL, J. La funcion social de la memoria. In: ALVIRA, R.; GHIRETTI, H.; HERRERO, M. (Eds.). **La experiencia social del tiempo**. Navarra: EUNSA, 2006.

BASS, J. D.; CHERWITZ, R. Imperial mission and manifest destiny: A case study of political myth in rhetorical discourse. **The Southern Speech Communication Journal**, v.45, n.3, p. 213-232, 1978.

BÉDARIDA, F. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, M. M; AMADO, J. (Eds.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BELLA, R. N. Civil Religion in America. In: _____. **Beyond belief**. Los Angeles: University of California Press, 1991.

BERNSTEIN, S.; MILZA, P. Conclusão. In: CHAUVEAU, À; TÉTART, P. (Eds.). **Questões para a história do presente**. Bauru: Edusc, 1999.

BROWN, W. Neoliberalism and the end of liberal democracy. In: **Edgework: critical essays on knowledge and politics** (pp. 37-59). Princeton: Princeton University Press

CHARTIER, R. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, M. M; AMADO, J. (Eds.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. **A Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002

CHERRY, C. (Ed.). **God's new Israel: religious interpretations of American destiny**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1998.

CHRISTIE, K. Introduction. In: KENNET, C. (Ed.). **United States Foreign Policy & National Identity in the 21st Century Routledge Studies in US Foreign Policy**. Abingdon: Routledge, 2008

COUPEAU, S. **The History of Haiti**. Greenwood Press: Wesport, 2008

DAVIS, T. R.; LYNN-JONES, S. M., City Upon a Hill, **Foreign Policy**, n.86, 1987, p. 20-38.

DOSSE, F. História do Tempo presente e historiografia. **Tempo e Argumento**, v.4, n.1, p.5-22, 2012.

FERREIRA, M. M. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, v.94, n.3, p.111-124, 2000.

FONER, E. **Give me Liberty! An American history Volume 1**. Nova York: W. W. Norton & Company, 2008.

_____. **Give me Liberty! An American history Volume 2**. Nova York: W. W. Norton & Company, 2016.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2013.

FOUSEK, J. **To Lead the Free World: American Nationalism and the Cultural Roots of the Cold War**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2000.

GARDELLA, P. **American Civil Religion. What America holds sacred**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

- GILLIS, J. R. Memory and identity: the history of a relationship. In: _____. (Ed.) **Commemorations: the politics of national identity**. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- GRANT, S. M. **História Concisa dos Estados Unidos da América**. São Paulo: EDIPRO, 2014.
- GALLUP JR., G. **The Gallup Poll: Public Opinion, 1994**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 1995.
- HARTMAN, A. **A war for the Soul of America: a history of the culture wars**. Chicago: The University of Chicago Press, 2015.
- HARYNES, S. W.; MORRIS, C. (Eds.). **Manifest Destiny and Empire American Antebellum Expansion**. Texas: A&M University Press, 1997.
- HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HODGSON, G. **The Myth of American Exceptionalism**. New Haven and London: Yale University Press, 2009.
- HUYSSSEN, A. Resistência à memória: usos e abusos do esquecimento público. In: _____. **Culturas do Passado-presente**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- JELIN, E. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI, 2002.
- JOHANNSEN, R. W. The Meaning of Manifest Destiny In: HARYNES, S. W.; MORRIS, C. (Eds.). **Manifest Destiny and Empire American Antebellum Expansion**. Texas: A&M University Press, 1997, p.9.
- JOHNSON, R. Victory and Identity - The end of the Cold War in American imagination In: KENNET, C. (Ed.). **United States Foreign Policy & National Identity in the 21st Century Routledge Studies in US Foreign Policy**. Abingdon: Routledge, 2008.
- JUNQUEIRA, M. A. Os discursos de George W. Bush e o excepcionalismo norte-americano. **Margem**, 2003
- KAMMEN, M. **Mystic chords of memory. The transformation of tradition in American culture**. New York: Vintage, 1991.
- KAMMEN, M. The Problem of American Exceptionalism. In: _____. (Ed.). **American Culture, American Tastes Social Change and the Twentieth Century**. New York: Basic Books, 1999.
- KENNET, C. (Ed.). **United States Foreign Policy & National Identity in the 21st Century Routledge Studies in US Foreign Policy**. Abingdon: Routledge, 2008.
- LAKOFF, G. **Whose Freedom? The Battle over America's most important idea**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2006.
- LEUCHTENBERG, W. F. The New Deal and the Analogue of War. In: BRAEMAN, J.; BREMMER, R.; WALTERS, E. (Eds.). **Change and Continuity in Twentieth-Century America**. Columbus: Ohio University Press, 1964.

_____. **The American President From Teddy Roosevelt to Bill Clinton**. Oxford University Press, 2001

LEWIS, W. F. Telling America's story: Narrative form and the Reagan presidency, **Quarterly Journal of Speech**, v.73, n.3, 280-302, 1987.

LOCK, E. The Complex Fate of Being America. The Constitution Of Identity And The Politics Of Security In: KENNET, C. (Ed.). **United States Foreign Policy & National Identity in the 21st Century Routledge Studies in US Foreign Policy**. Abingdon: Routledge, 2008, p.

MCDOUGALL, W. A. **Promised Land, Crusader State: The American encounter with the world since 1776**. Boston: Mariner Books, 1997.

MCEVOY-LEVY, S. **American Exceptionalism and U.S. Foreign Policy Public Diplomacy at the End of the Cold War**. Londres: Palgrave Macmillan, 2001.

MILES, J. Religion and American foreign policy, **Survival: Global Politics and Strategy**, v.46, n.1, p.23-37, 2004.

MILLER, R. **Native America, Discovered and Conquered**. Bison Books, 2006.

MOUNTJOY, S. **Manifest Destiny**. New York: Chelsea House, 2009.

NORA, P. Entre a Memória e a História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, v.10, p.7-28, 1993.

PADRÓS, E. S. Usos da memória e esquecimento. **Revista Letras**, n.22, 2001.

_____. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente. **Anos 90**, v. 11, n. 19/20, p.199-223, 2004.

_____. História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos. **Tempo e Argumento**, v. 1, n. 1, p. 30 – 45, 2009

PAINE, T. **Common Sense**. New York: Barnes & Noble Classics, 2005.

PARMAR, I. A Neo-conservative dominated US Foreign Policy Establishment? In: KENNET, C. (Ed.). **United States Foreign Policy & National Identity in the 21st Century Routledge Studies in US Foreign Policy**. Abingdon: Routledge, 2008.

PATTERSON, J. T. **Grand Expectations The United States, 1945-1974**. New York: Oxford University Press, 1997.

PESSAVENTO, S. Cultura e Representação. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.45-58, 2006.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**. v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, v. 5, n. 10, p.200-212, 1992.

PINTO, C. R. J. **Com a palavra o senhor presidente José Sarney**. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. Elementos para uma análise do discurso político. **Barbarói**, v.24, p. 87-118, 2006.

RÉMOND, R. Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Eds.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RICOEUR, P. **La lectura del tiempo pasado: memoria y olvido**. Madrid: Arrecife-Universidad Autónoma de Madrid, 1999.

_____. La temporalidad como política: nación, formas de pasado y perspectivas poscoloniales. **Memoria y Sociedad**, vol. 14, n. 28, p. 11-31, 2010.

RUFER, M. Memoria sin garantías: usos del pasado y política del presente. **Anuário de investigação**, p. 107-140, 2009.

_____. A memória não é mais o que era. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas editora, 2006.

RUSSO, H. A memória não é mais o que era. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas editora, 2006.

_____. Para una historia de la memoria colectiva: el post-Vichy. **Aletheia**, v.3, n. 5, p. 1-14, 2012.

SMITH, T. **America's Mission**. New Jersey: Princeton University Press, 1995.

SMITH, A. D. Ethnic election and national destiny: some religious origins of nationalist ideals. **Nations and Nationalism**, v.5, n.3, p.331-355, 1999.

SLOTKIN, R. **The Fatal Environment**. Norman: University of Oklahoma Press, 1998.

STEPHENSON, A. **Manifest Destiny. American Expansion and the Empire of Right**. New York: HarperCollins, 1995.

THOMAS, M. C.; FLIPPEN, C. C. American civil religion: An empirical study. **Social Forces**, v.51, n.2, p. 218- 225, 1972. Addresses. **Review of Religious Research**, v.25, n.1, p. 39-48, 1983.

TODOROV, T. **Os abusos de la memoria**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2000.

TOOLIN, C. American Civil Religion from 1789 to 1981: A Content Analysis of Presidential Inaugural Addresses. **Review of Religious Research**, v.25, n.1, p. 39-48, 1983.

TRAVERSO, E. **O Passado, Modos de Usar**. Lisboa: Unipop, 2012

ZINN, H. **A People's History of the United States**. New York: Longman, 1980.